TABIR DAL POGGETTO OLIVEIRA SUEYOSHI

**DA NATUREZA E DO OBJETO DO DIREITO
AGROALIMENTAR**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre em Direito (área de concentração Direito Civil), sob a orientação do Professor Titular Doutor Fabio Maria De-Mattia.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora

Dedico aos meus pais
Hatiro e Maria Helena

Agradecimentos

Agradeço a Deus Uno e Trino.

Agradeço ao Prof. Dr. Fabio Maria De-Mattia pela orientação e principalmente pelo convívio.

Agradeço ao Prof. Dr. Fernando Campos Scaff que gentilmente permitiu o meu acesso à sua biblioteca particular e pelas sugestões no exame de qualificação.

Agradeço à amiga e pesquisadora, Dr^a Kassia Watanabe, pelo empréstimo de muitos livros utilizados no presente trabalho, bem como pelas longas conversas, nem sempre consensuais, sobre Direito e Economia.

Agradeço aos amigos Eric Galvão Moreira e Eugenio Dalle Olle pela paciente revisão do trabalho.

Agradeço a todos os funcionários da Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal – CAPES pela bolsa de estudos que me foi concedida, o que contribuiu em boa parte para realização do presente trabalho.

Espero não cometer nenhuma injustiça ao não citar aqui alguma pessoa que, de uma forma ou outra, tenha colaborado na realização deste trabalho.

RESUMO

No trabalho são examinados os conceitos metajurídicos de cadeia agroalimentar (agronegócio, *filière* e sistema agroalimentar). As perspectivas doutrinárias examinadas são de: BALLARÍN MARCIAL, primeiro autor a conceber um direito agroalimentar; LORVELLEC, que concebe o direito agroalimentar a partir do conceito de *filière*; e os autores italianos, que são analisados em conjunto na denominada, para o trabalho, perspectiva italiana, fundada no Regulamento 178/2002 da União Européia. O capítulo 2 do trabalho é dedicado à análise do produto agroalimentar, objeto do direito agroalimentar, por meio de princípios e institutos particulares no ordenamento jurídico brasileiro examinados em cada tópico: o princípio da precaução, o princípio da transparência, as informações sobre o produto, o sistema orgânico de produção agropecuária, os organismos geneticamente modificados, a segurança alimentar, a responsabilidade civil pelo produto defeituoso e os mercados internacionais. O capítulo 3 é dedicado ao estudo das relações organizacionais na cadeia agroalimentar, relações estabelecidas entre os agentes produtivos da cadeia agroalimentar no fim de escoar o produto. Salienta-se neste capítulo o fenômeno da integração vertical. Dois elos da cadeia agroalimentar são abordados: a integração vertical agroindustrial e a distribuição. Enfim, o cerne da dissertação é a especialidade do direito agroalimentar em relação ao direito agrário, bem como a análise jurídica do produto agroalimentar e as relações dos agentes que atuam na cadeia agroalimentar.

Palavras-chave: Direito Agroalimentar. Direito Agrário. Alimentação. Cadeia Produtiva. Agroindústria. Produto Alimentício. Segurança Alimentar. Consumidor.

RÉSUMÉ

Dans le travail ce sont examinés les concepts métajuridiques de filière agroalimentaire (*agribusiness*, filière et système agroalimentaire). Les perspectives doctrinaires examinées sont celles-ci: BALLARÍN MARCIAL, premier auteur à concevoir un droit agroalimentaire; LORVELLEC, qui concevait le droit agroalimentaire à partir du concept de filière de l'École d'Organisation Industrielle Française; et les auteurs italiens, qui sont analysés dans le même groupe dans la perspective nommée italienne, pour le travail, une perspective fondée sur le Règlement 178/2002 de l'Union Européenne. Le chapitre 2 du travail est dédié à l'analyse du produit, qui est l'objet du droit agroalimentaire, par les principes et instituts particuliers dans l'ordre juridique brésilien, exposés sous les rubriques suivantes: le principe de précaution, le principe de transparence, les informations sur le produit, le système biologique de production agropecuaire, les organismes génétiquement modifiés, la sécurité alimentaire, la responsabilité civil du fait de produit defectueux et les marchés internationaux. Le chapitre 3 est dédié à l'étude des relations organisationnelles dans la filière, ce sont des relations établies parmi les agents productifs de la filière a fin de faire écouler le produit. Il est remarquable dans ce chapitre le phénomène de l'intégration verticale. Enfin, le noyau de la dissertation est la specialité du droit agroalimentaire en rapport au droit rural, aussi bien que l'analyse juridique du produit agroalimentaire et les relations des agents qui actuent dans la filière agroalimentaire.

Mots-clés: Droit Agroalimentaire. Droit Rural. Alimentation. Filière Agroalimentaire. Agents Productifs. Produit Alimentaire. Sécurité Alimentaire. Consommation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 — AS PERSPECTIVAS DOUTRINÁRIAS SOBRE O DIREITO AGROALIMENTAR	11
1.1 Considerações Preliminares	11
1.2 O Significado do Adjetivo Agroalimentar	13
1.3. Os Conceitos Metajurídicos de Cadeia Agroalimentar	14
1.4 A Perspectiva de BALLARÍN MARCIAL	19
<i>1.4.1 O Direito Agroalimentar como uma Nova Fase do Direito Agrário</i>	19
<i>1.4.2 A Posição Mais Recente</i>	21
1.5 A Perspectiva de LORVELLEC	28
<i>1.5.1 O Conceito de Direito Agroalimentar</i>	28
<i>1.5.2 O Produto</i>	30
<i>1.5.3 As Relações Organizacionais na Cadeia Agroalimentar</i>	32
<i>1.5.4 Os Mercados</i>	34
1.6 O Direito da Alimentação	36
<i>1.6.1 As Definições de Direito da Alimentação</i>	37
<i>1.6.2 O Alimento</i>	40
<i>1.6.3 O Direito Agroalimentar e o Direito da Alimentação</i>	43
1.7 A Perspectiva Italiana	44
CAPÍTULO 2 — O PRODUTO	51
2.1 Introdução	51
2.2 Os Princípios	52
<i>2.2.1 O Princípio da Precaução</i>	53

2.2.2 <i>O Princípio da Transparência</i>	55
2.3 As Informações sobre o Produto	60
2.3.1 <i>As Marcas</i>	62
2.3.2 <i>As Indicações Geográficas</i>	64
2.3.3 <i>As Indicações Diet e Light</i>	66
2.4 O Sistema Orgânico de Produção Agropecuária	68
2.5 Os Organismos Geneticamente Modificados	73
2.6 A Segurança Alimentar	78
2.7 A Responsabilidade Civil pelo Produto Defeituoso	85
2.8 Os Mercados Internacionais	91
 CAPÍTULO 3 — AS RELAÇÕES ORGANIZACIONAIS NA CADEIA AGROALIMENTAR	 94
3.1 Introdução	94
3.2 A Integração Vertical Agroindustrial	96
3.3 A Distribuição	101
 CONCLUSÃO	 105
 REFERÊNCIAS	 110
 SÍTIOS ELETRÔNICOS VISITADOS	 117

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar a natureza e o objeto do direito agroalimentar. A natureza por meio das perspectivas dos juristas que tratam da matéria. Pretendemos também verificar onde se insere o direito agroalimentar na dogmática jurídica. Por seu turno, o objeto do direito agroalimentar será abordado a partir das perspectivas doutrinárias para, em seguida, ser analisado por meio de princípios e institutos no ordenamento jurídico brasileiro.

O direito agroalimentar se insere no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial de profundas transformações sociais, econômicas e tecnológicas, que proporcionaram a produção em massa de gêneros alimentícios. A complexidade desse fenômeno produtivo enseja um estudo jurídico especializado. De um modo ou de outro, os juristas analisaram o direito agroalimentar de forma segmentada dentro de suas respectivas especialidades, mas não buscando um estudo em conjunto do fenômeno produtivo.

É preciso compreender o significado do adjetivo agroalimentar, de pouco uso cotidiano, e os conceitos metajurídicos, brevemente expostos neste trabalho, de agronegócio, *filière* e sistema agroalimentar. Tais conceitos são semelhantes e estão presentes, de modo implícito ou explícito, em todas as perspectivas doutrinárias do direito agroalimentar. Os conceitos demonstram o *iter* de um produto desde da compra de insumos agropecuários até a mesa do consumo e as relações dos agentes nesse processo.

No âmbito da doutrina, o direito agroalimentar inicialmente foi concebido por BALLARÍN MARCIAL. Neste trabalho destacamos as perspectivas de BALLARÍN MARCIAL, de LORVELLEC, que partiu o seu estudo do conceito metajurídico de *filière*, e dos jusagraristas italianos, incluídos no trabalho na nossa denominação perspectiva italiana.

No capítulo 2 são analisados os princípios e institutos relacionados ao produto agroalimentar. O ponto de partida para tal análise é o ordenamento jurídico brasileiro. O produto é o elemento que sofre diversas mudanças na cadeia de produção agroalimentar,

desde o momento da colheita ou abate até a mesa do consumidor. Não podemos esquecer que o produto determina a organização e o modo de funcionamento de uma cadeia produtiva, inclusive o nome, por exemplo, a cadeia de leite, a cadeia de soja etc.. Abordamos de modo geral a cadeia produtiva sem nos atermos a uma cadeia especial.

Por fim, no capítulo 3 são estudadas as relações organizacionais entre os agentes da cadeia agroalimentar. As relações organizacionais visam o bom funcionamento da cadeia agroalimentar. Enfatizamos dois elos da cadeia agroalimentar: a relação entre o produtor rural e a agroindústria e a relação desta com as grandes redes de supermercados (empresa distribuidora no varejo). Destaca-se nesse capítulo o fenômeno da integração vertical.

1 — AS PERSPECTIVAS DOUTRINÁRIAS SOBRE O DIREITO AGROALIMENTAR

1.1 Considerações Preliminares

Depois da Segunda Guerra Mundial a sociedade, sobretudo a ocidental, passou por mudanças radicais. Os meios de produção em massa se ampliaram para atender as necessidades de uma sociedade mais anônima e despersonalizada. As relações subjetivas tornaram-se padronizadas, assim como os produtos e serviços oferecidos no mercado. Por outro lado, o avanço tecnológico permitiu mais conforto e possibilidades nunca vistos até então por muitas pessoas. Em contrapartida, novas situações surgiram desse novo modo de vida social.

Não podemos olvidar da Revolução Verde, nos idos da década de 1960, que permitiu o aumento da produção de gêneros agrícolas mediante o uso de sementes mais resistentes às pragas, pesticidas e a mecanização da agricultura, ao mesmo tempo em que ocorria o êxodo rural em muitos países. As agroindústrias, nesse contexto, começaram a transformar as matérias-primas alimentares em maior escala com substâncias que permitiam maior conservação dos produtos, viabilizando a venda desses produtos em lugares mais distantes de seus estabelecimentos de transformação. Além disso, as agroindústrias passaram a fabricar produtos alimentícios prontos para o consumo imediato. Concomitantemente, as redes de supermercados, principalmente nos grandes centros urbanos, aos poucos foram ocupando o lugar das mercearias.

O Direito, como ciência cultural, não poderia ficar imune a tais transformações sociais. A especialização na sociedade do pós-guerra engendrou uma inflação de normas jurídicas para regular situações novas de um modo de vida que não era conhecido à época do *Code Napoléon*, quando se acreditava que era possível sistematizar todas as relações da vida privada, de modo racional, em uma lei.

Por sua vez, muitas situações reguladas nos grandes códigos de forma genérica passaram a ser reguladas em leis especiais, surgindo o fenômeno jurídico dos microssistemas.¹ Um exemplo de microssistema no ordenamento jurídico brasileiro é o Código de Defesa do Consumidor.² Além dos microssistemas jurídicos, novas normas jurídicas surgiram para regular situações de cunho tanto técnico-científico como organizacional. Hoje, há uma tendência para a descodificação interna, como observa LORENZETTI, existindo enfoques especializados tanto no campo legislativo, v.g., em portarias e resoluções, como em certas áreas do campo doutrinário, v.g., alimentos, remédios, habitação, crédito etc..³

O direito agroalimentar, no âmbito da doutrina, começou a ser concebido num ambiente de profundas transformações culturais e técnico-científicas. As idéias dos juristas neste capítulo foram bem influenciadas pelas políticas da então Comunidade Econômica Européia (C.E.E.), ambiente político-econômico que, a princípio, visou a livre circulação de mercadorias e de serviços, como deflui do artigo 3º, c) do Tratado de Roma — tratado instituidor da C.E.E de 1957).⁴ Com efeito, as normas jurídicas comunitárias são fontes importantes na formação de um direito agroalimentar no espaço daquela comunidade de Estados. Todavia, não podemos perder de vista que a doutrina procura sistematizar o conhecimento jurídico por meio de métodos próprios, apesar de o caráter territorial do direito positivado.

No espaço da União Européia, no que tange a harmonização e unificação de normas jurídicas, o direito agroalimentar pode ser dividido em quatro fases: 1.^a fase – segurança alimentar; 2.^a fase – livre circulação de mercadorias; 3º fase – saúde pública e 4.^a fase – criação da Autoridade Européia de Segurança Alimentar.⁵ Cada fase é marcada por uma norma geral. A primeira pelo Tratado de Roma, que criou a Política Agrícola Comum (PAC) a fim de garantir alimentos dentro de uma política agrícola produtivista e intensiva.⁶ Em 1987, na segunda fase, é assinado o Ato Único entre os países-membros da CEE a fim

¹ Cf. IRTI, Natalino. *L'Età della Decodificazione*, pp. 37 e 38.

² Cf. FILOMENO, José Geraldo Brito. In: *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto*, pp. 19 e 20

³ LORENZETTI, Ricardo Luis. *Fundamentos do Direito Privado*, p. 49.

⁴ Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/fr/treaties/dat/11957E/tif/11957E.html>>. Acessado em 09/01/2009.

⁵ Cf. COLLART DUTILLEUL, François. “Le Droit Agroalimentaire en Europe”, In: *Revista para el Analisis del Derecho*, n. 3, Barcelona, Julio, 2007, pp. 05 *usque* 10, arquivo em formato PDF. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/InDret/article/viewArticle/78962/0>>. Acessado em 09/01/2009.

⁶ *Ibid.*, p. 06.

de abolir o controle físico nas fronteiras intracomunitárias.⁷ Na terceira fase, com a entrada em vigor do Tratado de Amsterdã, em 1999, privilegia-se o alto nível de proteção da saúde humana em consequência do caso da “vaca louca”, ocorrido na Grã-Bretanha no final dos anos 90 da centúria passada.⁸ Por fim, na quarta fase, surge o Regulamento 178/2002, norma geral que cria a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, dispondo sobre as normas e princípios gerais de legislação alimentar, bem como os procedimentos de segurança de gêneros alimentícios.⁹

Hoje, no espaço da União Europeia, em algumas instituições de ensino e pesquisa é ministrado o curso de especialização (*master*) em direito agroalimentar. Dentre essas instituições, podemos citar: na França, o IQUABIAN (Pólo Nantês de Formação Superior, de Pesquisa e de Documentação Agroalimentar), vinculado à Universidade de Nantes¹⁰; na Espanha, a Universidade de Cádiz foi a primeira a oferecer um curso de direito agroalimentar;¹¹ e na Itália, sob a denominação de *diritto alimentare*, a Faculdade de Direito da Universidade de Ferrara¹² e a Faculdade de Direito da Universidade de Estudos de Turim.¹³

1.2 O Significado do Adjetivo Agroalimentar

É mister, antes de ingressarmos nas perspectivas doutrinárias, conhecer o significado do vocábulo agroalimentar. Os conceitos metajurídicos de cadeia agroalimentar são importantes para melhor compreensão do fenômeno, acima de tudo o conceito de

⁷ *Ibid.*, p. 07.

⁸ Trata-se da encefalopatia espongiforme bovina (EEB), uma doença transmitida ao gado bovino por meio do consumo de ração contendo ossos ou vísceras de animais, em especial as ovelhas no caso ocorrido na Grã-Bretanha. A doença pode ser transmitida ao ser humano pelo consumo de carne oriunda de animal contaminado. A encefalopatia espongiforme transmissível ou Doença de Creutzfeldt-Jakob (CJD) causa degeneração esponjosa do cérebro. Cf. Divulgação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/vacalouca/conceitos.htm>>. Acessado em 09/01/2009.

⁹ *Ibid.*, p. 08.

¹⁰ Disponível em: <http://www.iquabian.univ-nantes.fr/article.php3?id_article=32>. Acessado em 15/01/2009.

¹¹ Disponível em: <<http://www2.uca.es/orgobierno/rector/noticias2/anterior2004/anterior160.html>>. Acessado em: 15/01/2009.

¹² Disponível em: <<http://docente.unife.it/paolo.borghi/didattica#DIRITTO%20ALIMENTARE>>. Acessado em: 15/01/2009.

¹³ Disponível em: <<http://www.giurisprudenza.unito.it/sito2/default.asp?opt=masters&act=post-laurea>>. Acessado em 15/01/2009.

filière, uma vez que LORVELLEC tomou este conceito como ponto de partida para abordar as relações organizacionais entre os agentes econômicos da cadeia produtiva agroalimentar.¹⁴

De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, agroalimentar significa “relativo à produção, processamento e embalagem de produtos alimentares de origem agrícola, destinados ao uso humano.”¹⁵ Em francês, segundo o dicionário *Le Petit Larousse* “relatif à l’élaboration, à la transformation et au conditionnement des produits d’origine principalement agricole destinés à la consommation humaine et animale.”¹⁶ Em italiano, conforme o dicionário *Garzanti* “concerne l’agricoltura e l’industria di trasformazione dei suoi prodotti in generi alimentari.”¹⁷

Dos significados dos dicionários monolíngües gerais, extrai-se que o termo agroalimentar denota um processo que se inicia na empresa agrária, mediante a atividade principal de cultivo de plantas ou criação de animais, passando pela agroindústria, que transforma a matéria-prima, acondicionando-a para venda ao consumidor. Há nesse processo dois pontos de destaque: o *iter* de um produto agroalimentar e as relações entre os agentes de uma cadeia produtiva específica.

O processo produtivo agroalimentar está presente em todos os conceitos metajurídicos a serem brevemente examinados: o agronegócio, a *filière* e o sistema agroalimentar (SAG). São conceitos econômicos que contêm o fenômeno produtivo agroalimentar como um todo, ao invés de separá-lo em setores primário e secundário.

1.3 Os Conceitos Metajurídicos de Cadeia Agroalimentar

O vocábulo agronegócio não era de uso corrente na língua portuguesa, mesmo nos meios de agentes econômicos envolvidos em atividades desse setor, que preferiam o emprego da terminologia de origem estadunidense *agribusiness*. Segundo o Dicionário

¹⁴ LORVELLEC, Louis. *Droit Rural*, p. 411.

¹⁵ Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001.

¹⁶ Dicionário Eletrônico Le Petit Larousse 2008, Paris, Editions Larousse, 2008.

¹⁷ Dizionario Italiano Garzanti Medio, Novara, De Agostini, 2004.

Houaiss da Língua Portuguesa a palavra “agronegócio” é de datação da década de 90 da centúria passada.¹⁸ Ainda de acordo com o referido dicionário, agronegócio significa: “conjunto de operações da cadeia produtiva, do trabalho agropecuário até a comercialização.”¹⁹

Nota-se que os significados de agroalimentar e agronegócio são bem semelhantes, ambos abarcam o trajeto de um produto de origem agropecuária e as relações existentes nesse processo. Contudo, o significado de agronegócio é mais abrangente, não se restringindo à cadeia produtiva de produtos destinados à alimentação humana e animal.

O conceito de sistema agroindustrial ou *commodity system approach* foi desenvolvido a partir da década de 50 do século passado por DAVIS e GOLDBERG, ambos professores da Universidade de Harvard²⁰. O conceito de agronegócio, aprimorado por GOLDBERG em 1968, é o que segue, *verbis*:

“Um sistema de commodities engloba todos os atores envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto. Tal sistema inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo, demarcando um fluxo que vai dos insumos até o consumidor final. O conceito engloba todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio”.²¹

O conceito de agronegócio é muito amplo, envolvendo toda a cadeia de produção. Destaca-se do conceito de agronegócio os atos de produzir, processar e distribuir um produto, isto é., o *iter* de um produto da fazenda, passando pela industrialização e distribuição até o consumidor. No conceito de agronegócio há uma fase anterior ao plantio ou à criação de animais: a aquisição de insumos. Outrossim, o conceito de agronegócio

¹⁸ *Ibid.*, vocábulo agronegócio.

¹⁹ *Ibid.*, vocábulo agronegócio.

²⁰ ZYLBERSZTAJN, Decio *et al.* “Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial”, In: *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares.*, p. 3, nota de rodapé n.º 1.

²¹ GOLDBERG, R. A. *Agribusiness Coordination: A Systems Approach to the Wheat, Soybean and Florida Orange Economies*, Division of Research. Graduate School of Business and Administration, Harvard University, 256 pp., 1968, *data apud* ZYLBERSZTAJN, Decio, *Op. cit.*, p. 5.

considera a interdependência nas relações entre os agentes, públicos e privados, intervenientes na cadeia produtiva.

Um conceito também importante para nosso estudo é o de *filière*, como já dito antes. A *filière*, que pode ser traduzida por cadeia ou fileira, é um conceito desenvolvido pela Escola de Organização Industrial Francesa, destacando nessa pesquisa a abordagem dos autores FLORIOT, MORVAN, LAURET, MONTIGAUD, LABONNE, PEREZ²² e MALASSIS²³ entre outros. Semelhante ao conceito de agronegócio, o conceito de *filière* engloba uma série de seqüências do processo produtivo. Segundo o dicionário de língua francesa *Le Petit Larousse*, a *filière* é, *verbis*,: “Succession de degrés à franchir, de formalités à remplir avant de parvenir à un certain résultat”.²⁴ A definição de *filière*, segundo MORVAN é, *verbis*:

“Cadeia (*filière*) é uma seqüência de operações que conduzem à produção de bens. Sua articulação é amplamente influenciada pela fronteira de possibilidades ditadas pela tecnologia e é definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização dos seus lucros. As relações entre os agentes são de interdependência ou complementariedade e são determinadas por forças hierárquicas. Em diferentes níveis de análise a cadeia é um sistema, mais ou menos capaz de assegurar sua própria transformação”.²⁵

Malgrado o uso do termo *filière* tenha iniciado nos anos 70 do século passado, o conceito de cadeia não é novo na literatura econômica. Tal conceito remonta aos estudos de Adam SMITH²⁶ e Karl MARX;²⁷ o primeiro ao descrever a divisão do trabalho e as variadas atividades intervenientes na produção de um determinado produto, enquanto o último a distribuição dos produtos.

²² MACHADO FILHO, Cláudio A. Pinheiro *et al.* *Agribusiness Europeu*, p. 6.

²³ STRAMBI, Giuliana. “La filiera di produzione agro-alimentare”. In: *Prodotti Agricoli e Sicurezza Alimentare*, p. 26.

²⁴ *Ibid.*, vocábulo *filière*. Nossa tradução: “sucessão de graus a atravessar, de formalidades a cumprir antes de chegar a um certo resultado.”.

²⁵ MORVAN, Y., *Filière de Production*, in *Fondements d’économie industrielle*, Economica, pp. 199-231, 1985, *data apud* ZYLBERSZTAJN, Decio, *Op. cit.*, p. 9, tradução e itálicos deste autor.

²⁶ STRAMBI, Giuliana. *Op. cit.* p. 25.

²⁷ ZYLBERSZTAJN, Decio. *Op. cit.*, p. 10.

O significado transcrito do dicionário *Le Petit Larousse*, bem como o conceito formulado por MORVAN não são divergentes no aspecto da sucessão de atividades no processo produtivo. Fator não explicitado por DAVIS e GOLDBERG ao formularem o conceito de agronegócio é a influência da tecnologia. Como dissemos acima, uma das características da sociedade do pós-guerra é o progresso tecnológico, que alterou não só os modos de produção, mas também as relações jurídicas.

Por seu turno, MALASSIS define a *filière*, *verbis*:

"A cadeia (*filière*) reporta-se aos itinerários do aparelho agroalimentar, no que concerne à ligação entre os agentes e das operações que contribuem à formação e transferência do produto até o seu estado final de utilização, bem como aos mecanismos de ajustamento do fluxo dos produtos e dos fatores de produção".²⁸

Dos conceitos, tanto de agronegócio como de *filière*, extrai-se o percurso do produto, atravessando diversos setores. Enfatizamos, da leitura dos conceitos, o itinerário do produto e as relações estabelecidas pelos agentes envolvidos em momentos do processo produtivo.

Foram vistos acima os conceitos elaborados alhures. No entanto, os pesquisadores brasileiros não ignoraram a literatura criada a partir dos anos 60 do século passado sobre as cadeias e os sistemas produtivos. Destacamos, dentre os diversos estudos realizados no Brasil, aqueles realizados pelo Centro de Conhecimento em Agronegócio, um grupo de pesquisadores vinculados aos Departamentos de Economia e Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, cuja finalidade é estudar o agronegócio brasileiro, fornecendo auxílio para entidades privadas e públicas.²⁹

O conceito de sistema agroalimentar, elaborado por ZYLBERSZTAJN, destoa-se do conceito de agronegócio de GOLDBERG no seguinte aspecto, *verbis*:

²⁸LABONNE, M. *Sur le concept de filière en Economie Agro-Alimentaire*. Institute National de la Recherche Agronomique. Laboratoire d'Economie et Sociologie Rurales, Montpellier, France, 1985, p. 5, *data apud*, ZYLBERSZTAJN, Decio. *Op. cit.*, p. 12. Tradução e itálicos deste.

²⁹ Disponível em: <<http://www.fundacaoofia.com.br/pensa/>>. Acessado em 15/01/2009.

“... o SAG é aqui visto como um conjunto de relações contratuais entre empresas e agentes especializados, cujo objetivo final é disputar o consumidor de determinado produto...”³⁰

O produto, no caso do SAG, é o alimento. Porém, adverte ZYLBERSZTAJN que o conceito de SAG pode ser aplicado a outras cadeias produtivas.³¹

O agente mais relevante no conceito de SAG é o consumidor; destinatário final e ponto de convergência do fluxo produtivo.³² ZYLBERSZTAJN realça os motivos de tomada de decisão do consumidor que podem ser a qualidade dos alimentos, as dietas alimentares, o tempo etc., enfim, fatores influentes do mundo globalizado.³³ Não são desprezados do conceito as empresas e os agentes especializados, podendo, dependendo do caso específico, estar na produção, transformação ou distribuição.

Um ponto preponderante do estudo do SAG, sobretudo para o estudioso do Direito, é o denominado ambiente institucional.³⁴ Podemos dizer, em linguagem jurídica, que o ambiente institucional é: o direito positivado, incluindo os princípios, os costumes e os usos, ou seja., as normas jurídicas que permitem o funcionamento do SAG. Por sua vez, podemos entender por organizações: os agentes, estas pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, intervenientes no SAG ou que, de certo modo, contribuem para a manutenção do sistema.³⁵

³⁰ *Ibid.*, p. 13.

³¹ *Ibid.*, p. 13.

³² *Ibid.*, p. 16.

³³ *Ibid.*, p. 16.

³⁴ *Ibid.*, p. 20.

³⁵ *Ibid.*, p. 20.

1.4 A Perspectiva de BALLARÍN MARCIAL

BALLARÍN MARCIAL foi o primeiro autor a conceber o direito agroalimentar, segundo ROOK BASILE.³⁶ A indagação de BALLARÍN MARCIAL é o objeto do direito agrário, um direito da empresa agrária ou um direito da reforma agrária.³⁷ Ele defende uma nova ótica para o estudo do direito agrário, que está na importância dada a partir dos últimos anos da década de 70 e início dos anos 80 do século passado ao problema da alimentação.³⁸

1.4.1 O Direito Agroalimentar como uma Nova Fase do Direito Agrário

A definição provisória de direito agroalimentar de BALLARÍN MARCIAL é, *verbis*:

“... um sistema de normas que regulam a atividade pública e privada relativa à agricultura e à alimentação, à conservação da natureza e ao aperfeiçoamento das condições do ambiente rural”.³⁹

Em seguida, BALLARÍN MARCIAL enfatiza a inserção na definição do termo alimentação. Justifica tal inserção demonstrando os pólos da cadeia produtiva: o produtor rural num extremo e no outro o consumidor de alimentos, não só oriundos da agricultura, mas também da pesca, da criação de ostras, da produção de carne e vegetais “sem terra”, incluindo a extração de petróleo.⁴⁰ Esclarece que a conservação do ambiente rural não está

³⁶ ROOK BASILE, Eva. Manifestação na presidência de mesa na II Seção antemeridiana do Convênio sobre “Diritto alimentare, globalizzazione e innovazione”, ocorrido em Rovigo no dia 09 de dezembro de 2005. In: *Rivista di Diritto Agrario*, fasc. 4, anno LXXXIV, 2005, p. 654.

³⁷ BALLARÍN MARCIAL, Alberto “Dal Diritto Agrario al Diritto Agroalimentario”. In: *Rivista di Diritto Agrario*, anno LXIII, v. LXIII, 1984, p. 208 e seguintes, tradução do espanhol para o italiano da Dr^a. Anna Maria SERGI. Trabalho exposto no XII Congresso Europeu de Direito Agrário, que teve lugar em Ferrara, entre os dias 11 e 14 de maio de 1983.

³⁸ *Ibid.*, p. 206.

³⁹ *Ibid.*, p. 208, tradução nossa. No original: “un sistema di norme che regolano l’attività pubblica e privata relativa all’agricoltura e all’alimentazione, alla conservazione della natura ed al miglioramento delle condizioni dell’ambiente rurale.”

⁴⁰ *Ibid.*, p. 208.

diretamente compreendida no vocábulo agroalimentar, mas implicitamente numa visão moderna da questão agrária.⁴¹

Na verdade, BALLARÍN MARCIAL tem uma visão própria do direito agrário, isto é, ele não pretende criar um novo ramo jurídico, mas ver o direito agrário sob um novo ponto de vista que privilegia a produção de gêneros alimentícios. Reconhece a importância para o estudo do direito agrário da teoria da agrariedade biológica formulada por CARROZZA, porém não crê que o critério da agrariedade seja decisivo para determinar o que seja agrário.⁴² Inclusive chega a chamar os jusagraristas de “los juristas del antiguo Derecho Agrario hablamos ahora del Derecho Agroalimentario”.⁴³ Enfim, o critério mais relevante para BALLARÍN MARCIAL é o caráter alimentício na essência do direito agrário.

Embora reconheça que nem toda atividade agrária, tanto de cultivo de plantas como criação de animais, esteja voltada somente para a alimentação, BALLARÍN MARCIAL insiste no seu posicionamento. Não crê ser correto qualificar como atividade agrária, criticando a posição de CARROZZA, a criação de cavalos de corrida em instalações de luxo.⁴⁴ Ao invés de atividade agrária, BALLARÍN MARCIAL prefere denominar atividade “alimentar”, ressaltando a proteção do consumidor.⁴⁵

Ainda defendendo a mudança de enfoque no direito agrário, BALLARÍN MARCIAL sustenta que o direito agrário não diz respeito somente à agricultura, mas também à política alimentar, sobretudo na distribuição de alimentos e controle de preços.⁴⁶ Fundamenta sua posição na política espanhola, mais precisamente na criação do Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação, bem como nas intervenções do Estado na Economia.⁴⁷

⁴¹ *Ibid.*, p. 208.

⁴² *Ibid.*, p. 212.

⁴³ BALLARÍN MARCIAL, Alberto. “Política Agraria y Desarrollo Normativo”. In: *El Derecho Agrario: Modernización y Desarrollo Rural*, p. 48.

⁴⁴ BALLARÍN MARCIAL, Alberto “Dal Diritto Agrario al Diritto Agroalimentario”. In: *Rivista di Diritto Agrario*, anno LXIII, v. LXIII, 1984, p. 215.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 215.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 216.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 217. Creemos que a existência de um ministério não seja suficiente para a justificação de um novo direito.

Acrescenta que há um conflito de interesses entre agricultores e consumidores, como ocorre no direito do trabalho na relação empregador e empregado.⁴⁸ O direito agroalimentar deveria resolver o conflito preexistente entre os agricultores e os consumidores.

BALLARÍN MARCIAL reconhece o surgimento do direito da alimentação, mas ressalta o seu confinamento na tutela da saúde do consumidor e da transparência nas transações comerciais.⁴⁹ Enfatiza ainda que a agricultura, antes de estar integrada no mercado, é sustentada pelo Estado como “um serviço público”.

No entanto, a proposta de ver o direito agrário sob a veste de direito agroalimentar, como propõe BALLARÍN MARCIAL, não fica imune a críticas. ZELEDÓN ZELEDÓN critica a posição de BALLARÍN MARCIAL, uma vez que nem todos produtos agrícolas estão destinados ao consumo alimentar humano.⁵⁰

1.4.2 A Posição mais Recente

A definição provisória de direito agroalimentar, como visto no tópico anterior, não compreende diretamente o conceito de cadeia produtiva de alimentos. Com efeito, BALLARÍN MARCIAL denominou-a de provisória, pois, no momento que a concebeu, cremos que já tinha em mente que seriam necessários maiores estudos ou mais tempo para maturá-la.⁵¹

A definição extensa e descritiva, como denomina o próprio jurista espanhol, de direito agroalimentar é, *verbis*:

⁴⁸ *Ibid.*, p. 219.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 220. No original italiano “*diritto alimentare*”. Mais adiante, neste capítulo, trataremos do direito da alimentação referido por BALLARÍN MARCIAL.

⁵⁰ CARROZZA, Antonio e ZELEDÓN ZELEDÓN, Ricardo. *Teoria General e Institutos de Derecho Agrario*, p. 38.

⁵¹ Vale lembrar que se trata de opinião manifestada no XII Congresso Europeu de Direito Agrário, que teve lugar em Ferrara, entre os dias 11 e 14 de maio de 1983.

“... o sistema de normas relativas à agricultura e à alimentação, entendendo por agricultura, ou, para ser mais exato, por “atividade agrária”, a de uma pessoa física ou jurídica (o agricultor e empresário) que, a partir de uma organização racional mínima estável, constituída pela terra e pelos elementos de cultivo (a exploração) obtém dessa terra todas as produções vegetais possíveis, principalmente de alimentos para o homem, de fibras têxteis para vestuário, também flores e plantas de adorno, de biomassa energética, assim como de madeira pela plantação e cuidado de árvores, tudo isso, mediante o controle de seu desenvolvimento biológico (por tal razão fica excluída a extração de materiais de cavernas, minas, pedreiras e turfeiras); ou é também, a de mero cuidado das árvores e bosques naturais com as mesmas finalidades utilitárias e ambientais, que incluem a colheita por seu titular de lenha e frutos alimentícios espontâneos, ou o pastoreio com animais destinados à alimentação humana, compreendendo a conservação e o embelezamento da paisagem; também é atividade agrária de criação de animais no fundo ou fora dele, sempre que se destinem ao abate, assim como a criação (aquicultura) ou obtenção (pesca) de peixes, mariscos crustáceos ou moluscos em toda classe de águas, incluídas as marítimas”.⁵²

Está claro que BALLARÍN MARCIAL mudou a definição de direito agroalimentar, aceitando as críticas que lhe foram tecidas contra a definição provisória. A primeira crítica diz respeito à empresa agrária, pois a atividade agrária é exercida por uma pessoa física ou jurídica que organiza os meios de produção. Outra crítica se refere ao destino da produção agrária, aceitando a crítica exposta acima por ZELEDÓN ZELEDÓN,

⁵² BALLARÍN MARCIAL, Alberto. “Definición y Justificación del Derecho Agroalimentario”. In: *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, pp. 37 e 38, tradução nossa. No original: “... es sistema de normas relativas a la agricultura y a la alimentación, entendiendo por agricultura, o, para ser más exactos, por “actividad agraria”, la de una persona física o jurídica (el agricultor e empresario) que, a partir de una organización racional mínima estable, constituida por la tierra y los elementos de cultivo (la explotación) obtiene de esa tierra todas las producciones vegetales posibles, principalmente de alimentos para el hombre, de fibras textiles para el vestido, así como de madera por la plantación y cuidado de árboles, todo ello, mediante el control de su desarrollo biológico (por tal razón queda excluida la extracción de materiales de cuevas, minas, canteras o turberas); lo es también, la de mero cuidado de los árboles y bosques naturales con las mismas finalidades utilitarias y medioambientales, que incluyen la recogida por su titular de leña y frutos alimenticios espontaneos, o el pastoreo con animales destinados a la alimentación humana, abarcando la conservación y el embellecimiento del paisaje; también es actividad agraria la cría de animales en fundo o fuera de él, siempre que se destinen al abasto, así como la cría (acuicultura) u obtención (pesca) de peces, mariscos crustáceos o moluscos en toda clase de aguas, incluidas las marítimas.”. A definição foi manifestada no XI Congresso Espanhol e I Internacional de Direito Agrário, ocorrido na Escola Técnica Superior de Engenheiros Agrônomos da Universidade Politécnica de Valência, nos dias 22 e 23 de Junho de 2006.

ao incluir as fibras têxteis e plantas ornamentais, embora saliente a produção de alimentos para consumo humano. No entanto, não inclui na sua definição a criação de animais não destinados ao abate, *v.g.*, os cavalos de corrida.

A atividade extrativista, na definição extensa e descritiva, é uma atividade principal como o cultivo de plantas e a criação de animais. Não há consenso na doutrina jusagrarista, principalmente europeia, sobre a inclusão da atividade extrativista como atividade principal, como bem observa HIRONAKA.⁵³ Mesmo na doutrina brasileira, SCAFF se posiciona contra a inclusão das atividades extrativistas como atividade principal agrária, isto porque esta atividade está fundada na intervenção humana no ciclo biológico. Não descarta, contudo, a possibilidade de inclusão da atividade extrativista nas atividades agrárias ditas por conexão. Neste caso, a atividade extrativista seria mais uma atividade além daquela principal, de cultivo de plantas e criação de animais, desenvolvida pelo empresário agrário.⁵⁴

BALLARÍN MARCIAL complementa o exposto na definição extensa e descritiva sobre atividade agrária como segue, *verbis*:

“ “A atividade agrária compreende também a venda do produzido e obtido pelo produtor, a necessária manipulação, armazenamento, conservação e transporte dos produtos até os colocar no mercado, do mesmo modo compreende a transformação primária feita com produtos, na sua maior parte procedentes do agricultor produtor”, e entendida a palavra transformação em sentido muito amplo que “compreenderia o emprego de ingredientes e o acréscimo de substâncias não necessárias para a conservação do produto agrário, além de envasado para sua venda no mercado dos frutos naturais, assim o envasilhamento, ensacado ou encaixotado e as operações de preparação do produto se não constituem um processo industrial independente”, se bem que a transformação não chega a ser um objeto de uma empresa autônoma ou de principal importância, senão conexa à atividade agrária, atividades orientadas para o mercado — mercado nacional,

⁵³ HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Atividade Agrária e Proteção Ambiental: Simbiose Possível*, p. 45.

⁵⁴ SCAFF, Fernando Campos. *Aspectos Fundamentais da Empresa Agrária.*, pp. 90 e 91.

comunitário e mercado mundial globalizado — para obter rendas equitativas no marco da empresa agrária — organização racional de elementos humanos e materiais para produzir e obter benefícios — e preços razoáveis — direta ou indiretamente protegidos, por regra geral, pelos poderes públicos — pagando pelos consumidores, provendo-os de alimentos saudáveis e da maior qualidade possível (segurança alimentar), sob controle administrativo, de base científica — agricultura baseada nas boas práticas agrárias, biológica ou integrada, de qualidade certificada, sob a vigência do princípio de precaução e o de responsabilidade —, ordenada tal atividade, além de, incluir as normas atinentes aos alimentos como tais, a proteção da saúde e a promoção da qualidade de vida daqueles (Direito da Alimentação)”.⁵⁵

BALLARÍN MARCIAL acrescenta às atividades conexas manufatureira, transportadora, processadora, lucrativa e consumativa da teoria da acessoriedade de VIVANCO⁵⁶, a segurança alimentar, os princípios de precaução e de responsabilidade, assim como o direito da alimentação. Contudo, as atividades de transformação, processamento e venda para consumo dos produtos alimentícios normalmente propendem a serem realizadas por terceiros, não pelo próprio produtor rural (um exemplo, os contratos de integração vertical agroindustrial).

⁵⁵ BALLARÍN MARCIAL, Alberto. “Definición y Justificación del Derecho Agroalimentario”. In: *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, pp. 38 e 39, tradução nossa. No original: “La actividad agraria comprende también la venta de lo producido y obtenido por el productor, la necesaria manipulación, almacenamiento, conservación y transporte de los productos hasta ponerlos en mercado; asimismo comprende la transformación primaria hecha con productos, en su mayor parte procedente del agricultor productor”, y entendida esa palabra transformación en un sentido muy amplio que “abarcaría el empleo de ingredientes y el añadido de sustancias no necesarias para la conservación del producto agrario, además del envasado para su venta en el mercado de los frutos naturales, así pues el embotellamiento, ensacado o encajonado y las operaciones de preparación del producto si no constituyen un proceso industrial independiente”, si bien le transformación no llega a ser objeto de una empresa autónoma o de principal importancia, sino conexas a la actividad agraria orientadas todas esas actividades hacia el mercado – mercado nacional, comunitario y mercado mundial globalizado – para obtener rentas equitativas en el marco de la empresa agraria – organización racional de elementos humanos y materiales para producir y obtener beneficios – y precios razonables – directa o indirectamente protegidos, por regla general, por los Poderes Públicos – a pagar por los consumidores, a los que se proveerá de alimentos sanos y de la mayor calidad científica – agricultura basada en las buenas prácticas agrarias, biológicas o integrada, de calidad certificada, con vigencia del principio de precaución y el de responsabilidad –, ordenada tal actividad, además, incluso con normas atinentes a los alimentos como tales, a la protección de la salud y a la promoción de la calidad de vida de aquellos (Derecho Alimentario).”.

⁵⁶ VIVANCO, Antonino C. *Teoría de Derecho Agrario*, pp. 24, 25 e 29. Em síntese, VIVANCO classifica a atividade agrária em próprias: a atividade produtiva, de cultivo de plantas e criação de animais, a conservativa e a preservativa. As atividades acessórias são a extrativa e a capturativa, enquanto que as atividades conexas são aquelas que complementam as atividades próprias quando exercidas por agricultores no meio rural. As atividades conexas, quando não complementarem a atividade agrária, serão consideradas vinculadas.

Apesar de ampliar a atividade agrária, tanto principal como conexa, BALLARÍN MARCIAL continua a criticar a teoria da agrariedade de CARROZZA. Para o jurista espanhol, a teoria da agrariedade tem o fundamento num critério técnico — o critério biológico —, enquanto o seu critério é axiológico — os alimentos. Salienta que é dever dos poderes públicos a proteção da alimentação visando preços acessíveis à população.⁵⁷

Não podemos olvidar que CARROZZA, ao propor um critério de agrariedade para o estudo do direito agrário, procurou encontrar um denominador comum para diversos institutos jurídicos relacionados ao direito agrário.⁵⁸ O ciclo biológico, de cultivo de plantas e criação de animais, é o *proprium* da atividade agrária.⁵⁹ Não obstante a atividade agrária, em certos casos, tenha algumas características influenciadas por avanços tecnológicos que atenuam os riscos de forças naturais alheias ao controle humano, v.g., a hidroponia, a atividade não deixa de ter um caráter de agrariedade, posto que ainda há uma margem de risco de quem exerce uma atividade com seres vivos, bem como a dependência de um ciclo biológico determinante.⁶⁰

No entanto, BALLARÍN MARCIAL, define um novo direito agroalimentar, *verbis*:

“... direito agroalimentar, junto ao tradicional direito agrário, seria o ramo deste que, constituindo na realidade um verdadeiro sistema, reúne as normas jurídicas que regem a produção, a transformação, a distribuição e a venda dos alimentos destinados ao homem e aos animais que, por sua vez, são alimentos humanos com fulcro nos princípios enumerados no artigo 39 do tratado de Roma, aos que devem acrescentar-se os seguintes: o de precaução, de máximo nível de segurança e qualidade em todos os níveis, o de eficiência econômica, tudo isso com base na ciência atual; por outra parte, os de livre

⁵⁷ BALLARÍN MARCIAL, Alberto. “Definición y Justificación del Derecho Agroalimentario”, In: *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, p. 36.

⁵⁸ CARROZZA, Antonio. *Problemi e Profili del Diritto Agrario*, p. 63.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 74.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 78.

concorrência, num mercado aberto e global, assim como o da proteção dos consumidores”.⁶¹

A primeira vista, parece-nos que BALLARÍN MARCIAL mudou sua opinião sobre o direito agroalimentar, que seria uma nova fase do direito agrário, ao dizer que o direito agroalimentar é um ramo do direito agrário. Todavia, cremos que BALLARÍN MARCIAL não tenha abandonado sua idéia inicial de um direito agroalimentar como uma nova fase do direito agrário, uma vez que a definição mais recente, definição extensa e descritiva, amplia a atividade agrária, como visto acima, bem como o exercício da atividade pelo agricultor empresário. Dizemos isso porque BALLARÍN MARCIAL afirma que o direito agroalimentar está fundido num sistema único que compreende o tradicional direito agrário e o direito agroalimentar.⁶² Corrobora também para tal entendimento a crítica de BALLARÍN MARCIAL, mencionada acima, à teoria da agrariedade de CARROZZA.

Na definição extensiva e descritiva de direito agroalimentar, BALLARÍN MARCIAL reitera a defesa da intervenção estatal direta ou indireta para garantir preços razoáveis aos consumidores. Ao contrário, na definição de um novo direito agroalimentar, o jurista espanhol acrescenta aos princípios da Política Agrícola Comum, os princípios de eficiência econômica e livre concorrência num mercado globalizado. A eliminação de subsídios defendida por países em desenvolvimento como China, Índia, Sul da África e Brasil, no âmbito da política agrícola internacional, é bem conhecida por BALLARÍN MARCIAL que, porém, a seu modo, defende a política de subsídios, reconhecendo certa ineficiência econômica das unidades produtivas agrícolas da UE.⁶³

⁶¹ BALLARÍN MARCIAL, Alberto. “La Seguridad Alimentaria en España”. In: *Rivista di Diritto Agrario*, fasc. 4, anno LXXXIV, ottobre-dicembre 2005, p. 615, tradução nossa. No original: “... derecho agroalimentario, junto al tradicional derecho agrario; sería la rama de este que, constituyendo en realidad un verdadero sistema, reúne las normas jurídicas que rigen la producción, la transformación, la distribución y la venta de los alimentos destinados al hombre o a los animales que, a su vez, son alimentos con arreglo a los principios enumerados en el artículo 39 del tratado de Roma, a los que deben añadirse los siguientes: el de precaución, de máximo nivel de seguridad y de calidad a todos los niveles, el de eficiencia económica, todo ello con base en la ciencia actual; por otra parte, los de libre competencia, en un mercado abierto y global, así como el de la protección de los consumidores.” O referido artigo 39 é o atual artigo 33, que define os fins da Política Agrícola Comum. Cf. Eur-Lex, banco de dados legislativos da UE. Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/index.htm#founding>>. Acessado em 09/01/2009.

⁶² BALLARÍN MARCIAL, Alberto. “Definición y Justificación del Derecho Agroalimentario”. In: *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, p. 50.

⁶³ BALLARÍN MARCIAL, Alberto. “La Seguridad Alimentaria en España”. In: *Rivista di Diritto Agrario*, fasc. 4, anno LXXXIV, ottobre-dicembre 2005, p. 611.

O objeto do direito agroalimentar é o produto, na definição de um novo direito agroalimentar, independente de sua forma de produção.⁶⁴ BALLARÍN MARCIAL diz que segue a opinião de GERMANÒ, acrescentando que independe quem seja o produtor: um agricultor ou um comerciante.⁶⁵ Todavia, parece-nos contraditório a questão subjetiva do exercício da atividade agrária, como consta na definição extensiva e descritiva. Nesta definição, BALLARÍN MARCIAL afirma que a atividade agrária é exercida por “pessoa física ou jurídica (agricultor e empresário)”, contradizendo-se ao dizer que o produto objeto do direito agroalimentar independe tanto da forma de produção como do sujeito que a exerce. A indeterminação subjetiva estaria mais adequada à definição de um novo direito agroalimentar, ao contrário da definição extensiva e descritiva do direito agroalimentar, mesmo que se trate de um ensaio de definição, como diz o próprio jurista espanhol.⁶⁶ Talvez, BALLARÍN MARCIAL quisesse se referir às empresas agroalimentares do n. 2, do artigo 3º do Regulamento 178/2002 da UE.⁶⁷

GERMANÒ, ao analisar as atividades conexas no ordenamento jurídico italiano, frisa dois elementos importantes: a subjetividade e a objetividade.⁶⁸ O sujeito que desenvolve a atividade principal, no primeiro elemento, deve também realizar a atividade conexa. No segundo elemento, é necessário existir uma unidade na organização empresarial, isto é, a atividade conexa deve estar inserida na organização criada para o desenvolvimento da atividade principal no processo produtivo de única empresa.

Como veremos mais adiante ao tratarmos da perspectiva italiana do direito agroalimentar, o Regulamento 178/2002 da UE é um fator muito importante no estudo desse direito, uma vez que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, criando a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelecendo procedimentos de segurança dos gêneros alimentícios. Segundo BALLARÍN MARCIAL,

⁶⁴ BALLARÍN MARCIAL, Alberto. “Definición y Justificación del Derecho Agroalimentario”. In *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, p. 42.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 42.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 37.

⁶⁷ “Art. 3º ... Para efeitos do presente regulamento, entende-se por.

...

2. “empresa do sector alimentar”, qualquer empresa, com ou sem fins lucrativos, pública ou privada, que se dedique a uma actividade relacionada com qualquer das fases de produção, transformação e distribuição de géneros alimentícios;”. (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, edição em língua portuguesa de 01/02/2002. Arquivo em formato pdf. extraído do sítio eletrónico). Disponível em:

<<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002R0178:PT:HTML>>. Acessado em 09/01/2009.

⁶⁸ GERMANÒ, Alberto. *Manuale di Diritto Agrario*, p. 103.

o Regulamento 178/2002 é a “verdadera carta constitutiva del Derecho Agroalimentario”, enfatizando a cadeia de produção-consumo e os seus elos: produção, transformação, distribuição e consumo.⁶⁹

Creemos que BALLARÍN MARCIAL, em suma, mantém sua posição inicial sobre o direito agroalimentar como uma nova fase do direito agrário. Tal posição está clara ao ampliar a atividade agrária, tanto principal como conexa. Inclui na atividade principal a criação e captura de peixes, mariscos e crustáceos, em quaisquer águas. Amplia a atividade conexa, acrescentando o princípio de precaução, a intervenção dos poderes públicos para garantir preços de alimentos razoáveis aos consumidores. Tende, no entanto, a um novo direito agroalimentar fundado nas normas que regem a cadeia produtiva de alimentos norteados pelos princípios de precaução, segurança alimentar, eficiência econômica e livre concorrência, além dos princípios da Política Agrícola Comum — PAC.

1.5 A Perspectiva de LORVELLEC

LORVELLEC divide o seu estudo da *économie agro-alimentaire* em três ângulos da cadeia agroalimentar, que serão expostos nos subtópicos abaixo: o produto, os agentes e suas relações jurídicas de cunho organizacional na cadeia agroalimentar e, por fim, os mercados.

1.5.1 O Conceito de Direito Agroalimentar

LORVELLEC denomina o estudo do direito agroalimentar de *économie agro-alimentaire*.⁷⁰ Justifica o seu estudo pela importância da cadeia agroalimentar, despertando o interesse do jurista pelo desconhecimento de uma parte recente do *droit rural*, *verbis*:

⁶⁹ *Ibid.*, p. 51.

⁷⁰ LORVELLEC, Louis, *Op. cit.*, p. 411.

“Toda atividade agrícola pertence ao “sistema agroalimentar”, vasto conjunto de agentes econômicos em interação, cuja atividade seja na montante, seja na jusante, dependem da produção agrícola. Fornecedores da agricultura, ou transformadores de produtos agrícolas, as agroindústrias e os prestadores de serviços aos agricultores formam um grupo cuja unidade é mais econômica que jurídica. Porém, este viés econômico do mundo agrícola atrai o jurista, pois esclarece uma das partes mais desconhecidas e mais recentes do direito agrário”.⁷¹

O conceito de direito agroalimentar de LORVELLEC guarda certa similitude com a definição de um novo direito agroalimentar de BALLARÍN MARCIAL, que, como visto, define o direito agroalimentar como um sistema de normas que regem a produção, a transformação, a distribuição e a venda dos alimentos destinados ao homem.

A cadeia (*filière*) agroalimentar da qual “pertence toda atividade agrícola” é um “sistema agroalimentar”. Um sistema é um todo. A unidade dos agentes da cadeia de produção, elemento destacado por LORVELLEC, é mais econômica que jurídica. Aqui cabe dizer que o conceito de *filière* é o ponto de partida do estudo do direito agroalimentar, isto é, o estudo jurídico de um sistema produtivo agroalimentar complexo no qual diversos agentes se relacionam, em graus diferentes, para convergir num produto final.

No exercício da atividade agrária, o empresário agrário, ainda conforme o conceito de LORVELLEC, se relaciona com outros profissionais. Adquire máquinas, sementes ou filhotes para criação, na montante. É auxiliado por agrônomos ou médicos veterinários, durante o exercício de sua atividade profissional cujo escopo é alienar os bens produzidos para a agroindústria, na jusante. Esses são os elementos subjetivos do “sistema agroalimentar”.

LORVELLEC toma três pontos cardeais no seu estudo. A qualidade dos produtos é um fator determinante no mercado internacional. O fenômeno da integração

⁷¹ *Ibid.*, p. 411, tradução nossa. No original: “Toute exploitation agricole appartient au “système agro-alimentaire”, vaste ensemble d’intervenants économiques en interaction, dont l’activité soit en amont, soit en aval, dépend de la production agricole. Fournisseurs de l’agriculture, ou transformateurs des produits agricoles, les industries agro-alimentaires (I.A.A.) et les prestataires de services aux agriculteurs forment un groupe dont l’unité est plus économique que juridique. Cette face économique du monde agricole attire pourtant le juriste, car elle éclaire l’une des parties les plus méconnues et les plus recentes du droit rural.”

vertical propicia a subordinação do empresário agrário em relação à empresa agroindustrial, isto é, a hipossuficiência daquele. Para corrigir os desequilíbrios provocados pela instabilidade climática e econômica, o setor agroalimentar necessita de estruturas jurídicas fortes, como os acordos interprofissionais e os contratos de integração vertical agroindustrial.⁷²

1.5.2 O Produto

O produto é o bem que passa por todos os níveis da cadeia produtiva, sofrendo a ação dos agentes econômicos intervenientes na cadeia. O percurso mutante do bem, desde a matéria-prima, animal ou vegetal, posteriormente transformada em produto alimentício, que, para conservação e comercialização, deverá ser embalado ou envasilhado, até a efetiva ingestão pelo consumidor, sofre a incidência de normas jurídicas. Em todo trajeto do produto também há institutos peculiares de um processo produtivo agroalimentar.

Considerando a importância da circulação dos produtos agroalimentares e a proteção do consumidor, LORVELLEC enfatiza a qualidade do produto. Dentre as normas sobre a qualidade do produto, LORVELLEC as divide em duas categorias: normas mínimas de qualidade e normas de produtos de qualidade.⁷³ Ademais, do ponto de vista dos institutos, LORVELLEC destaca os sinais de qualidade e a segurança alimentar.

As normas mínimas de qualidade tutelam os interesses econômicos dos agentes da cadeia, bem como a saúde, tanto humana quanto dos animais e plantas.⁷⁴ Inicialmente, a legislação penal de proteção à saúde, na terminologia jurídica francesa *fraudes*, proíbe a falsificação, mais especificamente à composição, à quantidade, à origem e ao modo de consumo.⁷⁵ No primeiro momento, as normas zoosanitárias e fitossanitárias estabelecem

⁷² *Ibid.*, p. 411.

⁷³ *Ibid.*, p. 414.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 414.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 414. O Código Penal brasileiro disciplina no art. 272 o crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios.

medidas de combate às pragas e epidemias pecuárias, para, ao mesmo tempo, proteger a saúde do ser humano.

Quanto aos produtos de qualidade, trata-se de produtos que se distinguem dos demais por características especiais, sobretudo intrínsecas ao ambiente de processamento. O interesse dos produtores intervenientes na cadeia é protegido contra a falsificação para resguardar a reputação do produto, como o consumidor, neste particular as qualidades gustativas.⁷⁶ Dentre as leis sobre os produtos de qualidade, LORVELLEC seleciona na legislação francesa aquelas sobre cultivares, proteção de raças de animais, agricultura biológica e, com maior relevo, os sinais de qualidade.

Os sinais de qualidade são institutos que LORVELLEC atribui maior importância. São as denominações de origem, a indicação de procedência e as marcas, no caso destas, as marcas coletivas (*labels*).⁷⁷ A causa de relevância dada por LORVELLEC aos sinais de qualidade é a transparência nas transações comerciais, além da proteção das partes envolvidas na cadeia produtiva. Acima de tudo, os sinais de qualidade têm a função de informar o consumidor no discernimento de um produto entre os seus similares.⁷⁸ Outra função dos sinais de qualidade é demonstrar a proveniência de um produto, o seu processamento e a sua originalidade vinculados a um determinado lugar.⁷⁹

LORVELLEC, ao tratar da tutela da saúde, tanto das plantas e dos animais como do ser humano, não olvida da segurança alimentar. Frisa-se, neste ponto, o princípio da precaução.⁸⁰ Princípio já conhecido no direito ambiental, o princípio da precaução tem a finalidade, na falta de certeza científica, de evitar danos ao meio ambiente. No direito agroalimentar, o princípio da precaução tem o escopo de impedir a colocação no mercado de alimentos que possam causar danos à saúde do consumidor.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 418.

⁷⁷ Vide o tópico sobre as marcas no próximo capítulo.

⁷⁸ LORVELLEC, Louis. “La Protection Internationale des Appellations d’Origine Contrôlées”, In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, p. 391.

⁷⁹ LORVELLEC, Louis. “La Protection Internationale des Signes des Qualité”, In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, p. 401.

⁸⁰ COLLARD DUTILLEUL, François e LORVELLEC, Louis. “Principe de Précaution et Responsabilité dans le Secteur Alimentaire”, In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, pp. 445 usque 489.

1.5.3 As Relações Organizacionais na Cadeia Agroalimentar

As relações organizacionais dos agentes integrantes da cadeia agroalimentar (*filière*) podem ser vistas sob dois prismas: individuais ou coletivas. Estas envolvem todos os agentes produtivos de diversas etapas da cadeia agroalimentar, enquanto naquelas apenas dois agentes, ou seja, um elo da cadeia. Dizemos relações organizacionais para sublinhar as relações contratuais, distinguindo das relações dos agentes com o produto no processo produtivo.

Antes de ingressarmos no estudo das relações organizacionais dos agentes da cadeia agroalimentar, é necessário conhecer a definição de *filière* de LORVELLEC que:

“Pode ser definida como um sistema complexo, formado pelo conjunto dos agentes econômicos cuja atividade contribui para produção, para transformação, ou para o escoamento de um determinado produto até o consumidor final e cujos interesses são interdependentes”.⁸¹

Está claro que LORVELLEC, ao definir a cadeia agroalimentar, tomou como referência os conceitos de *filière* formulados pela Escola de Organização Industrial Francesa. No entanto, LORVELLEC enfatiza o aspecto subjetivo da cadeia agroalimentar, ou seja, enfoca os sujeitos, em sentido amplo, e as suas relações jurídicas de cunho organizacional a fim de produzir um produto final para o consumidor.

O contrato de integração vertical agroindustrial, dentro das relações organizacionais individuais, tem maior relevo dentre os contratos agroindustriais por estar em um dos pólos da relação contratual o empresário agrário, considerado hipossuficiente em relação à empresa agroindustrial.

LORVELLEC, em geral, ressalta a dependência técnico-econômica do empresário agrário em relação à empresa agroindustrial, uma vez que esta impõe

⁸¹LORVELLEC, Louis. *Droit Rural*, p. 432, tradução nossa. No original: “Il peut défini comme un système complexe, formé de l’ensemble des opérateurs économiques dont l’activité contribue à la production, à la transformation, ou à l’écoulement d’un produit déterminé jusqu’au consommateur final et dont les intérêts économiques sont interdépendants.”.

obrigações na atividade de maneira a reduzir a liberdade produtiva daquele.⁸² O fenômeno da integração vertical, em particular na França, surgiu paralelamente às políticas estatais.⁸³ Quanto à qualificação do contrato de integração vertical agroindustrial, há grande dificuldade porque gera obrigações que o faz confundir com certas práticas de cunho contratual entre o agricultor e a agroindústria, mesmo depois de 1964, quando o contrato de integração vertical agroindustrial foi tipificado no ordenamento jurídico francês.⁸⁴

As relações conjuntas dos agentes na cadeia agroalimentar são denominadas por LORVELLEC de organizações.⁸⁵ A organização da cadeia agroalimentar pode ser: contratual ou institucional. A primeira é feita pelos representantes dos agentes envolvidos no processo produtivo de um determinado produto por meio de acordos para disciplinar as transações econômicas, ao passo que a última é formada pelos mesmos representantes dos agentes, que se congregam em um órgão de discussões de interesses comuns para celebrar acordos com os mesmos fins daquela.⁸⁶ O poder público pode intervir nesses acordos, quer através de leis de base quer mediante o reconhecimento posterior à celebração do acordo.⁸⁷

Sobreleva dentre as organizações institucionais as interprofissões, que são definidas por LORVELLEC como, *verbis*: “... qualquer organismo de direito privado ou de direito público no qual os *partners* de uma cadeia agroalimentar se reúnem a fim de exercitar as prerrogativas jurídicas que a lei lhes atribui.”.⁸⁸ LORVELLEC as classifica em quatro modelos.⁸⁹ O primeiro é o modelo de adesões voluntárias que expressam a solidariedade entre os parceiros (*lato sensu*) da cadeia. Outro modelo é aquele no qual os representantes dos agentes da cadeia se reúnem num órgão decisório, criando normas contratuais de força obrigatória.⁹⁰ O terceiro modelo é um misto dos dois anteriores, porém as normas contratuais não se restringem às partes contratantes, sendo *erga omnes* em razão do reconhecimento pelo Estado. Por fim, o último tipo, diferente dos anteriores,

⁸² *Ibid.*, p. 436.

⁸³ *Ibid.*, p. 436.

⁸⁴ LORVELLEC, Louis. “Les Contrats Agro-industriels”, In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, pp. 314 *usque* 330.

⁸⁵ LORVELLEC, Louis. *Droit Rural*, p. 449.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 449

⁸⁷ *Ibid.*, p. 449.

⁸⁸ LORVELLEC, Louis. “L’interprofessione in Francia”, In: *Rivista di Diritto Agrario*, anno LXXII, fasc. 2, p. 229, tradução do original francês para o italiano de Eleonora Sirsi, itálicos no original, tradução nossa. No original: “... qualsiasi organismo di diritto privato o di diritto pubblico nel quale i *partner* di una filiera agroalimentare si riuniscono al fine di esercitare le prerogative giuridiche che la legge accorda loro.”

⁸⁹ *Ibid.*, p. 230.

⁹⁰ Não confundir com as partes do contrato agrário de parceria.

que são sociedades de fato ou pessoas jurídicas de direito privado, é uma pessoa jurídica de direito público, podendo ser chamado de “interprofissão pública”.

1.5.4 Os mercados

Os mercados analisados por LORVELLEC foram, em linhas gerais, na esfera da Organização Comum dos Mercados, esta pertencente à Política Agrícola Comum (P.A.C.), bem como das negociações do antigo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (G.A.T.T), que se tornou a Organização Mundial de Comércio (O.M.C. ou W.T.O).

A Política Agrícola Comum é um fator de extrema importância nos estudos dos juristas europeus, posto que, a partir do Tratado de Roma, os Estados-membros da atual UE têm por fim harmonizar as legislações nacionais para permitir a livre circulação de bens e serviços.

Ressalta-se que a Política Agrícola Comum (P.A.C.) é fortemente marcada pela intervenção econômica nos Estados-membros por meio dos órgãos supranacionais encarregados para tal fim. Justifica-se o intervencionismo, dentro do “espírito” da política agrícola da UE, no escopo de remunerar, direta ou indiretamente, os produtores agropecuários, que exercem uma atividade econômica de alto risco. Concomitantemente, a intervenção estatal tem por fim corrigir os aumentos de preços dos produtos básicos de modo a garantir o acesso do consumidor.⁹¹

A harmonização normativa é feita mediante as normas jurídicas comunitárias que, em geral, são: os regulamentos, de caráter geral e aplicação direta no território do Estado-membro; as diretivas, que são destinadas aos Estados-membros, que estão obrigados a seguir suas disposições, mas com liberdade normativa de meios (p.ex. lei, decreto etc); e as decisões, destinadas ao Estado-membro, aos cidadãos ou às pessoas

⁹¹ *Ibid.*, p. 478.

jurídicas.⁹² Por seu turno, as sentenças da Corte de Justiça da UE são precedentes vinculantes.⁹³

Os mercados foram divididos por LORVELLEC em físicos e em econômicos.

Os mercados físicos são os pontos de abastecimento nos quais se concentram os vendedores e compradores de gêneros agroalimentares.⁹⁴ Eles são os tradicionais mercados, estabelecimentos públicos onde se negocia gêneros agropecuários. LORVELLEC destaca três pontos desse mercado: a concentração, a informação e a segurança. A primeira supõe o controle do tempo e de um lugar, isto é, as transações estão limitadas num lapso temporal, assim como num local determinado. A informação deriva das transações. Por fim, a segurança surge da lealdade nas transações, pois, no local onde são efetuadas, há restrição de pessoas e produtos.⁹⁵

No que tange aos mercados econômicos, LORVELLEC analisa os tratados internacionais, realçando a circulação dos produtos agropecuários, particularmente no âmbito das Organizações Comuns dos Mercados⁹⁶ e das negociações da O.M.C. Todavia, LORVELEC, não viu apenas a concorrência dos países no comércio internacional, mas, acima de tudo, a questão da qualidade dos produtos agroalimentares e o equilíbrio nas relações entre os produtores da cadeia agroalimentar e o consumidor que está, no comércio internacional, no ponto bem distante na cadeia.⁹⁷ Ainda neste ponto, LORVELLEC insiste na padronização internacional de normas fitossanitárias e zoonosológicas, uma vez que o cerne do problema da livre circulação de produtos agroalimentares é o conflito *lex loci* e *lex mercatus*, isto é, um conflito entre as normas jurídicas internas dos Estados e as internacionais.⁹⁸ Por detrás do conflito normativo, pode haver interesses nacionais protecionistas, obstáculos à livre circulação de produtos, em especial, os gêneros alimentícios.

⁹² COSTATO, Luigi. *Compendio di Diritto Alimentare*, pp. 21 e 22.

⁹³ GERMANÒ, Alberto. *Corso di Diritto Agroalimentare*, pp. 13 e 14.

⁹⁴ LORVELLEC, Louis. *Droit Rural*, p.474. Podemos considerar, no caso brasileiro, o mercado físico as centrais de abastecimento (CEASA).

⁹⁵ *Ibid.*, p. 474.

⁹⁶ As Organizações Comuns dos Mercados Agrícolas são um instrumento de intervenção econômica setorial da UE.

⁹⁷ Cf. LORVELLEC, Louis. *La Liberté de Circulation des Marchandises Agricoles*. In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, pp. 554 usque 577.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 566.

1.6 O Direito da Alimentação

Os autores italianos, de maneira diferente da posição inicial de BALLARÍN MARCIAL e da linha de pensamento de LORVELLEC, acrescentam certos elementos do direito da alimentação no direito agroalimentar. Por isso, é mister a incursão no direito da alimentação a fim de verificar se há ou não uma distinção relevante entre ambas espécies jurídicas.

As considerações a seguir têm por fim somente demonstrar um panorama dos principais elementos do direito da alimentação. O nascimento do direito da alimentação se insere no contexto referido nas considerações preliminares a este capítulo. A complexidade é uma particularidade do direito da alimentação, assim como do direito agroalimentar, uma vez que em ambos estão presentes elementos de muitos ramos jurídicos, além de elementos técnico-científicos, especialmente no que diz respeito à composição bioquímica dos alimentos. A par disso, o caráter interdisciplinar do direito da alimentação e do direito agroalimentar emerge de fenômenos sociais de uma época marcada por profundas mudanças tecnológicas.⁹⁹

Não negamos nem olvidamos que desde épocas bem remotas houvesse um direito para tutelar a alimentação. Um exemplo disso é a dieta *kosher* dos israelitas, de fundamento religioso, que está positivada no Pentateuco e em versículos de outros livros do Antigo Testamento.¹⁰⁰ Não só os israelitas continuam a observar regras de dieta alimentar, de acordo com preceitos religiosos, mas também os muçumanos. Contudo, como acabamos de dizer, o direito da alimentação está ubicado em período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando começam a proliferar as indústrias de transformação de

⁹⁹ Cf. BIGWOOD, E. J. e GERARD, A. *Objectifs et Principes Fondamentaux d'un Droit Comparé de l'Alimentation*, fascicule 1, p. 2.

Este trabalho é fruto das pesquisas do *Centre de Recherche de Droit de l'Alimentation*, instituição vinculada ao Instituto de Estudos Europeus da Universidade de Bruxelas. De acordo com o prefácio do primeiro fascículo, trata-se de trabalho interdisciplinar que congregou pesquisadores, na maioria de países da Europa Ocidental, para comparar as legislações existentes sobre alimentos a fim de sugerir propostas de harmonização nessa matéria para organismos internacionais. Todas as referências no presente trabalho a BIGWOOD se tratam dessa obra coletiva.

¹⁰⁰ NUÑES SANTIAGO, Beatriz A.. *Derecho Alimentario*, p. 85.

gêneros alimentícios, seguindo métodos cada vez mais sofisticados para transformar suas matérias-primas.¹⁰¹

Cabe aqui ainda fazermos uma distinção de nomenclatura entre o direito da alimentação e o direito alimentar. BIGWOOD prefere a denominação “direito da alimentação” ou “direito das substâncias alimentares” ao invés de “direito alimentar” para não causar confusão com o direito aos alimentos disciplinado pelo direito civil.¹⁰² No entanto, em outros países de línguas neolatinas é mais comum o uso da denominação *derecho alimentario* ou *diritto alimentare*.

O direito da alimentação, muito embora exista um vínculo quase inseparável, não se confunde, ao menos dentro desta perspectiva, com o direito à alimentação. Tal distinção nas línguas neolatinas não é perceptível como na língua inglesa, na qual há os conceitos de *food safety* e *food security*. Esta se refere à quantidade de alimento de modo a não ensejar escassez, ao passo que aquela se refere à qualidade dos alimentos.¹⁰³ Intrínseco ao direito à alimentação está o conceito de *food security*, porquanto o direito à alimentação tutela a quantidade de alimentos e o seu respectivo acesso. O conceito de *food safety* é inerente ao direito da alimentação, já que se trata de direito que tutela, a princípio, a qualidade dos alimentos.

1.6.1 Definições de Direito da Alimentação

O direito da alimentação, segundo BIGWOOD, é formado por, *verbis*:

“... sistemas de regras jurídicas que organizam e limitam as atividades de produção, de armazenamento e de comércio de gêneros

¹⁰¹ BIGWOOD, E.J. e GERARD, A. *Op. cit.*, p. 3.

¹⁰² *Ibid.*, pp. 2 e 26. Na língua francesa é mais provável a confusão entre “droit de l’alimentation” e “droit alimentaire”.

¹⁰³ COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, pp. 2 e 3.

alimentícios, embasados em certos princípios, seguindo as modalidades extremamente variáveis conforme os produtos considerados”.¹⁰⁴

NUÑES SANTIAGO, define o direito da alimentação, inspirada na definição acima dos “sistematizadores do direito da alimentação”, *verbis*:

“Sistema de princípios e normas que regulam as relações que derivam das atividades compreendidas desde a produção até o consumo de alimentos pelo ser humano, a fim de proteger a saúde do consumidor e obter a lealdade nas transações comerciais”.¹⁰⁵

De acordo com Hans FRENZEL, considerado o criador da matéria por NUÑES SANTIAGO e antigo presidente do *Codex Alimentarius Austriacus*,¹⁰⁶ há dois princípios fundamentais no direito da alimentação: a proteção da saúde do consumidor e a garantia de honestidade nas transações comerciais, como segue, *verbis*:

“... um princípio fundamental comum a todas legislações dos países europeus que tratam das substâncias alimentícias: a proteção do consumidor dessas substâncias, às vezes contra os atentados contra sua saúde e contra sua exploração como consequência de abusos comerciais ou industriais”.¹⁰⁷

Partindo da definição acima, NUÑES SANTIAGO, acrescenta, *verbis*:

¹⁰⁴ BIGWOOD, E.J. e GERARD, A. , *Op. cit.*, p. 12, tradução nossa. No original: “... les systèmes de règles juridiques qui organisent et limitent les activités de production, de conditionnement et de commerce des denrées alimentaires, sur base de certains principes, suivants des modalités extrêmes variable selon produits considérés.”.

¹⁰⁵ NUÑES SANTIAGO, Beatriz A..*Op. cit.*, p. 30, tradução nossa. No original: “Sistema de principios y normativas que regulan las relaciones que derivan de las actividades comprendidas desde la producción al consumo de alimentos para el ser humano, a fin de proteger la salud del consumidor y lograr la lealtad en las transacciones comerciales.”.

¹⁰⁶ O *Codex Alimentarius Austriacus* foi uma referência para a elaboração do *Codex Alimentarius* do Fundo de Alimentação e Agricultura da Organização das Nações Unidas – FAO e da Organização Mundial de Saúde – OMS, ambos órgãos das Organizações das Nações Unidas – ONU. Cf. NUÑES SANTIAGO, Beatriz A.. *Op. cit.*, p. 29, nota de rodapé.

¹⁰⁷ BIGWOOD, E.J. e GERARD, A..*Op. cit.*, pp 2 e 3, tradução nossa. No original: “... un principe fondamental commun à toutes les législations des pays européens se rapportant aux substances alimentaires: la protection portées à sa santé et contre son exploitation à la suite d’abus commerciaux ou industriels.”.

“Um setor particular do Direito, aplicável a um conjunto de produtos ou de substâncias, que podem servir para a alimentação do homem ou ser suscetíveis de ser absorvidas por ele, sendo seus fins a proteção do consumidor destas substâncias tanto contra os atentados perpetrados contra a sua saúde, como contra sua exploração como consequência dos abusos comerciais e industriais”.¹⁰⁸

Todas definições transcritas acima nos permitem inferir dois pontos marcantes: o produto e o consumidor. O direito da alimentação tem por escopo a tutela do consumidor, tanto no que concerne a sua saúde como a sua proteção de práticas comerciais abusivas. O acréscimo feito por NUÑES SANTIAGO à definição de FRENZEL evidencia o caráter de proteção desse direito, cujo sujeito tutelado se encontra em situação de vulnerabilidade em relação aos fabricantes e comerciantes, ou melhor, os profissionais envolvidos na atividade de produção, transformação e comercialização de gêneros alimentícios. O produto sofre muitas transformações como, v.g., a adição de substâncias de difícil percepção pelos sentidos de qualquer *bonnus parter familias*.¹⁰⁹

Em relação ao direito do consumidor, NUÑES SANTIAGO afirma que há muitas semelhanças entre o direito da alimentação e o direito do consumidor. Uma delas é a tutela da saúde do consumidor e proteção contra abusos nas transações comerciais. Todavia, diz que o direito da alimentação é anterior ao direito do consumidor. O que diferencia, em especial, o direito da alimentação do direito do consumidor é o seu objeto: o alimento.¹¹⁰

¹⁰⁸ NUÑES SANTIAGO, Beatriz A.. *Op.cit.*, p. 29, tradução nossa. No original: “Un sector particular del Derecho, aplicable a un conjunto de productos o de sustancias, que pueden servir para la alimentación del hombre o ser susceptibles de ser absorbidas por él, siendo sus fines la protección del consumidor de estas sustancias tanto contra los atentados perpetrados contra su salud, como contra su explotación como consecuencia de los abusos comerciales e industriales.”.

¹⁰⁹ BIGWOOD, E. J. e GERARD, A. . *Op. cit.*, p. 3.

¹¹⁰ NUÑES SANTIAGO, Beatriz A., *Op. cit.*, pp. 59 *usque* 61.

1.6.2 O Alimento

O objeto do direito da alimentação é o alimento.¹¹¹ No entanto, o vocábulo alimento é polissêmico. Pode ter sentido mais abrangente ou mais restrito, consoante o uso geral ou específico. Também o sentido varia de um idioma para outro, tal e qual na legislação interna dos países e nos tratados internacionais.¹¹²

De fato, não é nada fácil definir o alimento. BIGWOOD, depois de detalhado estudo de legislação comparada, diz que, no âmbito científico, o vocábulo alimento tem o sentido fisiológico. Mesmo assim, este sentido fisiológico de alimento varia conforme os avanços científicos.¹¹³ Não obstante a afirmação de BIGWOOD, NUÑES SANTIAGO define o alimento, *verbis*:

“Toda substância, sólida ou líquida, elaborada, semi-elaborada ou bruta que, por via oral, exclusivamente, no todo ou em parte possa ser ingerida por um ser vivo para satisfazer as necessidades fisiológicas, dando ao organismo os materiais e energia necessários para o desenvolvimento dos processos biológicos e/ou com fins organolépticos, para o desenvolvimento psicológico e afetivo”.¹¹⁴

NUÑES SANTIAGO distingue o alimento do produto alimentício, definindo como, *verbis*:

“... toda matéria não nociva, em sentido absoluto e relativo que, sem ou com valor nutritivo, qualidade não dependente, possa se

¹¹¹ NUÑES SANTIAGO, *Op. cit.*, p. 65.

¹¹² Cf. BIGWOOD, E. J. e GERARD, A.. *Op. cit.*, pp. 98 *usque* 101. São as conclusões do estudo comparativo entre as legislações dos países europeus ocidentais, Estados Unidos e Canadá.

¹¹³ *Ibid.*, p. 98. Não vamos aqui transcrever o significado fisiológico de alimento considerando a afirmação de BIGWOOD.

¹¹⁴ NUÑES SANTIAGO, Beatriz A. . *Op. cit.*, p. 72, tradução nossa. No original: “Toda sustancia, sólida o líquida, elaborada, semielaborada o bruta que, por vía bucal, exclusivamente, em todo o en parte pueda ser ingerida por un ser vivo para satisfacer necesidades fisiológicas, dando al organismo los materiales y energía necesarios para el desenvolvimento de los procesos biológicos y/o con fines organolépticos, para el desarrollo de la psicología y los afectos.”.

utilizar na alimentação humana ou ter relação com os alimentos ou com a via de entrada deles no organismo”.¹¹⁵

Na definição de alimento de NUÑES SANTIAGO ressaí o aspecto nutricional. O alimento, antes de tudo, é qualquer substância, líquida ou sólida, destinada ao desenvolvimento e à manutenção do ser vivo, em particular, o ser humano. O alimento nem sempre será um produto alimentar, ainda segundo NUÑES SANTIAGO, pois há matérias de uso alimentar não essenciais ao organismo humano, *v.g.*, a goma de mascar.

Na comparação das legislações dos países da Europa Ocidental no final dos anos 60 do século passado, BIGWOOD constatou que havia disparidades nas definições de alimento, assim como em suas classificações. Na legislação de alguns países, *v.g.*, a goma de mascar e o tabaco eram considerados alimentos.¹¹⁶ Outrossim, a água, do ponto de vista fisiológico é sem dúvida um alimento, mas não era classificada como tal em todas legislações.¹¹⁷

Ainda nessa vereda, BIGWOOD verificou imprecisão terminológica nas legislações analisadas. O alimento muitas vezes era designado, na mesma lei, por “substância alimentícia”, “gênero alimentício”, “produto” ou “substância”, causando insegurança na interpretação.¹¹⁸

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 72, nota de rodapé, tradução nossa. No original: “... toda matéria no nociva, en sentido absoluto y relativo que, sin o con valor nutritivo, cualidad no dependiente, puede utilizarse en la alimentación humana o tener relación con los alimentos o con la vía entrada de ellos al organismo.”. Neste trabalho não fazemos a distinção feita por NUÑES SANTIAGO entre o alimento e o produto alimentício.

¹¹⁶ BIGWOOD, E. J. e GERARD, A. . *Op. cit.*, p. 99.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 100.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 99. No art. 2º, no Regulamento 178/2002, norma geral de legislação alimentar, consta a definição de gênero alimentício ou “alimento para consumo humano”, *verbis*: “ Para efeitos do presente regulamento, entende-se por “gênero alimentício” (ou “alimento para consumo humano”), qualquer substância ou produto, transformado, parcialmente transformado ou não transformado, destinado a ser ingerido pelo ser humano ou com razoáveis probabilidades de o ser.

Este termo abrange bebidas, pastilhas elásticas e todas as substâncias, incluindo a água, intencionalmente incorporadas nos gêneros alimentícios durante o seu fabrico, preparação ou tratamento....”. (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, edição em língua portuguesa de 01/02/2002. Arquivo em formato pdf. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002R0178:PT:HTML>>. Acessado em 09/01/2009.

Na legislação brasileira, o alimento está definido no inciso I, do art. 2º, do Decreto-lei n. 986, de 21 de outubro de 1969, e no Anexo da Portaria 42 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de 14 de janeiro de 1998. Diz o inciso I, do art. 2º, do Decreto-lei n. 986, de 21 de outubro de 1969, *verbis*: “I – Alimento: toda substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinadas a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento;”. No n. 2.9 do Anexo Regulamento Técnico Referente à Rotulagem de Alimentos Embalados da Portaria 42, o alimento é definido, *verbis*: “É toda substância que se ingere no

No entanto, o critério objetivo para o estudo da matéria é o legal. Depois de estudo minucioso sob diferentes ângulos (psicológico, bioquímico e legislativo), BIGWOOD, que tomou como ponto de partida para sua pesquisa as legislações retro mencionadas, conclui que o direito da alimentação deve se limitar ao aspecto legal, apesar de reconhecer a confusão entre aqueles pontos de vista. Justifica sua posição considerando apenas o direito da alimentação positivado.¹¹⁹

O âmbito da matéria do direito da alimentação “*stricto sensu*” se restringe aos alimentos que são essenciais à sobrevivência humana — os alimentos nutritivos ou substâncias alimentares. Os produtos alimentares, como prefere NUÑES SANTIAGO, estão no âmbito marginal à matéria.¹²⁰

O ponto de vista bioquímico considera a composição das substâncias alimentares e substâncias conexas. Dentre as substâncias conexas, que não são propriamente alimentares, destacam os aditivos. Substâncias estranhas, em geral, que não compõem o alimento nas características naturais, os aditivos podem ser acrescentados ao alimento no processo de transformação.¹²¹

Os medicamentos não se confundem com os alimentos. Embora os medicamentos tenham muitas semelhanças bioquímicas e sejam disciplinados junto com os alimentos em algumas legislações, suas características principais são a prevenção e cura de doenças. Eles podem ser incluídos no âmbito marginal do direito da alimentação.¹²²

estado natural, semi-elaborada ou elaborada, destinada ao consumo humano, incluídas as bebidas e qualquer outra substância utilizada em sua elaboração, preparo ou tratamento, excluídos os cosméticos, o tabaco e as substâncias utilizadas como medicamentos.” O produto alimentício está definido no inciso X, do art. 2º, do Decreto-lei n. 986, *verbis*: “Produto alimentício: todo alimento derivado de matéria-prima alimentar ou de alimento in natura, ou não, de outras substâncias permitidas, obtido por processo tecnológico adequado;”. A matéria-prima alimentar está definida no inciso II e o alimento *in natura* no inciso III, ambos do art. 2º do Decreto-lei n. 986/1969, *verbis*: “II – Matéria-prima alimentar: toda substância de origem vegetal ou animal, em estado bruto, que para ser utilizada como alimento precise sofrer tratamento e/ou transformação de natureza física, química ou biológica; III – Alimento in natura: todo alimento de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato se exija apenas, a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação;”. (Decreto-lei n. 986, de 21 de outubro de 1969) Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=16613&word=>>> (Portaria n. 42 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de 14 de janeiro de 1998) Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=16613&word=>>>. Acessados em 09/01/2009.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 125.

¹²⁰ *Ibid.*, pp. 123 e 124.

¹²¹ *Ibid.*, p. 101.

¹²² *Ibid.*, p. 124.

Enfim, o objeto do direito da alimentação, o alimento, tem muitas nuances. O matiz mais marcante é o legal, que pode abrigar tanto aspectos bioquímicos como psicológicos. O ponto de referência para o intérprete do direito da alimentação é a lei, que permite ou proíbe o uso de certas substâncias alimentares ou conexas.

1.6.3 O Direito Agroalimentar e o Direito da Alimentação

Os juristas italianos, como veremos a seguir, têm uma concepção destoante dos autores até aqui estudados, tanto sobre o direito agroalimentar quanto o direito da alimentação. Ambos direitos têm por escopo a tutela da saúde do consumidor, mas enfocando aspectos diferentes do fenômeno produtivo. O cerne do direito agroalimentar, porém, está bem marcado pelo conceito de cadeia produtiva (*filière*), ao menos na concepção de LORVELLEC, enquanto no direito da alimentação as características bioquímicas e nutricionais do alimento.

O direito agroalimentar, segundo a perspectiva de LORVELLEC, tem o seu fundamento na cadeia produtiva, considerando três ângulos: o produto alimentício, as relações jurídicas organizacionais na cadeia produtiva e a circulação dos produtos alimentícios. O direito da alimentação e o direito agroalimentar, dentro desse enfoque, têm em comum o produto alimentício e sua circulação.

No entanto, o produto alimentício, no direito da alimentação, é visto, segundo BIGWOOD, pelo prisma da qualificação bioquímica e da proteção do consumidor. As relações subjetivas na cadeia produtiva são consideradas apenas no que tange à transformação do produto alimentício do ponto de vista bioquímico, desprezando as relações organizacionais na cadeia produtiva. A única relação contratual estudada no direito da alimentação, no entanto, é a existente entre o fornecedor, no sentido do Código de Defesa do Consumidor brasileiro, e o consumidor, sujeito hipossuficiente porque não é um profissional conhecedor da composição do alimento. O consumidor, na ótica do direito da alimentação, é o *bonnus pater familias* que está sujeito a comprar uma coisa crendo que é outra por desconhecer os elementos intrínsecos do produto alimentício industrializado.

1.7 A Perspectiva Italiana

Denominamos, para os fins do presente trabalho, de Perspectiva Italiana a linha doutrinária dos juristas italianos que se debruçaram sobre o direito agroalimentar, visto que são da mesma nacionalidade e, sobretudo, por existir convergência metodológica.¹²³ No entanto, os autores italianos também analisam em suas perspectivas as normas comunitárias, principalmente a Política Agrícola Comum (PAC), distanciando-se, em certa medida, do legado universalista dos juristas que elaboraram os códigos no século XIX. A Perspectiva Italiana concebe o direito agroalimentar, em alguns pontos, como fora concebido por LORVELLEC, incluindo aspectos do direito da alimentação.

COSTATO, pautado pela Política Agrícola Comunitária (PAC), define o direito da alimentação (*diritto alimentare*), *verbis*:

“O direito da alimentação regula esta complexa matéria, e nisso compreende também o momento sancionatório que às vezes está incluído naquele ordinário, que às vezes é específico; trata-se, pois, de uma matéria interdisciplinar, que de qualquer modo extrai do funcionamento do direito dos produtos agrícolas, o qual emerge das fontes nacionais e comunitárias, além das internacionais, interessando a fase da produção, do transporte e da distribuição dos produtos destinados à alimentação final, sobretudo, garantir a segurança e a proteção dos consumidores, compradores “fracos” na determinação de requisitos de preparação do produto, de apresentação, de comunicação dos conteúdos dos mesmos rótulos etc. Na origem, nascido sobretudo como um complexo de normas que propunham as proibições, sanções, freqüentemente penais, hoje o direito da alimentação é também, senão acima de tudo, destinado à prevenção, ao controle e, em geral, a assegurar a livre e segura circulação dos alimentos e das bebidas não

¹²³ Dentre os jusagraristas italianos que podemos citar para exemplificar, sem menosprezar os demais autores italianos que trataram do assunto, Luigi COSTATO, Alberto GERMANÒ, Eva ROOK BASILE, Antonio JANNARELLI e Alfredo MASSART e outros.

somente no interior do Estado, mas da Comunidade Européia e dos mercados mundiais”.¹²⁴

A definição de COSTATO, inicialmente, não diverge daquelas de BIGWOOD e NUÑES SANTIAGO. Ressalta a hipossuficiência dos consumidores, chamando-os de compradores “fracos”, bem como a circulação dos produtos alimentícios. Entretanto, NUÑES SANTIAGO distingue o produto alimentício do alimento, incluindo as bebidas na definição de alimento.¹²⁵

BALLARÍN MARCIAL observa que COSTATO, conquanto não empregue o vocábulo agroalimentar, analisa os produtos agroalimentares no *diritto alimentare*.¹²⁶ BALLARÍN MARCIAL frisa que o uso do adjetivo agroalimentar está se generalizando, pois o vocábulo tem grande força expressiva.¹²⁷

Os produtos são classificados por COSTATO em três categorias: os produtos agrícolas, os produtos agroalimentares e os produtos alimentares.¹²⁸ Os primeiros são os produtos *in natura*. Já os produtos agroalimentares são os resultantes da primeira transformação de produtos agrícolas, podendo ser um produto agrícola transformado ou este acrescido de outros produtos agrícolas também de primeira transformação. Enfim, os produtos alimentares, compreendem as duas categorias anteriores, abrangendo o restante dos produtos destinados à alimentação humana.

¹²⁴ COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, p. 07. No original: “Il diritto alimentare regola questa complessa materia, e in esso è compreso anche il momento sanzionatorio che a volte è assorbito in quello ordinario, a volte è specifico; si tratta, dunque, di una materia interdisciplinare, che comunque trae le mosse dal diritto dei prodotti agricoli, quale emerge dalle fonti nazionali e comunitarie, oltre che internazionale, e che interessa la fase della produzione, del trasporto e della distribuzione dei prodotti destinati all’alimentazione al fine, soprattutto, di garantire la sicurezza e la protezione dei consumatori quali compratori “deboli” anche nella fissazione di requisiti di preparazione del prodotto, di sua presentazione, di comunicazione dei contenuti degli stessi in etichetta ecc. Nato all’origine soprattutto come un complesso di norme che proponevano dei divieti, sanzionati spesso penalmente, oggi il diritto alimentare è anche, se no soprattutto, indirizzato alla prevenzione, ai controlli e, in generale, ad assicurare la libera e sicura circolazione degli alimenti e delle bevande non solo all’interno dello Stato, ma della Comunità europea e dello stesso mercato mondiale.

¹²⁵ NUÑES SANTIAGO, Beatriz A.. *Op. cit.*, p. 72.

¹²⁶ BALLARÍN MARCIAL, Alberto. “Definición y Justificación del Derecho Agroalimentario”. In: *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, p. 50.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 50

¹²⁸ COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, pp. 07e 08.

Por seu turno, GERMANÒ diz que o objeto do direito agroalimentar é a disciplina jurídica da produção agrícola destinada à alimentação humana.¹²⁹ Não se trata, continua GERMANÒ, do estudo da empresa agrária, como dispõe o artigo. 2.135 do Código Civil Italiano,¹³⁰ artigo que define o empresário agrário. GERMANÒ, destaca três pontos no estudo do direito agroalimentar, *verbis*:

“a) a produção primária, compreendendo todas as fases da produção, da criação e do cultivo de frutos naturais;

b) a produção secundária, isto é, a transformação dos produtos agrícolas de base em alimentos de forma diversa;

c) a comercialização, isto é, a alocação dos produtos alimentares no mercado de alimentos”.¹³¹

Não partindo do conceito de *filière* como LORVELLEC, GERMANÒ não prescinde dele. Os três pontos acima seguem o modelo que divide a cadeia produtiva em setor primário e secundário, não visualizando o fenômeno no todo, como os conceitos de agronegócio, *filière* e sistema agroalimentar. COSTATO, contudo, considera em seu estudo o conceito de *filière*, ressaltando a intervenção dos agentes na cadeia produtiva no escopo de transformar uma ou mais matérias-primas em um produto alimentício final.¹³²

Como dissemos no tópico anterior, o direito agroalimentar, segundo LORVELLEC, considera as relações na cadeia produtiva, não só as etapas de transformação das matérias-primas, mas também as relações econômicas, ou melhor, relações organizacionais na cadeia produtiva. COSTATO analisa as relações jurídicas organizacionais, em especial as interprofissões, na parte dedicada ao estudo do mercado dos produtos agrícolas e alimentares.¹³³ De maneira diversa, GERMANÒ trata somente da responsabilidade dos agentes da cadeia produtiva em relação ao produto e ao consumidor.¹³⁴

¹²⁹ GERMANÒ, Alberto. *Op. cit.*, p. 01.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 02.

¹³¹ *Ibid.*, p. 01. No original: “a) della c.d. produzione primaria, intendendo per essa tutte le fasi della produzione, dell’allevamento e della coltivazione dei frutti naturali; b) della produzione secondaria, ovvero della trasformazione dei prodotti di base in alimenti di forma diversa; c) della commercializzazione, ovvero dell’allocazione dei prodotti alimentari sul mercato degli alimenti.”

¹³² COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, p. 10.

¹³³ *Ibid.*, pp. 119 *usque* 221. Todo segundo capítulo desta obra.

¹³⁴ GERMANÒ, Alberto. *Op. cit.*, pp. 63 *usque* 69. Todo quarto capítulo desta obra.

O conceito de *filière* para os economistas, de acordo com MASSART, tem muitos significados (sistema, setor, cadeia etc.), de sorte que o significado mais importante é uma “unidade de investigação” alternativa aos conceitos de empresa e de sistema territorial.¹³⁵ Ora o conceito de *filière* é usado pelos economistas como cadeia de produção ora como cadeia do produto.¹³⁶ Apesar de não existir um conceito normativo de *filière*, MASSART sugere que este conceito metajurídico, como o de ciclo biológico na teoria da agrariedade de CARROZZA, seja desenvolvido cingindo o aspecto econômico com termos jurídicos.¹³⁷

A distinção entre direito agroalimentar e direito da alimentação, conforme MACCIONI, não parece ser relevante, visto que o setor agrícola está envolvido no sistema alimentar.¹³⁸ Esta posição não diverge daquelas de COSTATO, que salienta diversos aspectos da produção de alimentos, bem como de GERMANÒ, para quem o direito agroalimentar é a disciplina da produção agrícola destinada à alimentação.

A perspectiva dos autores italianos está baseada, em boa parte, no Regulamento 178/2002 da UE, que tem 66 considerandos sobre a finalidade de regulamentação alimentar uniforme no espaço da UE.¹³⁹ Não podemos esquecer que os regulamentos são diretamente aplicáveis nos territórios dos Estados-membros, independentemente de atividade normativa de recepção no ordenamento jurídico interno dos Estados-membros. Algumas inovações foram positivadas no Regulamento 178/2002, v.g., o princípio de precaução (art. 7º), as definições de gênero alimentício (art. 2º), outras definições como “empresa do setor alimentar” (art. 3º) e a disciplina da rastreabilidade dos produtos agroalimentares (art. 18).

¹³⁵ MASSART, Alfredo. “Producción Agraria y Producto Agrícola”. In: *Prodotti Agricoli e Sicurezza Alimentare*, p. 18.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 19.

¹³⁷ *Ibid.*, pp. 19 e 20.

¹³⁸ MACCIONI, Gioia. In: *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, p. 654.

¹³⁹ Jornal Oficial das Comunidades Europeias, edição em língua portuguesa de 01/02/2002. Arquivo em formato pdf.. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002R0178:PT:HTML> >. Acessado em 09/01/2009. O considerando 4 do Regulamento 178/2002 confirma a constatação de BIGWOOD, que iniciou o seu trabalho de legislação alimentar comparada no final dos anos 60 do século passado, de diferenças nas legislações de conceitos, princípios e procedimentos.

A partir do considerando 10 do Regulamento 178/2002, que inicia “A experiência demonstrou...”, outros considerandos também começam assim. A experiência demonstrada é o caso ocorrido na Grã-Bretanha do “mal da vaca louca” no final dos anos 90 do século passado. Cf. também LORVELLEC, Louis. “L’Action des Autorités Publiques Françaises dans la Crise de la Vache Folle”, In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, pp. 417 usque 444.

Os autores italianos, em linhas gerais, lastreados no Regulamento 178/2002, visualizam na cadeia de produção agroalimentar as etapas de transformação do produto. Os agentes são vistos mais por suas intervenções nas transformações que realizam desde a matéria-prima até o produto agroalimentar final, destacando a responsabilidade, tanto civil quanto penal, na elaboração de um produto agroalimentar adequado ao consumo humano, bem como a comunicação no mercado. O produto agroalimentar, portanto, é o elemento relevante dentro desta perspectiva.

O Regulamento 178/2002 é o marco da quarta etapa do direito agroalimentar no espaço da UE, conforme COLLART DUTILLEUL.¹⁴⁰ Este autor diz que o Regulamento 178/2002 é o topo da pirâmide normativa do direito agroalimentar, sendo no patamar intermediário os regulamentos de aplicação, as normas jurídicas destinadas a regular a concorrência e proteção do consumidor, e na base da pirâmide normativa as normas técnico-científicas indicadas por associações privadas e organismos internacionais, como o *Codex Alimentarius*.¹⁴¹

O *diritto alimentare* concebido por COSTATO, bem como o *diritto agroalimentare* de GERMANÒ, não são o direito da alimentação dos autores do tópico anterior. O fundamento de um direito da alimentação para COSTATO está no Regulamento 178/2002, um sistema ordenado com alguns princípios próprios, ao menos no âmbito da UE.¹⁴² Ao examinar o *diritto alimentare*, COSTATO, em nenhum momento menciona o estudo realizado por BIGWOOD no âmbito da então Comunidade Econômica Européia. Seu estudo tem como ponto de partida o Regulamento 178/2002 e normas comunitárias e italianas anteriores ao regulamento. COSTATO diz que, poucos anos antes do regulamento, seria impossível atribuir o *status* de direito a uma legislação alimentar desordenada e episódica.¹⁴³

De fato, como observado por BIGWOOD ao comparar a legislação existente nos países da Europa Ocidental, havia confusão nas legislações alimentares, não proporcionando a livre circulação de produtos agroalimentares. Exemplo marcante dessa

¹⁴⁰ COLLART DUTILLEUL, François. *Op. cit.*, p. 08.

¹⁴¹ *Ibid.*, pp. 09 e 10.

¹⁴² COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, p. 111.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 111. Cf. também COSTATO, Luigi. “Dal Mutuo Riconoscimento al Sistema Europeo di Diritto Alimentare: Il Regolamento 178/2002 come Regola e come Programma”. In: *Rivista di Diritto Agrario*, fasc. 3., anno LXXXII, 2003, pp. 289 *usque* 307.

confusão legislativa sobre os alimentos é a decisão *Cassis de Dijon*, um conflito entre a legislação alimentar da França e da antiga Alemanha Ocidental no final dos anos de 1970, que estabeleceu a aplicação do princípio do mútuo reconhecimento no espaço da UE.¹⁴⁴

As substâncias alimentares, na perspectiva dos autores italianos, é um aspecto do produto agroalimentar, enquanto que na perspectiva de BIGWOOD e NUÑES SANTIAGO, é o cerne do direito da alimentação, o que revela a distinção fundamental entre ambas perspectivas. O direito da alimentação, na visão dos autores italianos citados, não está, como concebe BIGWOOD e NUÑES SANTIAGO, quase completamente focado no aspecto bioquímico do alimento ou produto alimentício. COSTATO não conceitua o alimento, como BIGWOOD e NUÑES SANTIAGO, preferindo a definição do art. 2º, do Regulamento 178/2002.¹⁴⁵ Tal posicionamento não diverge daquele sugerido por BIGWOOD, como dito acima, para a formação de um direito da alimentação de fundamento legislativo. Assim, o que há em comum entre essas perspectivas é o aspecto bioquímico do alimento ou gênero alimentício.

Aliás, um padrão seguido por muitos países do mundo é o *Codex Alimentarius*, criado em 1962 por dois organismos da ONU, FAO e OMS, no fim de estabelecer *standards* para facilitar a circulação de alimentos e garantir a segurança alimentar. Mesmo assim, MACCIONI constata, como BIGWOOD no final dos anos 60 do século passado, não existir uma definição clara e unívoca de alimento.¹⁴⁶

O enfoque sobre os mercados não diverge daquele de LORVELLEC. Os autores italianos tratam das normas comunitárias, além dos acordos no âmbito da OMC. Destaca-se a livre circulação dos produtos alimentícios e a segurança alimentar, tanto no âmbito comunitário como mundial, isto é, a circulação de produtos agroalimentares

¹⁴⁴ No caso *Cassis de Dijon*, em resumo, houve uma restrição por parte da legislação sobre bebidas da República Federal Alemã (antiga Alemanha Ocidental) que estabelecia um teor alcoólico mínimo para os licores de 25°, enquanto que a legislação francesa, para a mesma classe de bebidas, classificava entre 15° e 20°. Este caso se tornou referência por introduzir no âmbito da então Comunidade Econômica Européia o princípio do mútuo reconhecimento. Por esse princípio, se um produto pode circular livremente no território de um Estado-membro, outro Estado-membro não pode impedir sua circulação. (Sentença do Tribunal de Justiça da CEE 120/78, de 20 de fevereiro de 1978, Rewe-Zentral AG contra Bundesmonopolverwaltung für Branntwein.). Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!CELEXnumdoc&lg=fr&numdoc=61978J0120>. Acessado em 09/01/2009.

¹⁴⁵ COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, p. 08.

¹⁴⁶ MACCIONI, Gioia. *Op. cit.*, p. 653.

adequados ao consumo humano sem nenhum obstáculo Os autores italianos, em linhas gerais, tratam das mesmas questões de LORVELLEC: as denominações de origem, o princípio de precaução, o conflito entre normas internacionais e nacionais, a concorrência entre os países etc.¹⁴⁷

A perspectiva dos autores italianos está embasada, como dissemos acima, no sistema do Regulamento 178/2002 e em outras normas comunitárias (tratados, regulamentos e diretivas) e italianas, de modo diverso de BALLARÍN MARCIAL, que mantém sua posição inicial de um direito agroalimentar como uma nova fase do direito agrário, assim como LORVELLEC, que enfoca sua análise em três aspectos do direito agroalimentar.

¹⁴⁷ COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, pp. 119 *usque* 221. GERMANÒ, Alberto. *Op. cit.*, pp. 197 *usque* 212.

2 — O PRODUTO

2.1 Introdução

Antes de iniciarmos o estudo do produto alimentício ou agroalimentar, ou ainda, alimentar,¹⁴⁸ cabe fazer uma breve ponderação. Vimos no capítulo anterior que dois aspectos sobressaem no direito agroalimentar dentro das perspectivas analisadas: o produto e a cadeia agroalimentar. Não que um exclua o outro, mas se complementam.

Para melhor compreensão da natureza e do objeto do direito agroalimentar no ordenamento jurídico brasileiro, seguimos o método proposto por CARROZZA para individuar o direito agrário por meio dos institutos.¹⁴⁹ Trata-se de localizar um denominador comum entre os diversos institutos, isto é, partir do particular para o geral, não apenas considerando o *nomen juris* de cada instituto.¹⁵⁰ Entre nós, DE-MATTIA segue o método acima para o estudo do direito agrário.¹⁵¹

Neste capítulo, especialmente, o aspecto relevante é o produto agroalimentar. O produto,¹⁵² dentro das perspectivas expostas no capítulo anterior, sofre a ação dos agentes ao longo da cadeia de produção agroalimentar de modo a incidir regras e princípios jurídicos. Ao mesmo tempo em que o produto passa por diversas fases no processo produtivo, os agentes estabelecem relações jurídicas tanto na produção, transformação e distribuição do produto como na organização do processo produtivo.

¹⁴⁸ Não distinguimos o produto alimentício do produto alimentar ou produto agroalimentar. Trata-se, para o presente trabalho, de sinônimos, incluindo as bebidas.

¹⁴⁹ CARROZZA, Antonio. *Op. cit.*, p. 63.

¹⁵⁰¹⁵⁰ *Ibid.*, pp. 63 e 64.

¹⁵¹ Cf. DE-MATTIA, Fábio Maria. *Especialidade do Direito Agrário*, pp. 01 *usque* 07.

¹⁵² O Código de Defesa do Consumidor define produto no § 1º, do art. 3: “§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.”. O produto agroalimentar está definido no inciso X, do art. 2º, do Decreto-lei n. 986, *verbis*: “Produto agroalimentar: todo alimento derivado de matéria-prima alimentar ou de alimento in natura, ou não, de outras substâncias permitidas, obtido por processo tecnológico adequado;”. (Decreto-lei n. 986, de 21 de outubro de 1969) Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=16613&word=>>>. Acessado em 09/01/2009.

Segundo BALLARÍN MARCIAL o objeto do direito agroalimentar é o produto.¹⁵³ Em todas as perspectivas vistas no capítulo anterior, o produto agroalimentar é o objeto de estudo, não importando se o fundamento para tal posição seja a legislação, o Regulamento 178/2002 da UE sobre segurança alimentar, ou um conceito metajurídico, como na perspectiva de LORVELLEC, que se baseia no conceito de *filière* formulado pela Escola de Organização Industrial Francesa. O produto agroalimentar, ao percorrer uma cadeia (*filière*) agroalimentar, influencia a formação organizacional e a denominação da cadeia, v.g., cadeia da soja, cadeia da carne etc..¹⁵⁴

2.2 Os Princípios

Os princípios gerais, consoante a lição de Miguel REALE, “são enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico, quer para a sua aplicação e integração, quer para a elaboração de novas normas.”.¹⁵⁵ ARCANGELI, no âmbito do direito agrário, ressalta a importância dos princípios gerais para determinar a autonomia ou especialidade da matéria.¹⁵⁶ Os princípios gerais podem ser vistos por muitas de suas características: portadores de valores, estruturantes do ordenamento jurídico, indicadores de fins etc.

Além dos princípios gerais, tanto no ordenamento jurídico brasileiro como no internacional, há princípios que são aplicáveis ao direito agroalimentar. Não se tratam de princípios próprios do direito agroalimentar, mas de princípios de aplicação mais restrita.

¹⁵³ BALLARÍN MARCIAL, Alberto. “Definición y Justificación del Derecho Agroalimentario”. In: *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, p. 42.

¹⁵⁴ LORVELLEC, Louis. “L’interprofession in Francia”, In: *Rivista di Diritto Agrario*, anno LXXII, fasc. 2, p. 229.

¹⁵⁵ REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, p. 300.

¹⁵⁶ CARROZZA, Antonio e ZELEDÓN ZELEDÓN, Ricardo. *Op. cit.*, p. 54.

2.2.1 O Princípio da Precaução

O princípio da precaução, muito conhecido no âmbito do direito ambiental, baseia-se na incerteza científica sobre um produto ou substância que possa causar danos irreversíveis ou irreparáveis ao meio ambiente. A incerteza científica torna-se um fato jurídico relevante, de maneira a proibir ou autorizar uma ação.¹⁵⁷

O princípio da precaução está consagrado, no nível internacional, no Princípio 15 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como também no art. 7º do Regulamento 178/2002 da UE. No caso do Regulamento 178/2002, a previsão legal se destina à segurança alimentar dos cidadãos dos países membros da UE. No ordenamento jurídico brasileiro, o princípio de precaução está presente implicitamente,¹⁵⁸ no art. 225, da Constituição Federal, e explícito no art. 1º, da Lei n. 11.105/2005 – Lei de Biossegurança.

Os cientistas, dentro de seus campos de conhecimento, poderão dizer sobre a existência ou probabilidade de riscos de um produto ou substância à saúde do consumidor. No entanto, como ocorre na Ciência do Direito, nem sempre há consenso entre os cientistas.¹⁵⁹ Por isso, a aplicação do princípio da precaução não deve ser radical de modo a impedir ao extremo a realização de pesquisas científicas e aplicação de novas tecnologias, posto que o risco é uma condição essencial do progresso científico.¹⁶⁰

Na verdade, trata-se de gestão de riscos. Alguns doutrinadores, como LORVELLEC e COLLARD DUTILLEUL, fazem uma escala de princípios de acordo com o risco: riscos desconhecidos (riscos do desenvolvimento): princípio da exoneração; riscos suspeitos: princípio da precaução; riscos averiguados: princípio da prevenção; riscos realizados: princípio da reparação.¹⁶¹ Nessa escala de princípios, destacamos o princípio da

¹⁵⁷ GERMANÒ, Alberto. *Op. cit.*, p. 49.

¹⁵⁸ GRASSI NETO, Roberto. *Princípios de Direito do Consumidor: Elementos para uma Teoria Geral*, p. 175.

¹⁵⁹ GERMANÒ, Alberto. *Op. cit.*, p. 50.

¹⁶⁰ SIRSI, Eleonora. In: *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, p. 692.

¹⁶¹ COLLARD DUTILLEUL, François e LORVELLEC, Louis. *Principe de Précaution et Responsabilité dans le Secteur Alimentaire*, In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, pp. 455.

precaução e o princípio de prevenção. A distinção entre esses princípios está na certeza do dano, incertos no primeiro e certos no último.

O órgão competente, no Brasil, para a análise de risco dos organismos geneticamente modificados é a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança — CTNBIO (art. 10, da Lei n. 11.105/2005). O parágrafo único deste artigo diz que a competência da CTNBIO não se restringe aos organismos geneticamente modificados, mas também no acompanhamento e desenvolvimento do progresso tecnológico e científico nas áreas de biossegurança, biotecnologia, bioética e afins. A competência da CTNBIO é ampla, podendo incluir outras áreas do conhecimento científico e tecnológico.

A análise de riscos deve ser pautada por critérios objetivos, de modo a não impedir a livre circulação de produtos agroalimentares, salvaguardando a saúde do consumidor. Não se permite a colocação no mercado do produto agroalimentar na falta de certeza sobre a eventualidade de dano à saúde do consumidor e ao meio ambiente. No entanto, como observa COSTATO, ao comentar o art. 7º do Regulamento 178/2002 da UE, há um jogo de interesses: a livre circulação de produtos agroalimentares e a proteção do consumidor.¹⁶²

O princípio da precaução não deve ser invocado em caso de restrições injustificadas baseadas em medidas protecionistas no mercado internacional. Vale lembrar que o § 2º, do art. 2º, do Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias no âmbito da OMC (Acordo SPS),¹⁶³ diz que as medidas sanitárias e fitossanitárias dos países signatários do Acordo sejam destinadas à proteção da saúde humana e animal, bem como a preservação dos vegetais, fundadas em princípios científicos suficientemente embasados em provas. Ainda o § 2º, do art. 2º se refere à exceção disciplinada no § 7º, do art. 5º do mesmo Acordo. Em tal exceção à regra do § 2º, do art. 2º, o país-membro, no caso de não haver provas científicas suficientes, pode, provisoriamente, adotar medidas sanitárias e fitossanitárias de órgãos internacionais, v.g., o *Codex Alimentarius*, ou aquelas aplicadas em outros países-membros, analisando as conseqüências de tais medidas dentro

¹⁶² COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, p. 94.

¹⁶³ Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. Disponível em: <http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/legal_f.htm>. Acessado em 09/01/2009.

de um prazo razoável, assim como se esforçando para obter informações adicionais para avaliação objetiva dos riscos.

Não obstante o princípio da precaução possa ser aplicado no caso de incerteza científica, a sua aplicação é provisória, uma característica essencial desse princípio. A partir do momento que a incerteza desaparece por haver dados científicos suficientes ou consenso entre os cientistas, o produto agroalimentar pode ser proibido ou liberado para colocação no mercado. Tudo isso dependerá dos avanços técnico-científicos sobre uma ou mais substâncias componentes do produto agroalimentar ou o próprio produto agroalimentar.

2.2.2 O Princípio da Transparência

O princípio da transparência está explícito no *caput*, do artigo 4º, do Código de Defesa do Consumidor.¹⁶⁴ Transparência, segundo MARQUES, “significa informação clara e correta sobre o produto a ser vendido, sobre o contrato a ser firmado, significa lealdade e respeito nas relações entre fornecedor e consumidor, mesmo na fase pré-contratual, isto é, na fase negocial dos contratos de consumo”.¹⁶⁵ Ainda conforme MARQUES, o princípio da transparência “... não deixa de ser um reflexo da boa-fé ...”.¹⁶⁶

A relação de consumo de gêneros alimentícios na sociedade de massas é feita na maioria das vezes em supermercados, um lugar no qual não há pessoalidade, isto é, não há uma negociação prévia entre vendedor e comprador. Ao contrário do que ocorre nas feiras livres ou como ocorria nas antigas mercearias, o consumidor de gêneros alimentícios não tem a oportunidade de conversar com o vendedor para verificar a qualidade, a quantidade e o preço do gênero alimentício. Todos os produtos agroalimentares, destacando neste caso os produtos transformados, são ofertados ao consumidor nas gôndolas dos supermercados. Os preços são predeterminados pelo vendedor, ou melhor, o

¹⁶⁴ Inicialmente, ao invés do vocábulo “transparência” na redação original do *caput*, do artigo 4º, do CDC, constava “transferência”. A redação do *caput* desse artigo foi alterada pela Lei n. 9.008/95. Cf. FILOMENO, José Geraldo Brito. *Op. cit.*, p. 65, nota de rodapé.

¹⁶⁵ MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor – O novo regime das relações contratuais*, p. 715.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 799.

distribuidor, sem a alternativa de redução de preço ou a compra de quantidade inferior àquela constante dentro da embalagem.

O Código de Defesa do Consumidor não trata do princípio da transparência apenas no *caput* do artigo 4º, disciplinando diversos aspectos desse princípio em outros artigos: o dever de informar sobre as qualidades do produto (art. 30), a responsabilidade do fornecedor pela oferta (art. 20)¹⁶⁷ e a publicidade (art. 36).

Contudo, o Código de Defesa do Consumidor, como microssistema do direito do consumidor, trata de forma genérica a relação de consumo, não se limitando à relação de consumo de gêneros alimentícios. Tal fato é destacado por NUÑES SANTIAGO, pois o direito da alimentação guarda muitas semelhanças com o direito do consumidor, sobretudo a tutela de sujeitos indeterminados e vulneráveis. Mas, o direito da alimentação está limitado aos alimentos e produtos agroalimentares, excluindo outras classes de bens e serviços.¹⁶⁸ O direito agroalimentar não deixa de ter a mesma particularidade do direito da alimentação, embora não esteja somente circunscrito ao aspecto bioquímico dos produtos agroalimentares.

Um dos princípios do direito da alimentação, segundo BIGWOOD, é a “honestidade nas transações comerciais” a fim de evitar fraudes e abusos contra os consumidores.¹⁶⁹ Dito de outro modo, o princípio da “honestidade”, referido por BIGWOOD nos elementos de motivação do direito da alimentação, não deixa de ser, podemos afirmar, o princípio da transparência.

O sistema agroalimentar (SAG), como visto no capítulo anterior, é “um conjunto de relações contratuais entre empresas e agentes especializados, cujo objetivo final é dispor o consumidor de determinado produto...”. O consumidor, dentro dessa perspectiva, é quem influencia as estratégias dos agentes da cadeia agroalimentar por meio de suas preferências no momento da compra. Todavia, o Código de Defesa do Consumidor parte de concepção inversa ao proteger o consumidor, este a parte vulnerável de toda

¹⁶⁷ Cf. MARQUES, Cláudia Lima. *Op. cit.*, p. 719.

¹⁶⁸ NUÑES SANTIAGO, Beatriz A.. *Op. cit.*, p. 60.

¹⁶⁹ BIGWOOD, E.J. e GERARD, A. *Op. cit.*, p. 22.

cadeia produtiva.¹⁷⁰ Mesmo assim, ZYLBERSZTAJN¹⁷¹ não nega o poder dos agentes ao dizer que disputam o consumidor, disputa que visa ofertar, no final da cadeia produtiva, um produto para a satisfação do consumidor, que mantém o funcionamento do sistema agroalimentar.¹⁷²

O dever de informar, disciplinado no artigo 30 do CDC, é importante, sobretudo numa relação, como dissemos, na qual há pouca comunicação entre o vendedor e o comprador. As informações que deverão constar no produto agroalimentar estão disciplinadas no Capítulo III, art. 10 e seguintes, do Decreto-lei n. 986, de 21 de outubro de 1969, como também, pormenorizadamente, no Anexo “Regulamento Técnico Referente à Rotulagem de Alimentos Embalados”, da Portaria n. 42, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de 14 de janeiro de 1998, sem excluir o disposto no art. 31 do CDC.

É evidente que a maioria das pessoas ao realizar suas compras em supermercados não observa atentamente as informações constantes nos rótulos dos produtos agroalimentares. Boa parte advém da falta de conhecimento técnico para compreender a composição bioquímica do produto agroalimentar, assim como da pressa para abastecer o carrinho. A maioria dos consumidores somente se atenta aos preços fixados nas gôndolas sob o produto agroalimentar, nos supermercados que dispõe de sistema de identificação por código de barras, ou às etiquetas indicadoras do preço sobrepostas aos produtos agroalimentares, como também aos prazos de validade, principalmente dos produtos agroalimentares que devam ser conservados sob refrigeração.

A clareza das informações, tanto dos rótulos dos produtos agroalimentares como da propaganda veiculada nos meios de comunicação, deve ser limitada. ALBISINI nos conta sobre a *dezinformatsiija*, termo russo dado pelo serviço secreto da antiga União

¹⁷⁰ Cf. FILOMENO, José Geraldo Brito. *Op. cit.*, p. 69.

¹⁷¹ ZYLBERSZTAJN, Decio. *Op. cit.*, p. 13.

¹⁷² O Código de Defesa do Consumidor define o consumidor no art. 2º, *verbis*: “Art. 2º. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.” O Anexo Regulamento Técnico Referente à Rotulagem de Alimentos Embalados, da Portaria 42, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, define o consumidor alimentos no n. 2.4, não sendo diferente da definição geral do CDC, *verbis*: “2.4. Consumidor: É toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza alimentos.” (Portaria n. 42 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de 14 de janeiro de 1998). Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=16613&word=>>>. Acessado em 09/01/2009.

Soviética ao excesso de informação, que pode criar obstáculos para a decisão consciente do receptor da mensagem, neste caso, o consumidor de produtos agroalimentares.¹⁷³ De fato, o excesso de informações confunde o consumidor na escolha de produtos agroalimentares adequados às suas necessidades, acima de tudo o consumidor que deva seguir dietas restritivas.

A publicidade (art. 36) no CDC não se confunde com a propaganda. Embora ambos vocábulos sejam usados cotidianamente como sinônimos, devido aos significados muito parecidos, para a disciplina do CDC não são iguais. O CDC trata apenas da publicidade. A distinção está no escopo de lucro presente na publicidade, enquanto que a propaganda pode ser meio de transmissão de uma classe ampla de idéias e valores.¹⁷⁴ Vale aqui sublinhar que a publicidade de certos produtos agroalimentares não está desvinculada da propaganda, ao transmitir os valores de um modo de vida, v.g., os anúncios em redes televisivas, em horários comprados, de dietas e alimentos “milagrosos” destinados ao emagrecimento. O consumidor recebe as mensagens publicitárias, que também transmitem valores sociais, de maneira acrítica e passiva, não havendo, como ressalta ROOK BASILE, um encontro de vontades num ato comunicativo dialético.¹⁷⁵

O Código de Defesa do Consumidor, como o próprio nome diz, visa a proteção do consumidor. No entanto, ao definir no *caput*, do art. 3º o fornecedor, do CDC congrega no mesmo bloco toda cadeia produtiva, sem distinção dos sujeitos que participam do processo. A distinção subjetiva se refere somente à qualificação jurídica (pessoa física, pessoa jurídica, ente despersonalizado, pessoa de direito público ou privado, nacional ou estrangeira), não situando o sujeito na cadeia produtiva, isto é, se ele é o empresário agrário, a agroindústria transformadora e o distribuidor de produto agroalimentar. Dizemos isto porque quatro atividades dispostas no mesmo *caput* nos interessam para o presente estudo: a produção, a criação, a transformação e a distribuição. FILOMENTO, lastreado em COMPARATO, diz que, *verbis*, “o consumidor certamente é aquele que não dispõe de controle sobre os bens de produção e, por conseguinte, deve se submeter ao poder dos titulares destes, é aquele que se submete ao poder de controle dos titulares de bens de

¹⁷³ ALBISINI, Ferdinando. In: *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, p. 637.

¹⁷⁴ BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcelos e. In *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto*, p. 318. Cf. também ROOK BASILE, Eva. In *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, p. 730.

¹⁷⁵ ROOK BASILE, Eva. *Op. cit.*, p. 730.

produção, isto é, os empresários.”¹⁷⁶. Logo, se há titulares de bens de produção — os empresários —, então há uma cadeia produtiva, e não somente o sujeito-fornecedor que estabelece uma relação direta com o consumidor.

Não obstante o princípio da transparência esteja presente no direito do consumidor, ele também é de suma importância para o direito agroalimentar. O consumidor de produtos agroalimentares é o sujeito que no qual convergem todos os atos manifestados num produto final do processo produtivo. Ele é vulnerável, como concebido pelo direito do consumidor, mas ao mesmo tempo, não é o único sujeito de uma cadeia produtiva. As atividades que destacamos do *caput*, do art. 3º, do CDC, são sequenciais no processo produtivo.

No processo produtivo, nem sempre todos os agentes participantes da cadeia conhecem aquilo que foi acrescentado ou retirado da matéria-prima. Um exemplo disso, no contrato de integração agroindustrial vertical, um dos elos da cadeia produtiva agroalimentar, o empresário agrário se submete a uma série de obrigações impostas pela empresa agroindustrial transformadora, sendo uma dessas obrigações a obediência de procedimentos, *v.g.*, no caso dos criadores de animais, o uso de determinadas quantidades diárias de ração estabelecidas pela agroindústria para cada animal.

O princípio da transparência aqui estudado não se confunde com o princípio de mesmo nome do inciso IV, do art. 8º, da Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, Lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. O princípio da transparência pelo qual o SISAN deve se orientar, com certas particularidades, guarda o mesmo espírito do princípio aqui estudado. Ele diz respeito à clareza das atividades desenvolvidas pelos órgãos e entes públicos e privados componentes do SISAN.¹⁷⁷

¹⁷⁶ FILOMENO, José Geraldo Brito. *Op. cit.*, p. 69.

O Regulamento 178/2002 da UE define no n. 2, do art. 2º, a “empresa do sector alimentar” como “qualquer empresa, com ou sem fim lucrativos, pública ou privada, que se dedique a uma actividade relacionada com qualquer das fases da produção, transformação e distribuição de géneros alimentícios.” (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, edição em língua portuguesa de 01/02/2002. Arquivo em formato pdf.). Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002R0178:PT:HTML>>. Acessado em 09/01/2009. O Regulamento, diferente do CDC, destaca as etapas do processo produtivo.

¹⁷⁷ O Regulamento 178/2002 da UE dispõe de forma explícita o princípio da transparência, nos artigos 9º e 10º, no sentido de permitir o acesso da população às políticas comunitárias sobre legislação alimentar, bem como informar a população sobre medidas restritivas sobre um género alimentício. (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, edição em língua portuguesa de 01/02/2002, arquivo em formato pdf.). Disponível

Enfim, entre os agentes da cadeia agroalimentar, um sistema de rastreabilidade¹⁷⁸ permitiria aos agentes da cadeia produtiva clareza e informações suficientes para o exercício adequado das atividades desenvolvidas isoladamente por cada agente, garantindo um produto agroalimentar de melhor qualidade ao consumidor. A rastreabilidade permitiria ainda transparência entre os agentes produtivos, uma vez que, muitas vezes, devido a longa extensão da cadeia e a complexidade dos atos produtivos desenvolvidos por cada um, torna-se difícil o conhecimento das interações dos agentes. Não se limitaria, a rastreabilidade, à aposição de sinais nos rótulos pelos órgãos ou entidades de controle de qualidade. Isto quer dizer, haveria um autocontrole pelos agentes integrantes da cadeia produtiva de um determinado produto.

2.3 As Informações sobre o Produto

Todas as informações do produto agroalimentar estão no rótulo.¹⁷⁹ Este é o instrumento de comunicação entre o consumidor e os agentes da cadeia produtiva. No rótulo estão impressas as informações necessárias para a escolha e uso correto do produto agroalimentar, *v.g.*, a denominação de venda do alimento, a lista de ingredientes, o conteúdo líquido, a identificação de origem, a identificação do lote, o prazo de validade, as instruções de preparo e uso do alimento, a marca, a qualificação do fabricante, os selos ou sinais de certificação de qualidade etc.

em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002R0178:PT:HTML>>. Acessado em 09/01/2009.

¹⁷⁸ O sistema de rastreabilidade ou HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Points*) foi adotado, inicialmente, nos anos 60, para atender uma necessidade de alimentos seguros para os astronautas nas viagens especiais. Posteriormente, foi implantado voluntariamente por algumas empresas de países industrializados para prevenir e controlar riscos na produção alimentar. Cf. SIRSI, Eleonora. In: *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, pp. 678 e 679.

¹⁷⁹ O rótulo, na legislação brasileira, está definido no n. 2.1. do Anexo Regulamento Técnico Referente à Rotulagem de Alimentos Embalados, da Portaria 42, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, *verbis*: “2.1. Rótulo: É toda inscrição, legenda, imagem ou toda matéria descritiva ou gráfica que esteja escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo ou litografada ou colada sobre a embalagem do alimento.”. O mesmo Anexo define no n. 2.2 a embalagem, *verbis*: “2.2. Embalagem: É o recipiente, o pacote ou o envoltório destinado a garantir a conservação e facilitar o transporte e manuseio dos alimentos.”. (Portaria n. 42 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de 14 de janeiro de 1998). Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=16613&word=>>>. Acessado em 09/01/2009.

No estudo do rótulo convergem três perspectivas vistas no capítulo anterior: o direito agroalimentar, na visão dos autores italianos, influenciados pelo Regulamento 178/2002, o direito da alimentação e a perspectiva de LORVELLEC.

O direito agroalimentar, dentro da Perspectiva Italiana, e o direito da alimentação têm em comum, no que diz respeito à rotulagem, a disciplina das informações sobre a composição dos produtos agroalimentares. Vale lembrar que o direito da alimentação tem o seu enfoque na composição dos alimentos e produtos agroalimentares, sendo apenas um aspecto na visão dos autores italianos.

As perspectivas de LORVELLEC e da denominada, para o presente trabalho, Perspectiva Italiana, convergem no aspecto do exame das marcas e denominações de origem, institutos do direito industrial. Na perspectiva de LORVELLEC as marcas e denominações de origem são os “sinais de qualidade”, sinais que demonstram as qualidades de um determinado produto em comparação com outros.¹⁸⁰ Por seu turno, COSTATO frisa a importância das marcas e denominações de origem como um instrumento eficiente no mercado internacional.¹⁸¹

No entanto, os rótulos contêm muitas informações de difícil compreensão para o consumidor, pois são informações de caráter técnico, v.g., a composição bioquímica dos produtos agroalimentares. Do ponto de vista do direito da alimentação, NUÑES SANTIAGO não crê ser correto o tratamento subjetivo dos participantes do fenômeno produtivo alimentício, defendendo uma política participativa entre os produtores, o Estado e o consumidor em associações ou organizações destinadas às discussões sobre as informações dos alimentos.¹⁸² Não discordamos de NUÑES SANTIAGO, porém não dar um tratamento diferenciado pelo Estado ao consumidor e aos agentes produtivos, acima de tudo num mundo cada vez mais técnico e repleto de particularidades, seria deixar o consumidor sem nenhuma proteção.

¹⁸⁰ LORVELLEC, Louis. “La Protection Internationale des Appellations d’Origine Contrôlées”. In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, p. 391.

¹⁸¹ COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, p. 190.

¹⁸² NUÑES SANTIAGO, Beatriz. *Op. cit.*, p. 81 e 82.

Um exemplo da falta de conhecimentos sobre as informações constantes no rótulo reside nas denominações *diet* e *light*.¹⁸³ Boa parte das pessoas consome os produtos agroalimentares *diet* e *light* por modismo, sem saber qual é a dieta mais adequada às suas necessidades vitais. Nessa questão, NUÑES SANTIAGO, como vimos de ver, tem razão ao afirmar que é preciso conscientizar o consumidor sobre as informações dos alimentos.

As informações constantes no rótulo do produto agroalimentar são obrigações impostas pelo princípio da transparência, especialmente o dever de informar. As informações devem ser claras e precisas a não ensejar dúvidas no consumidor, tanto no momento da escolha do produto como no momento da ingestão.

2.3.1 As Marcas

As marcas, como diz LORVELLEC,¹⁸⁴ são sinais distintivos entre um produto agroalimentar e os seus congêneres. Elas distinguem um determinado produto do mesmo produtor ou dos produtos de seus concorrentes, bem como têm uma força persuasiva na escolha do consumidor.

É relevante a disciplina legal da marca,¹⁸⁵ principalmente do produto agroalimentar, uma vez que ela gera confiança na escolha do consumidor, que irá ingerir o produto agroalimentar. Não podemos olvidar que mediante o uso de marcas nos rótulos dos produtos agroalimentares, o consumidor, muitas vezes sem muita atenção pela confiança adquirida pelo fornecedor ao longo do tempo, no sentido do *caput*, do art. 3º, do CDC,

¹⁸³ Veremos no tópico 2.2.3 a distinção entre as indicações “diet” e “light” nos produtos agroalimentares.

¹⁸⁴ LORVELLEC, Louis. “La Protection Internationale des Appellations d’Origine Contrôlées”, In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, p. 391.

¹⁸⁵ O Anexo Regulamento Técnico Referente à Rotulagem de Alimentos Embalados, da Portaria 42, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, define a marca no n. 2.15, *verbis*: “Marca: É o elemento que identifica um ou vários produtos do mesmo fabricante e que os distingue de produtos de outros fabricantes, segundo a legislação de propriedade industrial.”. (Portaria n. 42 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de 14 de janeiro de 1998). Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=16613&word=>>>. Acessado em 09/01/2009. A Lei de Propriedade Industrial – Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996, no inciso I, do art. 123, define a marca de produto, *verbis*: “I – marca de produto ou serviço: aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa;”.

coloque no seu carrinho um produto agroalimentar de uso freqüente sem se ater às outras informações presentes no rótulo.

No aspecto informativo, a marca difere de outros elementos informativos constantes no rótulo. ROOK BASILE ressalta a importância da legislação para regular a informação transmitida pela marca de maneira a evitar abusos por parte do fabricante.¹⁸⁶ Acrescenta ROOK BASILE que, por ser um instrumento de comunicação entre o fornecedor, no sentido do CDC, e o consumidor, a marca não deve ser considerada apenas como um bem imaterial do fornecedor.¹⁸⁷

A marca pode ser individual ou coletiva.¹⁸⁸ A marca individual é aquela usada por uma empresa. Por sua vez, a marca coletiva tem como titulares são associações de produtores. O produtor membro de uma associação pode usar a marca coletiva, contanto que siga os padrões estabelecidos pela associação.¹⁸⁹ Como a marca de propriedade de titular individual, a marca coletiva é um bem imaterial de um grupo de produtores.

Sobre o aspecto patrimonial da marca, destacamos a marca própria. Tal marca tem sido cada vez mais usada pelas grandes redes de supermercados, tanto no Brasil como alhures, dentro do fenômeno da integração vertical.¹⁹⁰ A marca própria é uma marca de produto aposta pelo distribuidor, nesse caso a empresa de distribuição de produtos agroalimentares, não pela indústria transformadora de matéria-prima alimentar. SILVEIRA enfatiza que a aposição da marca sobre o produto, apesar de não ter sido fabricado por quem a apõe, gera responsabilidade para o proprietário da marca.¹⁹¹

Quanto à qualidade, a marca do produto, que é a marca de um produto dentre outros do mesmo produtor ou de uma linha de produtos, por si só, gera confiança no consumidor, sobretudo quando se trata de marca que goza de amplo reconhecimento no

¹⁸⁶ ROOK BASILE, Eva. *Op. cit.*, p. 731.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 732.

¹⁸⁸ No inciso III, do art. 123, da Lei de Propriedade Industrial, consta a definição de marca coletiva, *verbis*: “III – marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.”

¹⁸⁹ GERMANÒ, Alberto. *Op. cit.*, pp. 186 e 187.

¹⁹⁰ Cf. GOLDBERG, Daniel. *Poder de Compra e Política Antitrust*, p. 191. Cf. também COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, p. 06.

¹⁹¹ SILVEIRA, Newton. *A Propriedade Intelectual e a Nova Lei de Propriedade Industrial: Lei n. 9.279, de 14-5-1996*, p. 24.

mercado. Todavia, a marca de produto não é o único sinal distintivo de qualidade. A marca de certificação, tanto de órgãos de fiscalização como entidades privadas, atesta que o produto foi elaborado dentro de determinados padrões técnicos obrigatórios ou seguidos voluntariamente pelo produtor.¹⁹²

2.3.2 As Indicações Geográficas

Como as marcas, as indicações geográficas¹⁹³ são sinais distintivos. A função das indicações geográficas é transmitir a origem do produto e agregar valor ao mesmo. Elas também são instrumentos comunicativos. As indicações geográficas são a indicação de procedência e a denominação de origem.

Há muitas similitudes entre as marcas e as indicações geográficas. Dentre as mais importantes, destacamos a transmissão ao consumidor da qualidade do produto. A qualidade está vinculada a um determinado território e a uma população, como ocorre na denominação de origem. Não somente a qualidade, mas também a procedência distintiva entre os diversos produtos congêneres.

Outra semelhança entre as marcas e as indicações geográficas diz respeito à titularidade, principalmente entre as marcas coletivas e a denominação de origem. Os titulares de marcas coletivas são associações, enquanto que na denominação de origem são todos aqueles que estão fixados em um determinado território. O titular de uma marca coletiva, como na marca individual, pode estabelecer livremente padrões a serem seguidos

¹⁹² A Lei de Propriedade Industrial – Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996, no inciso II, do art. 123, define a marca de certificação, *verbis*: “ II – marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada;”.

¹⁹³ As indicações geográficas estão disciplinadas no Título IV, da Lei de Propriedade Industrial - Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. O art. 176 diz quais são as indicações geográficas, *verbis*: “Art. 176. Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem.”. A indicação de procedência e a denominação de origem estão definidas nos artigos 177 e 178, da Lei de Propriedade Industrial - Lei n. 9.279/1996, *verbis*: “Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou prestação de determinado serviço. Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.”.

pelos membros que utilizam a marca.¹⁹⁴ Já a denominação de origem, como na marca coletiva, há um número amplo de usuários, mas vinculados a um determinado território, devendo seguir padrões produtivos estabelecidos ao longo do tempo pela tradição e por fatores naturais que distingam o produto.

A diferença elementar entre a indicação de procedência e a denominação de origem é a função distintiva que cada uma exerce no consumidor. A indicação de procedência distingue um produto de seus similares pela origem. Além da origem, a denominação de origem destaca as qualidades do produto devido ao ambiente, tanto natural como cultural, do qual o produto provem, *v.g.*, o vinho do Porto.¹⁹⁵

A denominação de origem transmite, além da procedência, um conjunto de fatores naturais (o solo, a água e o clima) e humanos (a cultura e as tradições). Esses fatores são elementos essenciais da denominação de origem. ROOK BASILE frisa o risco da denominação de origem perder os elementos de fatores naturais e humanos para se tornar, dentro de uma ótica estritamente de propriedade industrial, uma indicação de tecnologia. Ressalta ainda a distinção substancial entre marca, um instituto de estrutura privatista, e a denominação de origem, um instituto de estrutura publicista¹⁹⁶

Vale registrar aqui o caso da indicação geográfica da cachaça. O Decreto n. 4.062, de 21 de dezembro de 2001, remetendo ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS), no âmbito da OMC, disciplina a proteção do uso das expressões “cachaça”, “Brasil” e “cachaça do Brasil” (art. 3º) aos produtores estabelecidos no Brasil (§ 1º, do art. 3º).¹⁹⁷

Entretanto, nem sempre o consumidor escolhe o seu produto agroalimentar pelas indicações geográficas. É o que ocorre com muitos vinhos. HULDAULT constata que, diversamente da França e dos países mediterrâneos da UE, os consumidores do Norte da Europa, estadunidenses e asiáticos, ao comprar uma garrafa de vinho, pautam as suas escolhas pela cepa da uva, *v.g.*, *Cabernet* ou *Couderc*, não importando a procedência da

¹⁹⁴ TRENTINI, Flávia. *Denominação de Origem: elemento fundamental às atuais empresas rurais*, p. 151.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 131.

¹⁹⁶ ROOK BASILE, Eva. *Op. cit.*, p. 738.

¹⁹⁷ Decreto n. 4.062, de 21 de dezembro de 2001. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=1014>>. Acessado em 09/01/2009.

bebida.¹⁹⁸ Assim, podemos dizer que certos vinhos, que antes eram conhecidos pela denominação de origem, hoje, são de uso comum.¹⁹⁹

2.3.3 As Indicações *Diet e Light*

O uso das expressões de origem inglesa *diet* e *light* é freqüente em rótulos de produtos agroalimentares. Na verdade, trata-se de expressões que transmitem aspectos nutricionais do produto agroalimentar de uma classe especial de alimentos: os alimentos dietéticos.²⁰⁰

Normalmente o consumidor associa as expressões *diet* e *light* para indicar a ausência de açúcares ou gorduras nos produtos agroalimentares. Não é estranha tal associação, pois a publicidade dos produtos agroalimentares transmite, junto com a propaganda de um padrão de beleza física e um estilo de vida “mais saudável”, as vantagens de um produto adequado para certos fins não fundados em critérios técnico-científicos de nutrição. Boa parte dos consumidores que escolhe os produtos dietéticos não

¹⁹⁸ HUDAULT, Joseph. “Balance y Perspectivas Futuras del Derecho Rural”, In: *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, p. 31.

¹⁹⁹ Conforme o art. 180 da Lei n. 9.279/1996, quando o nome geográfico se tornar de uso comum, não será considerado indicação geográfica, v.g., a folha-de-flandres.

²⁰⁰ O alimento dietético está definido no inciso V, do art. 2º, do Decreto-lei n. 986, *verbis*: “Alimento dietético: todo alimento elaborado para regimes alimentares especiais destinado a ser ingerido por pessoas sãs;” (Decreto-lei n. 986, de 21 de outubro de 1969). Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=16613&word=>>>. Acessado em 09/01/2009. A Resolução 360, de 23 de dezembro de 2003, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, disciplina no Anexo Técnico sobre Embalagem Nutricional de Alimentos Embalados, o uso de informações nutricionais dos produtos agroalimentares. Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=9059>>>. Acessado em 09/01/2009. Embora os vocábulos *diet* e *light* sejam técnicos, como vistos, ensejam confusão na escolha do consumidor. O n. 4 e seguintes do Anexo Regulamento Técnico Referente à Rotulagem de Alimentos Embalados, da Portaria 42, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, determina clareza na informação, quanto ao idioma constante no rótulo, consoante o princípio da transparência, *verbis*: “4. IDIOMA. 4.1. A informação obrigatória deve estar escrita no idioma oficial do país de consumo com caracteres de tamanho adequado, com realce e visibilidade, sem prejuízo da existência de textos em outros idiomas. 4.2. Quando a rotulagem for em mais de um idioma, nenhuma informação obrigatória de significado equivalente pode figurar em caracteres de tamanho, realce ou visibilidade diferentes.” No que se refere ao outro idioma, a Portaria 42, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, no seu preâmbulo, diz que sua finalidade é, *verbis*: “..., visando à saúde da população, a importância de compatibilizar a legislação nacional, com base nos instrumentos harmonizados no MERCOSUL, relacionados a rotulagem de alimentos embalados (Res. GMC nº 36/93, 06/94 e 21/94) ...”. (Portaria n. 42 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de 14 de janeiro de 1998). Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=16613&word=>>>. Acessado em 09/01/2009.

tem orientação de um nutricionista, profissional qualificado para a indicação de dietas alimentares, ou de um médico.

Como observa GRASSI NETO, o uso abusivo das indicações *diet* e *light* nos rótulos de produtos agroalimentares contraria o princípio da transparência, sobretudo por não transmitir informações adequadas aos consumidores que devam seguir, por questões vitais, uma dieta restritiva de certas substâncias.²⁰¹

Na verdade as expressões não indicam somente a ausência de açúcares ou gorduras, mas a isenção ou redução de outras substâncias. A classificação do Ministério da Saúde para produtos agroalimentares *diet* são os fins especiais, enquanto que para *light* são os produtos agroalimentares “modificados”.²⁰²

A expressão *diet*, como consta no trabalho interdisciplinar de VIEIRA e CORNÉLIO, *verbis*:

“... caracteriza alimentos que têm formulação especial para atender pessoas que tenham disfunção ou distúrbio físico ou metabólico, como diabéticos ou hipertensos, sem a necessidade de que o produto seja menos calórico. Ele deve ter a total ausência de um determinado ingrediente (normalmente açúcar ou sódio), que será substituído por outro, portanto, produtos indicados para dietas por razões de saúde. Ainda, são aqueles produtos que apresentam ausência de um determinado componente, por exemplo: açúcar, sal, glúten etc. Isso não significa a redução do valor calórico do alimento em questão. Os alimentos *diet* foram elaborados para atender pessoas com restrições dietéticas específicas como diabetes, hipertensão, alergias alimentares e não com a finalidade de baixo valor calórico”.²⁰³

Ainda nessa linha de idéias, os produtos agroalimentares *light*, conforme o trabalho citado acima, *verbis*: “... são aqueles alimentos que devem ter, no mínimo, 25%

²⁰¹ GRASSI NETO, Roberto. *Op. cit.*, p. 258.

²⁰² VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto e CORNÉLIO, Adriana Régia. “Produtos *Light* e *Diet*: o Direito à Informação do Consumidor. In: *Revista de Direito do Consumidor*, p. 15.

²⁰³ *Ibid.*, p. 14.

menos de algum componente calórico, seja açúcar, gordura, sal, entre outros. São aqueles que apresentam a redução de qualquer um dos componentes mencionados tendo como referência o produto do mesmo tipo, e não tem fim específico como os produtos *diet*”.²⁰⁴

Logo, as informações veiculadas pela mídia sobre os produtos *diet* e *light* não correspondem ao que realmente significam: o primeiro um alimento destinado para dietas especiais e o último um alimento com um componente reduzido. Parece-nos não estar presente o princípio da transparência nos rótulos e nas publicidades dessas categorias de produtos agroalimentares, uma vez que as informações não são bem claras para a maioria dos consumidores, que continuam a pensar que os produtos *diet* não contêm açúcares e os *light* são isentos de gorduras. Por outro lado, a falta de informações prévias de esclarecimento em veículos de comunicação de massa, v.g., programas televisivos ou radiofônicos ou ainda em jornais de grande circulação, colabora para a desinformação a respeito de tais produtos e o seu correto uso.

2.4 O Sistema Orgânico de Produção Agropecuária

Os produtos orgânicos, de algumas décadas para cá, conquistaram a preferência de muitos consumidores preocupados com a qualidade alimentar. Isso se deve, em boa parte, a idéia propagada de que os produtos orgânicos são mais saudáveis por não conterem substâncias bioquímicas nocivas ao organismo humano, bem como por resultarem de um processo produtivo em harmonia com o meio ambiente.

ZELEDÓN ZELEDÓN constata que os consumidores promoveram uma revolução nos mercados ao preferirem produtos “sãos” e em harmonia com o meio ambiente, exigindo mais informações sobre a origem e qualidade dos produtos agroalimentares.²⁰⁵ Contudo, como visto ao tratar do princípio da transparência, a publicidade dos fornecedores, na linguagem do CDC, influencia a liberdade de escolha do consumidor, assim como as propagandas de estilos alternativos de vida. De fato, há consumidores esclarecidos sobre a qualidade dos produtos agroalimentares que adquirem

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 15.

²⁰⁵ ZELEDÓN ZELEDÓN, Ricardo. *Derecho Agrario Nuevas Dimensiones*, p. 110.

para alimentação. Mas, não se trata da maioria dos consumidores. Logo, o consumidor não está tão livre na escolha de seus produtos agroalimentares, recebendo informações de cunho comercial ou ideológico.

O objeto de regulação jurídica não é o produto orgânico, mas o processo de produção orgânico. Com razão, SGARBANTI diz que o vocábulo “biológico”, vocábulo utilizado pela legislação comunitária equivalente ao vocábulo “orgânico” da lei brasileira,²⁰⁶ não se refere ao produto mas ao processo. Exemplifica SGARBANTI dizendo que não dependem do produtor os eventuais danos provocados por agentes atmosféricos.²⁰⁷

No entanto, ao analisar a legislação comunitária sobre o processo de produção orgânico, ROTH e LE GUILLOU observam que não há garantias sobre a segurança e qualidade superior dos produtos orgânicos, visto que não há uma obrigação de resultado.²⁰⁸ Esses autores questionam, reiterando a obrigação de resultado no processo de produção orgânico, sobre as conseqüências de preservação do meio ambiente, bem-estar animal, manutenção da biodiversidade, autonomia dos produtores rurais, enfim, todos os resultados ligados à idéia do processo de produção orgânico.²⁰⁹

²⁰⁶ A Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, disciplina a agricultura orgânica. O art. 1º, desta lei define o sistema orgânico de produção, *verbis*: “Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.” O art. 2º da mesma lei, no *caput*, define o produto orgânico e o parágrafo único o produtor, *verbis*: “Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. Parágrafo único. Toda pessoa, física ou jurídica, responsável pela geração de produto definido no *caput* deste artigo é considerada como produtor para efeito desta lei.” Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=vizualizar&id=18357>>. Acessado em 09/01/2009. O vocábulo “biológico” é de uso mais freqüente, como o mesmo sentido de “orgânico”, na França, Itália, Portugal e Espanha. Cf. DAROLT, Moacir Roberto. *As Principais Correntes do Movimento Orgânico e suas Particularidades*. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdurolt.htm>>. Acessado em 09/01/2009.

²⁰⁷ SGARBANTI, Giulio. In: *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, p. 726.

²⁰⁸ ROTH, Christian e LE GUILLOU, Gwenaëlle. “L’Agriculture Biologique: Une Garantie pour la Sécurité du Consommateur Européen?”, In: *Rivista di Diritto Agrario*, fasc. 4, anno LXXXII, ottobre-dicembre 2003, p. 560.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 569.

Pensamos que seria difícil impor uma obrigação de resultado. No exemplo acima dado por SGARBANTI, o ciclo biológico de cultivo de plantas e criação de animais não depende tão-somente das intervenções humanas no processo, mas também de fatores alheios ao controle humano. As garantias de um produto adequado ao consumo, à preservação do meio ambiente e ao bem-estar animal podem ser verificadas por órgãos públicos ou entidades certificadoras de produtos orgânicos. Então, a qualidade do produto não depende somente dos produtores e de quem os fiscaliza, mas também da observação de padrões técnicos de produção.

A Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (Lei de Agricultura Orgânica) disciplina o sistema de produção orgânico. A denominação de “agricultura orgânica” pode ensejar confusão no que tange o sistema de produção orgânico. Por isso, no art. 2º há disposição sobre o conceito de sistema orgânico de produção abrangendo, *verbis*, “... os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei”.²¹⁰ O legislador, ao enumerar algumas correntes do movimento orgânico no conceito de sistema de produção orgânico, quer frisar que a lei não trata somente de uma corrente: a agricultura orgânica.²¹¹

A Lei de Agricultura Orgânica, no § 1º, do art. 1º, ao dispor sobre as finalidades do sistema de produção orgânico, no inciso VIII, diz que uma das finalidades é, *verbis*: “... incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e regionalização da produção e comércio desses produtos;”.²¹² Trata-se de uma finalidade do sistema de produção orgânico. Incentivar a ação conjunta de todos os agentes da cadeia de sorte a oferecer um produto orgânico de qualidade ao consumidor. O estímulo à regionalização da produção e do comércio se deve à proibição de radiações ionizantes, conforme o *caput*, do art. 1º, para a conservação dos alimentos.

²¹⁰Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, itálicos nossos. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=vizualizar&id=18357>>. Acessado em 09/01/2009.

²¹¹Cf. DAROLT, Moacir Roberto. *As Principais Correntes do Movimento Orgânico e suas Particularidades*. <Disponível em <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdurolt.htm>>. Acessado em 09/01/2009.

²¹²Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, itálicos nossos. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=vizualizar&id=18357>>. Acessado em 09/01/2009.

A interação entre os agentes produtivos da cadeia de produção orgânica está mais clara no disposto no inciso IX, do § 1º, do art. 1º, da Lei de Agricultura Orgânica. O inciso IX frisa a importância da qualidade do produto orgânico em todas as etapas do processo produtivo ao estabelecer o uso de métodos cuidadosos na manipulação dos produtos agrícolas. Desde o começo da cadeia de produção agroalimentar orgânica a ênfase é a qualidade.²¹³ Esta será comunicada ao consumidor mediante a certificação por organismos reconhecidos pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, dispõe sobre a qualidade dos produtos e processos. Cabe especial atenção ao disposto no parágrafo único, do art. 21, do referido Decreto, que dispõe sobre a dispensa de certificação de produto orgânico proveniente da agricultura familiar.²¹⁴ Em que pese o disposto no § 1º, do art. 3º, da Lei n. 10.831/2003, que faculta a certificação dos produtos orgânicos de agricultores familiares inseridos em processos próprios de organização e controle social, assim como o acesso aos locais de produção, seria melhor, segundo o princípio da transparência, a certificação desses produtos. O consumidor, na esteira do CDC, é vulnerável por não ter conhecimentos técnicos para poder avaliar certas características de um produto. Um certificado permitiria maior clareza, mesmo que o consumidor possa visitar o local de produção e averiguar o processamento. É a garantia de rastreabilidade do produto orgânico, logo, de qualidade. Neste passo, a redação do parágrafo único, do art. 21, do Decreto n. 6.323/2003, enseja equívocos no momento da compra pelo consumidor.²¹⁵

²¹³ Sobre a qualidade dos produtos e processos, o Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007 regulamenta a Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=vizualizar&id=18357>>. Acessado em 09/01/2009.

²¹⁴ Art. 3º da Lei n. 10.831/2003 e art. 21 do Decreto n. 6.323/2007.

O art. 3º dispõe, da Lei n. 10.831/2003, *verbis*, “Art. 3º Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento. § 1º. No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

O art. 21, do Decreto n. 6.323/2007, determina, *verbis*: “Art. 21. Somente poderão utilizar o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica os produtos comercializados diretamente aos consumidores que tenham sido verificados por organismo de avaliação da conformidade credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Parágrafo único. No ponto de comercialização ou no rótulo dos produtos previstos no *caput*, poderá constar a seguinte expressão: “produto orgânico não sujeito à certificação nos termos da Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003”.

²¹⁵ Cf. GRASSI NETO, Roberto. “Fornecimento de Produtos Orgânicos ao consumidor como política de proteção ao Meio Ambiente no Agronegócio”. In: XVII Encontro Preparatório do CONPEDI, 2008,

Vale frisar que o Decreto n. 6.323/2007 ainda dispõe nos arts. 7º e 8º sobre a produção paralela de produtos não orgânicos em locais onde haja produção orgânica. No art. 7º há disposição de separação de ambos processos (§§1º e 2º). No entanto, o § 2º, diz que cada processo produtivo deve estar isolado um do outro no espaço e no tempo. É evidente que esta disposição tem o fim de separar cada sistema produtivo a fim de não haver influência de um no outro. Mesmo havendo a separação de tais sistemas, há fenômenos naturais que os influenciam, v.g., os ventos e as chuvas, tornando difícil o manejo do sistema orgânico. Em seguida, apesar de o parágrafo único, do art. 8º, proibir a presença de organismos geneticamente modificados na produção paralela à orgânica, não podemos olvidar da migração transgênica, a ser abordada por nós no próximo tópico, um fenômeno que pode ocorrer no transporte de material genético, por meio das chuvas ou dos ventos, vindo de fora da área autorizada para produção paralela.

Todavia, cremos que a qualidade não deva estar restrita ao processo de produção orgânico, pois não é o único processo produtivo agroalimentar existente. É, na verdade, um sistema de produção especial, já que o processo produtivo agroalimentar não orgânico, que utiliza substâncias não permitidas no sistema orgânico de produção, gera a maior parte das matérias-primas que são transformadas em produtos agroalimentares e distribuídas à maioria dos consumidores brasileiros e estrangeiros.

Como dissemos ao tratar do princípio da transparência, o CDC não distingue os agentes da cadeia produtiva ao definir no *caput*, do art. 3º, o fornecedor. A Lei de Agricultura Orgânica não indica os agentes da cadeia produtiva, mas acentua que há várias fases no processo produtivo. Entendemos, por outro lado, que o CDC, por ser um microssistema jurídico geral de relação de consumo, destaca a relação direta do consumidor com um dos agentes da cadeia produtiva, que freqüentemente é o distribuidor, mas não desconsidera indiretamente a existência de uma cadeia produtiva na definição de fornecedor.

Por seu turno, a Lei de Agricultura Orgânica, ao regular o processo de produção orgânico, não desconsidera a relação de consumo. Com viés diverso do CDC, esta lei visa

garantir a qualidade de um produto agroalimentar resultante de um processo específico no qual não são utilizados métodos habituais a fim de preservar o meio ambiente.

Por conseguinte, ao tratar de dois aspectos importantes do direito agroalimentar — a cadeia de produção e o produto —, o sistema de produção orgânico, regulado pela Lei n. 10.831/2003, pode ser considerado um instituto relevante do direito agroalimentar no ordenamento jurídico brasileiro. Tal relevância advém, acima de tudo, da disciplina conjunta da cadeia produtiva e do produto, o que não ocorre no tratamento jurídico de outras cadeias produtivas. Além disso, a existência de uma lei especial contribui para tal conclusão, embora a referida lei trate também de produtos *in natura* destinados ao consumo imediato.

2.5 Os Organismos Geneticamente Modificados

Na linha ideológica oposta aos produtos orgânicos, produtos oriundos de um processo considerado em harmonia com o meio ambiente, estão os organismos geneticamente modificados — os OGMs.²¹⁶

Os OGMs são resultantes de intervenções humanas (biotecnologia) nas estruturas moleculares (ADN ou DNA — ácido dioxirribonucléico) e (ARN ou RNA — ácido ribonucleico) de plantas e animais. A biotecnologia é uma tecnologia multidisciplinar, que inclui a engenharia genética e conseqüentemente os organismos geneticamente modificados.²¹⁷

Uma questão emerge dos OGMs, a relação entre o Direito e as Ciências Biológicas. O jurista ou o operador do Direito é obrigado a trabalhar com conceitos e definições estranhas ao mundo jurídico, isto é, a interpretar conceitos e definições técnico-

²¹⁶ O Organismo Geneticamente Modificado está definido no inciso V, do art. 3º, da Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005 — Lei de Biossegurança, *verbis*: “V – organismo geneticamente modificado – OGM: organismo cujo material genético – ADN/ARN tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética;”.

²¹⁷ HAMMERSCHMIDT, Denise. *Transgênicos e Direito Penal*, p. 28.

científicas que não pertencem ao âmbito de sua formação específica e de homem médio.²¹⁸ Por seu turno, o Direito não recebe passivamente os conceitos e definições do mundo técnico-científico, mas, como diz GERMANÒ, ao legislar sobre conceitos e juízos técnicos, há uma relação biunívoca cujo resultado é uma definição científico-normativa que merece maior atenção.²¹⁹

A definição científico-normativa é direito posto. Antes desse momento nomogenético jurídico, na terminologia de Miguel REALE,²²⁰ a definição científica não é uma regra jurídica, sendo a opinião de um grupo de cientistas ou o consenso geral dos cientistas. Como observa IRTI, ao debater sobre o Direito e a Técnica com SEVERINO, professor de Filosofia Teórica da Universidade de Veneza, a validade da norma dependerá do processo legislativo, não da verdade de seu conteúdo.²²¹

Ainda segundo IRTI, durante o processo legislativo há um conflito de interesses e hipóteses político-ideológicas carregados de paixões.²²² No caso dos OGMs é evidente o conflito entre os defensores e os opositores do uso de OGMs, não importando se por razões científicas, ideológicas ou econômicas.²²³ De resto, os cientistas não estão isentos de responsabilidade ética em suas pesquisas, posto que são seres humanos e membros de uma sociedade. Não se justifica mais a procura de conhecimentos sem a previsão de consequências danosas ao meio ambiente e conseqüentemente ao ser humano.²²⁴

Essa questão envolve os experimentos e o uso comercial de seres vivos diferentes daqueles conhecidos na história da humanidade. De fato, os OGMs podem alterar o meio ambiente, desencadeando impactos muitas vezes de difícil previsão, uma vez que se trata de mutação nas estruturas moleculares de organismos vivos a interagirem com outros não modificados. Trata-se de um novo ser com estrutura genética própria. Não é

²¹⁸ GERMANÓ, Alberto. *Op. cit.*, pp. 86 e 87.

²¹⁹ GERMANÒ, Alberto. In: *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, p. 743.

²²⁰ Cf. REALE, Miguel. *Op. cit.*, p. 141.

²²¹ IRTI, Natalino e SEVERINO, Emanuele. *Dialogo su Diritto e Tecnica*, p. 08.

²²² *Ibid.*, p. 09

²²³ Cf. AMAT LLOMBART, Pablo. “Las principales cuestiones conflictivas que debe afrontar la legislación sobre biotecnología y organismos modificados genéticamente”. In: *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, p. 638.

²²⁴ Cf. FACCIANO, Luis A. “Influencia de las regulaciones sobre productos agrarios”. In: *Prodotti Agricoli e Sicurezza Alimentare*, p. 330.

sem razão que o princípio da precaução está explícito no *caput*, do art. 1º, da Lei de Biossegurança brasileira.

Um fenômeno que pode ocorrer, tanto no cultivo de plantas como na ingestão de um produto feito a partir de OGM: a migração horizontal ou lateral de genes (TH). Nesse fenômeno há interação entre os OGMs e outros organismos vivos, presentes no meio ambiente ou no organismo humano, que recebem o material genético modificado por um vetor (plasmídios, transposons e vírus).²²⁵ Logo, aplica-se o princípio de precaução a fim de avaliar os riscos ao meio ambiente, desde os experimentos em campo aberto de plantas geneticamente modificadas até a efetiva liberação para o uso comercial de sementes.

O princípio da precaução, já tratado no início deste capítulo, é o norte para permitir os experimentos com plantas ou animais, bem como o uso comercial de sementes e animais oriundos de processo técnico-científico de transgenia. Cabe lembrar que a aplicação do princípio da precaução é uma gestão de riscos exercida, no Brasil, pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança — CTNBIO, criada pela Lei de Biossegurança.

O *caput* do mesmo art. 1º, da Lei n. 11.105/2005 (Lei de Biossegurança) diz que a finalidade da lei é proteger à saúde humana, animal e vegetal. Na cadeia produtiva agroalimentar tais finalidades da lei são essenciais. Não é sem razão que o princípio da precaução se aplica ao direito agroalimentar, pois o uso de uma matéria-prima geneticamente modificada ou outra qualquer sem prévia análise pode causar danos ao consumidor e ao meio ambiente.

Outrossim, os EUA, com peculiaridades culturais bem distintas dos países europeus continentais e dos países latino-americanos, não observam o princípio de precaução no que tange aos produtos OGMs, preferindo o princípio da equivalência. Segundo este princípio, se existe equivalência entre um alimento transgênico e um convencional, então, a circulação do produto transgênico não é proibida. A gestão dos riscos fica a cargo dos produtores.²²⁶ A par disso, a indicação de matéria-prima transgênica

²²⁵ NODARI, Rubens Onofre e GUERRA, Pedro Miguel. “Avaliação de Riscos Ambientais de Plantas Transgênicas”, In: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 18, jan/abr., 2001, p. 95.

²²⁶ GERMANO, Alberto. *Corso di Diritto Agroalimentare*, p. 105.

na rotulagem dos alimentos nos Estados Unidos não é obrigatória, refletindo um aspecto liberal daquele país.²²⁷

A rotulagem dos produtos agroalimentares contendo OGMs, com um ingrediente ou matéria-prima principal, está disciplinada no Decreto n. 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação do CDC, no que se refere aos alimentos e ingredientes alimentares que contenham ou sejam produzidos a partir de OGMs destinados ao consumo humano ou animal.²²⁸ Em linhas gerais, o Decreto n. 4.680/2003, no art. 2º, dispõe sobre como deve ser feita a comunicação no rótulo do produto agroalimentar com um ingrediente ou matéria-prima principal OGM. O art. 3º do mesmo decreto determina que o rótulo de produto elaborado a partir de animal alimentado com ração contendo OGM deverá indicar o “nome do animal” e o ingrediente transgênico de sua alimentação, ou, apenas o “nome do ingrediente” produzido a partir de animal que foi alimentado com ração contendo ingrediente OGM.

Quanto aos produtos agroalimentares similares aos produzidos a partir de transgênicos no mercado, o art. 4º, do Decreto n. 4.680/2003, dispõe que o fornecedor, no sentido do CDC, pode indicar no rótulo “livre de transgênicos”. Essa faculdade pode motivar a concorrência desleal, uma vez que o consumidor, por ignorância, seria induzido pela publicidade a comprar um produto agroalimentar de ingrediente ou matéria-prima sem OGM. O uso da expressão “livre de transgênicos” ensejaria a mesma confusão que ocorre no uso das expressões *diet* e *light*, isto é, um veículo para transmissão de idéias ou publicidade destinados à consumidores ignorantes sobre o conteúdo técnico-científico da mensagem. Assim, o princípio da transparência seria contrariado, não permitindo a livre escolha do consumidor.²²⁹

O § 1º, do art. 2º, do Decreto n. 4.680/2003, determina a obrigatoriedade de informar, em documento fiscal, o ingrediente ou matéria-prima principal OGM em todas as etapas da cadeia produtiva. Pensamos que um documento fiscal não seja suficiente para verificar a qualidade em todas as etapas da cadeia produtiva. Um sistema de rastreabilidade, não apenas fundado em certificações, mas também em controle detalhado

²²⁷ HAMMERSCHMIDT, Denise. *Op. cit.*, p. 167.

²²⁸ Decreto n. 4.680/2003. Disponível em: <<http://extranet.agriculutra.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=2552>>. Acessado em 09/01/2009.

²²⁹ No mesmo sentido no que se refere à concorrência, Cf. HAMMERSCHMIDT, Denise. *Op. cit.*, p. 173.

de todas etapas produtivas, garantiria a qualidade do produto agroalimentar. Nesse passo, o inciso V, do art. 4º, do CDC, dispõe que uma das finalidades da política de harmonia na relação de consumo é o incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos. Com efeito, um controle rigoroso em todas as fases da cadeia produtiva, tanto efetuado pelos próprios agentes produtivos como por órgãos oficiais, tornaria mais confiável o processo produtivo de um produto agroalimentar com um ingrediente ou matéria-prima principal OGM do qual muitos consumidores, por diversos motivos, evitam em suas dietas.

Um sistema de rastreabilidade adotado em muitos países é o HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Point*).²³⁰ Inicialmente o sistema HACCP foi criado pela Agência Espacial Estadunidense (NASA) para verificar os defeitos nos produtos agroalimentares destinados aos astronautas. Em seguida, algumas empresas passaram a adotar voluntariamente esse sistema para atenuar os riscos do processo produtivo de seus alimentos, principalmente os microbiológicos. COSTATO destaca sete princípios do sistema de rastreabilidade HACCP, *verbis*:

“1. análise dos perigos associados a cada fase do processo; 2. determinação dos pontos críticos de controle; 3. determinação dos limites críticos 4. determinação do sistema de monitoramento; 5. determinação das ações corretivas; 6. determinação dos procedimentos de verificação; e 7. determinação do sistema de gestão da documentação”.²³¹

Ao contrário do que ocorre com o sistema de produção orgânico, um processo produtivo regulado por uma lei, como visto no tópico anterior, o processo de produção de alimentos cujos ingredientes ou matéria-prima principal são OGMs não está regulado por uma lei específica. O inciso IX, do art. 1º, da Lei de Agricultura Orgânica, determina cuidados na manipulação dos produtos agrícolas resultantes da agricultura orgânica. O mesmo não ocorre com a cadeia produtiva de produtos derivados de OGM. A nosso ver, uma cadeia produtiva que processa um produto a partir de um organismo que desperta

²³⁰ COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, pp. 413 e 414. De acordo com COSTATO, o sistema HACCP está regulado, no âmbito da UE, no Regulamento 852/2004.

²³¹ *Ibid.*, p. 414.

desconfiança de muitos consumidores, seja por ignorância ou por motivos ideológicos, deveria receber atenção semelhante ao sistema de produção orgânico.

Há também a Portaria do Ministério da Justiça (Portaria n. 2.658, de 22 de dezembro de 2003)²³² que define, em regulamento anexo, o símbolo de uso obrigatório em rótulos de produtos agroalimentares ou rações para animais, em conformidade com o disposto no § 1º, do art. 2º, do Decreto n. 4.680/2003, contendo ingrediente ou matéria-prima OGM. O símbolo, como consta no n. 3 do regulamento anexo, é um triângulo com a letra “T” em maiúsculo no seu interior. O símbolo permite clareza no momento da compra pelo consumidor de um produto agroalimentar, tanto para uso humano como animal. Porém, mesmo que seja inserido em grande dimensão no rótulo da embalagem de certo produto agroalimentar que contenha um ingrediente ou matéria-prima OGM, isto não despertaria a mesma confiança de um produto agroalimentar que passou por um sistema rigoroso de rastreabilidade. Portanto, um sistema de rastreabilidade ensejaria maior segurança para a saúde do consumidor.

Enfim, os OGMs merecem maior atenção. Para os juristas é difícil o estudo de uma matéria complexa até mesmo para cientistas conhecedores do assunto, acima de tudo no caso de um estudo de dogmática jurídica. De resto, um sistema de rastreabilidade no processo produtivo de produtos cujos ingredientes ou matérias-primas são OGMs, seria um meio adequado para se verificar a qualidade do produto, evitando riscos à saúde do consumidor e ao meio ambiente.

2.6 A Segurança Alimentar

A segurança alimentar tem o escopo de garantir alimentos em quantidade e qualidade para todos.

²³² Portaria n. 2.652, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/main.asp?View={39C8F036-8621-4EB9-A017-302F95159C88}>>. Acessado em 09/01/2009.

Trata-se de uma questão levantada com destaque, no Brasil, por Josué de CASTRO, médico e cientista que dedicou boa parte de sua vida ao problema da fome aqui e no mundo, e que participou do Conselho da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO). Josué de CASTRO frisa, no início de sua conhecida obra “Geografia da Fome”, que a fome de alimentos é um instinto primário do ser humano, como a fome sexual.²³³ Por conseguinte, o combate à fome deve ser priorizado nas políticas públicas a fim de permitir o acesso de todos seres humanos aos alimentos em quantidade e com qualidade.

O conceito de segurança alimentar, geralmente nos países desenvolvidos, está mais ligado à idéia de garantia da qualidade dos alimentos, enquanto que nos países que enfrentam problemas de fome generalizada está mais relacionado à idéia de garantia de quantidade. Na língua inglesa, como visto ao tratar do direito da alimentação, há dois conceitos de segurança alimentar: *food security* e *food safety*. O primeiro conceito diz respeito à qualidade dos alimentos, ao passo que o segundo à quantidade e ao acesso.²³⁴

Quando tratamos do direito da alimentação, dissemos que o conceito de *food safety* é inerente a este direito, que tutela a qualidade dos alimentos no fim de proteger a saúde do consumidor. O conceito de *food security* é ínsito ao direito à alimentação, direito fundamental à vida e à saúde e portanto um direito humano.

Em verdade o direito à alimentação é um direito fundamental não explícito na Constituição Federal de 1988, mas implícito no *caput* e inciso XXXII, do art. 5º. Alimentar-se é um ato essencial para manutenção da saúde e, conseqüentemente, da vida do ser humano. O acesso à alimentação deve ser promovido pelo Estado e pela iniciativa privada, esta por meio de salários que permitam a compra de produtos agroalimentares essenciais para a sobrevivência do trabalhador.

O direito à alimentação, como afirma ZELEDÓN ZELEDÓN, é um direito fundamental, consistente na disposição contínua de alimentos, adequados nutricionalmente em quantidade e variedade para que todas as pessoas tenham o acesso, respeitando as

²³³ CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*, p. 12.

²³⁴ COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, pp. 2 e 3.

particularidades culturais.²³⁵ Em seguida, ZELEDÓN ZELEDÓN diz que o direito à alimentação é um direito humano de terceira geração, sendo uma etapa inferior ao direito à segurança alimentar.²³⁶

A Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, ao definir a segurança alimentar e nutricional, no art. 3º, não destoa do conceito atribuído acima por ZELEDÓN ZELEDÓN.²³⁷ Acrescenta, contudo, a qualidade do alimento, uma finalidade do direito da alimentação. Não discordamos da opção legislativa ao definir a segurança alimentar e nutricional, pois a qualidade nutricional é um elemento intrínseco a qualquer alimento adequado à alimentação humana, mesmo em quantidade suficiente para suprir as necessidades de uma determinada população.

Como se observa, no art. 3º, da Lei n. 11.346/2006, as tutelas do acesso, da quantidade e da qualidade dos alimentos estão amalgamadas na definição de segurança alimentar e nutricional. Destarte, a Lei n. 11.346/2006 não cinde o direito humano à alimentação do direito da alimentação. Ambos, conforme o disposto no art. 3º em exame, complementam-se. O direito à alimentação na tutela do acesso permanente aos alimentos em quantidade suficiente, ao passo que o direito da alimentação na tutela da qualidade, incluindo a segurança nutricional.

Em linhas gerais, a Lei n. 11.346/2006 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar sem se ater ao processo produtivo agroalimentar, como o Regulamento 178/2002 da UE. Ambos os estatutos legais têm em comum a criação de um sistema de segurança alimentar, mas o Regulamento n. 178/2002, no art. 2º, define o gênero alimentício, e no art. 3º, dentre as diversas definições, a empresa do setor alimentar, o operador de empresa do setor alimentar etc.. Discernindo as particularidades do Brasil e da UE, a lei brasileira poderia acrescentar às disposições já existentes sobre a segurança alimentar algumas referentes ao processo produtivo agroalimentar, como o faz o Regulamento n. 178/2002.

²³⁵ ZELEDÓN ZELEDÓN, Ricardo. *Op. cit.*, p. 173.

²³⁶ *Ibid.*, p. 173.

²³⁷ O art. 3º, da Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006 — Lei de Segurança Alimentar, define a segurança alimentar, *verbis*: “Art. 3º. A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acessado em 10/01/2009.

COLLART DUTILLEUL, como visto no capítulo anterior, diz que a primeira fase do direito agroalimentar, no que atine à harmonização e unificação normativas no espaço da então Comunidade Econômica Européia (CEE), foi a segurança alimentar promovida pela Política Agrícola Comum no escopo de garantir alimentos em quantidade, consoante um modelo de agricultura produtivista e intensivo.²³⁸ As questões de qualidade, tanto no que se refere à concorrência como a saúde pública, foram disciplinadas por meio de diretivas, deixando aos países-membros a harmonização normativa.²³⁹ Um passo decisivo nessa fase foi a já citada decisão *Cassis de Dijon* do Tribunal de Justiça da CEE que estabeleceu naquele espaço o princípio do mútuo reconhecimento.

O objeto do direito da alimentação é o alimento. O enfoque do direito da alimentação é a qualidade do alimento, acima de tudo o aspecto nutricional, que aflora do estudo das substâncias alimentares. Ao direito agroalimentar importa o aspecto nutricional dos alimentos que passaram por um processo produtivo de transformação, excluindo os alimentos *in natura* para consumo após a colheita, estes mais relacionados ao direito agrário.

Há um ponto em comum entre o direito à alimentação e o direito da alimentação: a tutela da saúde. O direito à alimentação não tutela o acesso à saúde, como dispõe o art. 196, da CF/1988, não obstante esteja implícito no disposto trecho deste artigo sobre as políticas sociais e econômicas a fim de reduzir os riscos de doenças. O acesso aos alimentos em quantidade suficiente permite uma alimentação adequada, um meio para se minimizar riscos de algumas doenças, essencialmente aquelas ligadas diretamente à desnutrição. Por seu turno, o direito da alimentação, ao tutelar a qualidade dos alimentos, busca proteger o consumidor de alimentos de eventuais riscos provocados pela ingestão de alimentos que possam prejudicar a saúde.

Não podemos olvidar do direito do consumidor, sobretudo no que tange à saúde e segurança, embora seja mais abrangente que o direito da alimentação ao tutelar à saúde do consumidor não somente em relação aos produtos agroalimentares, mas também em relação aos produtos e aos serviços em geral. O *caput*, do art. 4º, do CDC, é explícito ao estabelecer os princípios de direito do consumidor, o respeito à saúde e à segurança do

²³⁸ COLLART DUTILLEUL, François. *Op. cit.*, p. pp. 05 e 06.

²³⁹ *Ibid.*, p. 06.

consumidor. Com efeito, o produto agroalimentar, oriundo da cadeia agroalimentar, deve ser adequado a atender as necessidades vitais do consumidor, principalmente aquele que, por condições especiais de saúde, deva seguir uma dieta restritiva.

Ainda o *caput*, do art. 4º do CDC, diz que um dos objetivos do código é o respeito à dignidade do consumidor. O art. 2º, da Lei n. 11.346/2006 (Lei de Segurança Alimentar) ao tratar da alimentação adequada, também dispõe que esta é um direito fundamental inerente à dignidade da pessoa humana.²⁴⁰ Ambos os artigos visam tutelar o ser humano consumidor de alimentos, bens indispensáveis para a sobrevivência.

No âmbito internacional, a segurança alimentar é um tema de discussões permanentes na Comissão do *Codex Alimentarius*.²⁴¹ Criada em 1963 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), ambas vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU) para elaborar padrões técnicos e práticas por meio de diretivas ou recomendações, no fim de proteger a saúde do consumidor e fomentar práticas leais no comércio de alimentos.²⁴² Hoje a Comissão *Codex Alimentarius* conta com representantes da maioria dos países do globo.²⁴³

A Organização Mundial do Comércio (OMC), no Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias,²⁴⁴ determina, no art. 12, n. 3, que o Comitê da OMC irá manter relações estreitas com organismos internacionais, em especial a Comissão *Codex Alimentarius* da FAO/OMS, a Repartição Internacional de Epizootias e a Secretaria Internacional para a Proteção dos Vegetais, na obtenção de conselhos científicos para evitar um *bis in idem*. A propósito, o Comitê da OMC deve se basear na experiência técnica e científica da Comissão *Codex Alimentarius* da FAO/OMS, no escopo de

²⁴⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acessado em 10/01/2009.

²⁴¹ LARANJEIRA, Raimundo. “O Codex Alimentarius e os Países em Desenvolvimento”. In: *Prodotti Agricoli e Sicurezza Alimentare*, p. 129.

²⁴² Disponível em: <http://www.codexalimentarius.net/web/index_fr.jsp>. Acessado em 10/01/2009.

²⁴³ Cf. Lista dos países com representantes na Comissão *Codex Alimentarius*: Disponível em <<http://www.codexalimentarius.net/web/members.jsp?lang=FR>>. Acessado em 10/01/2009. O Brasil é um dos países que participa da Comissão *Codex Alimentarius*.

²⁴⁴ Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. Disponível em: <http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/legal_f.htm>. Acessado em 10/01/2009.

estabelecer regras de proteção sanitária e fitossanitárias aos países membros da OMC, no livre comércio de gêneros alimentícios.²⁴⁵

Não obstante a Comissão *Codex Alimentarius* da FAO/OMS e outros organismos internacionais se esforcem para estabelecer um padrão internacional sanitário e fitossanitário dos alimentos, é mister considerar que cada região de qualquer país tem os seus próprios hábitos alimentares. Eis a questão da diversidade cultural alimentar. Como ressalta LORVELLEC, a população de um certo lugar está mais resistente aos antígenos de sua alimentação habitual que um forasteiro, isto é, o corpo de cada indivíduo dessa população tem anticorpos para certos antígenos presentes em sua alimentação cotidiana, sem relação com a salubridade do alimento.²⁴⁶ Ainda nessa linha de raciocínio, LORVELLEC diz que os direitos, no plano internacional, não devem ser idênticos.²⁴⁷ Em certa medida LORVELLEC não deixa de ter razão, pois o Direito é uma ciência essencialmente cultural, embora possa ter conceitos de outras ciências, como é o caso da Bioquímica no direito da alimentação.²⁴⁸

A cultura alimentar de cada povo é um fator considerável. Porém, há fatores objetivos universais, como substâncias adicionadas nos produtos agroalimentares ao longo do processo de transformação que podem causar intoxicação, assim como doenças transmitidas pelos alimentos independentemente do hábito alimentar, v.g., as verminoses. No entanto, como observa Josué de CASTRO, certos hábitos alimentares, mesmo que ligados à cultura de um povo, nem sempre são saudáveis sob o aspecto nutricional.²⁴⁹

Como se nota, a Comissão *Codex Alimentarius* estabelece padrões técnico-científicos, a princípio, sem força obrigatória. Entretanto, o *Codex Alimentarius*, uma referência para a maioria dos países do mundo no escopo de harmonizar as legislações,²⁵⁰ passa a ter força obrigatória a partir do momento que suas definições ou recomendações são recebidas nas legislações de cada país, ou ainda, nos atos normativos da OMC para

²⁴⁵ L'OMC et le *Codex Alimentarius*. Disponível em: <http://www.wto.org/french/thewto_f/coher_f/wto_codex_f.htm>. Acessado em 10/01/2009. Cf. também LARANJEIRA, Raimundo. *Op. cit.*, p. 132.

²⁴⁶ LORVELLEC, Louis. "La Liberté de Circulation des Marchandises Agricoles", In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, p. 564.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 564.

²⁴⁸ Cf. REALE, Miguel. *Op. cit.*, pp. 23 *usque* 32, capítulo sobre natureza e cultura.

²⁴⁹ CASTRO, Josué de. *Op. cit.*, pp. 260 e 261.

²⁵⁰ NUÑES SANTIAGO, Beatriz. A. *Op. cit.*, pp. 96 e 97.

superar obstáculos e permitir o livre comércio de produtos agroalimentares. Como visto no tópico anterior, GERMANÒ diz que um juízo científico, quando legislado, passa a ser uma definição científico-normativa.²⁵¹ Logo, devido às peculiaridades produtivas de cada país, em muitas situações é difícil a aplicação de definições científico-normativas que protejam a saúde dos consumidores e permitam o comércio de gêneros alimentícios.

Outrossim, exsurge da segurança alimentar, além da proteção da saúde do consumidor e do acesso aos alimentos em quantidade, a questão da preservação do meio ambiente. Cabe dizer aqui, sem esmiuçar, o que foi abordado nos dois tópicos anteriores. O sistema orgânico de produção é considerado por muitos como o mais adequado para preservação do meio ambiente, assim como da saúde do consumidor por oferecer um alimento isento de substâncias nocivas. Não obstante isso, existem os OGMs, organismos que possibilitam o aumento de produtividade, apesar das desconfianças a respeito dos perigos à saúde.

É mister preservar o meio ambiente e proteger a saúde do consumidor. No entanto, os alimentos transgênicos geram muita desconfiança nos consumidores, preferindo alguns os alimentos orgânicos por “serem mais naturais”. Apesar disso, os OGMs podem contribuir para o aumento da disponibilidade de alimentos para a população que, em muitos lugares do mundo, não tem acesso aos alimentos básicos. Vale lembrar que há mais de uma corrente do sistema de produção dito orgânico, como dispõe o art. 2º, da Lei n. 10.831/2003, cada um com suas particularidades. Não podemos esquecer que o sistema de produção “não orgânico” garante maior produtividade. Por isso, o inciso II, do art. 4º, da Lei n. 11.346/2006, dispõe sobre a conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos, mas não exclui, mesmo que implicitamente, o sistema “não orgânico” de produção. É certo, porém, que os avanços da biotecnologia não são desprezíveis para promover o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade.

Ademais, há um limite tolerável pelo organismo humano na ingestão de alimentos que sofreram a influência ou o acréscimo de substâncias não empregadas no processo orgânico de produção, tanto no seu ciclo biológico de plantas como de animais, como também no processo de transformação. Em alguns casos, tais substâncias, dentro de

²⁵¹ GERMANÒ, Alberto. In: *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, p. 743.

certos limites, podem até mesmo promover a saúde humana, v.g., a adição de vitaminas. Como visto ao abordar o direito da alimentação, a finalidade deste direito é garantir a qualidade dos alimentos, incluindo aqueles que sofreram alterações substanciais.

A par disso, outra questão emerge no que tange à segurança alimentar: a soberania alimentar. LARANJEIRA sublinha que um país precisa dominar as novas tecnologias, fomentando a pesquisa por meio de instituições públicas a fim de garantir a independência alimentar, para não depender de insumos de empresas transnacionais detentoras de biotecnologia, em especial os OGMs.²⁵²

Enfim, não podemos analisar a segurança alimentar movidos por paixões, mas seguindo critérios técnico-científicos objetivos, uma vez que tal matéria é interdisciplinar e complexa, envolvendo diversas áreas do conhecimento.

2.7 A Responsabilidade Civil pelo Produto Defeituoso

Os agentes da cadeia agroalimentar (os produtores agrícolas e pecuários, a agroindústria e o distribuidor) agem no processo produtivo, seja cultivando plantas ou criando animais, seja transformando a matéria-prima ou vendendo o produto agroalimentar. Todas intervenções dos agentes produtivos visam um fim: oferecer o produto agroalimentar ao consumidor.

Como dissemos no início do capítulo anterior, o direito agroalimentar começou a ser concebido numa época caracterizada por mudanças culturais, entre essas mudanças, o fenômeno da produção agroalimentar em massa e avanços tecnológicos.²⁵³ Vale destacar que a teoria do risco surgiu inicialmente no contexto de mudanças tecnológicas do final do século XIX. SALEILLES, um dos defensores da teoria da responsabilidade objetiva, diz que, como transcreve AGUIAR DIAS, *verbis*: “a prática exige que aquele que obtém proveito da iniciativa suporte os encargos, pelo menos a título de sua causa material, uma vez que essa iniciativa constitui um fato que, em si e por si, encerra perigos potenciais

²⁵² LARANJEIRA, Raimundo. *Op. cit.*, p. 163.

²⁵³ Cf. SILVA, João Calvão da. *Responsabilidade Civil do Produtor*, p. 11.

contra os quais os terceiros não dispõem de defesa eficaz”.²⁵⁴ Assim, a responsabilidade objetiva está fundada no risco da atividade, em oposição à responsabilidade subjetiva, contratual ou extracontratual, baseada na culpa do agente.

Outrossim, GERMANÒ afirma que responsabilidade pelo produto defeituoso tem suas origens nos estudos iniciados nos anos de 1960 no âmbito da Análise Econômica do Direito nos EUA.²⁵⁵ Conforme os efeitos econômicos, o produtor suportaria o encargo de indenizar o consumidor que adquiriu um produto defeituoso, independente de culpa e ônus probatório, debitando poucos centésimos de cada cliente do valor pago à sociedade seguradora.²⁵⁶ Desta idéia surgiu a doutrina da “rigorosa responsabilidade” (*strictly liability in tort*), semelhante à teoria do risco na responsabilidade objetiva na família do direito romano-germânico.²⁵⁷

O CDC, por sua vez, adotou a teoria da responsabilidade objetiva.²⁵⁸ O *caput*, do art. 12, do CDC, diz que o fabricante, o produtor, o construtor e o importador respondem pela reparação do dano causado ao consumidor, independentemente de culpa. O *caput*, do art. 12, do mesmo diploma legal, diversamente do *caput*, do art. 3º distingue certos fornecedores. DENARI, ao comentar o art. 12, do CDC, ressalta que a definição de fornecedor do *caput*, do art. 3º, visa alcançar todos os partícipes do ciclo produtivo-distributivo.²⁵⁹

Dentre os fornecedores do *caput*, do art. 12, frisamos, no que toca o direito agroalimentar, o fabricante, o produtor e o importador. Ainda conforme os comentários de DENARI ao art. 12, do CDC, o produtor é quem fornece produtos *in natura*.²⁶⁰ No nosso caso em especial, trata-se do empresário agrário, fornecedor de matéria-prima para a indústria agroalimentar. O fabricante, por sua vez, não é somente quem fabrica o produto final, mas também quem fabrica componentes integrantes do produto.²⁶¹ No que se refere à indústria agroalimentar, entende-se por fabricante de componentes quem fabrica as

²⁵⁴ DIAS, José de Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*, vol. I, p. 75.

²⁵⁵ GERMANÒ, Alberto. *Op. cit.*, p. 64. Cf. também COSTATO, Luigi. *Op. cit.*, p. 386.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 64

²⁵⁷ SILVA, João Calvão da. *Op. cit.*, p. 440.

²⁵⁸ Cf. DENARI, Zeldo. In: *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto*, pp. 183, 187 e 188.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 189

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 190.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 189.

substâncias a serem adicionadas no processo de produção e transformação do produto agroalimentar. O importador, por conseguinte, de acordo com a doutrina, é o fornecedor presumido, pois é difícil para o consumidor, devido à distância, saber quem são os agentes da cadeia produtiva.²⁶²

Na classificação de fornecedores, segundo doutrina corrente, além do fornecedor presumido há também os fornecedores real e aparente.²⁶³ Frisa-se o fornecedor aparente, pois, como dissemos ao tratar da marca, é comum as das grandes redes de supermercados aporem as suas marcas próprias em produtos agroalimentares. Neste passo, SILVA afirma que, *verbis*, “... esta *aparência*, esta impressão de produção própria assim provocada que justifica e fundamenta a extensão do conceito de produtor a tais pessoas humanas ou jurídicas que, apresentando o produto como próprio, surgem aos olhos do consumidor nessa veste.”.²⁶⁴ Daí a importância do fornecedor aparente no estudo do direito agroalimentar, pois a distribuição é um ponto relevante no processo produtivo.

O § 1º, do art. 12, do CDC, define o produto defeituoso e nos seus incisos as circunstâncias para consideração do defeito. Tal disposição tem o fim de proteger o consumidor de danos provocados por produtos inadequados, ao menos o que normalmente se espera do produto. Desse modo, a disposição do § 1º, do art. 12, do CDC, dentro do espírito do código, visa a segurança do consumidor. Como visto no tópico anterior, é uma questão inerente à segurança alimentar, sob o ponto de vista da qualidade (*food safety*), bem como um dos objetivos do direito da alimentação. Por conseguinte, o fato do produto é um vício de qualidade que não permite o uso normalmente esperado do produto.²⁶⁵

Há duas espécies de defeitos: o intrínseco e o extrínseco. O primeiro diz respeito aos defeitos de concepção e de produção, enquanto que o último aos defeitos de informação.²⁶⁶ No caso do produto agroalimentar, os defeitos intrínsecos são aqueles

²⁶² *Ibid.*, p. 189.

²⁶³ *Ibid.*, p. 189.

²⁶⁴ SILVA, João Calvão da. *Op. cit.*, p. 551, itálico no original. O produtor referido por este Autor não se confunde com o produtor do *caput*, do art. 12, do CDC, pois o Dec.-Lei Português n. 383/89 define o produtor, *verbis*: “1. Produtor é o fabricante do produto acabado, de uma parte componente ou de matéria prima, e ainda quem se apresente como tal pela aposição no produto do seu nome, marca ou outro sinal distintivo.” (*Ibid.*, p. 545).

²⁶⁵ DENARI, Zelmo. *Op. cit.*, p. 183.

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 193

presentes na composição do alimento. Por outro lado, os defeitos extrínsecos estão na ausência de informações na rotulagem de modo a não permitir o uso correto.

Quanto às circunstâncias enumeradas nos três incisos do § 1º, do art. 12, do CDC, a primeira é apresentação. A apresentação do produto agroalimentar deve conter as informações obrigatórias, *v.g.*, composição, volume, data de fabricação e de validade, origem, fabricante etc.. Além disso, no âmbito do MERCOSUL, as informações devem estar escritas em português e espanhol, em tipos do mesmo tamanho.²⁶⁷ Na sequência, o inciso II trata do uso e risco esperados do produto. Neste caso, um produto agroalimentar de que a ingestão em excesso é esperada uma reação no organismo humano, *v.g.*, o consumo exagerado de bebida alcoólica.

Salienta-se o disposto no inciso III, do § 1º, do art. 12, do CDC sobre a época da colocação no mercado do produto. Trata-se do risco do desenvolvimento. De acordo com GERMANÒ,²⁶⁸ a teoria do risco do desenvolvimento considera a exclusão de responsabilidade do produto defeituoso devido ao desconhecimento científico sobre eventuais danos que o produto poderia provocar, embora o defeito já existisse à época que foi colocado no mercado. No entanto, DENARI afirma que o disposto no inciso III está distante da teoria do risco do desenvolvimento.²⁶⁹ Além disso, um problema que emerge do risco do desenvolvimento é o possível dano causado por produto contendo OGM.

Vale lembrar a escala de riscos, segundo LORVELLEC e COLLARD DUTILLEUL,²⁷⁰ quando abordamos o princípio da precaução. Dentro dessa escala, o risco do desenvolvimento se encaixa no princípio da exoneração, ao contrário do princípio da precaução aplicável em casos de suspeita de riscos. No entanto, o risco se torna conhecido depois da colocação no mercado de um produto inicialmente sem risco para a saúde do consumidor. Apesar de o risco ser inerente à atividade, conforme a teoria da

²⁶⁷ No n. 4.1. do Anexo Regulamento Técnico Referente à Rotulagem de Alimentos Embalados, da Portaria 42, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, *verbis*: “4.2. Quando a rotulagem for em mais de um idioma, nenhuma informação obrigatória de significado equivalente pode figurar em caracteres de tamanho, realce ou visibilidade diferentes.” (Portaria n. 42 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de 14 de janeiro de 1998) Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=16613&word=>>>. Acessado em 10/01/2009.

²⁶⁸ GERMANÒ, Alberto. *Op. cit.*, p. 67.

²⁶⁹ DENARI, Zelmo. *Op. cit.*, p. 195.

²⁷⁰ COLLARD DUTILLEUL, François e LORVELLEC, Louis. *Principe de Précaution et Responsabilité dans le Secteur Alimentaire*, In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, pp. 455.

responsabilidade objetiva, seria difícil responsabilizar o fornecedor, no sentido do *caput*, do art. 3º, do CDC, pela colocação de um produto, se o estado da ciência à época não permitisse a demonstração de suspeitas e a verificação de danos.

As causas excludentes de responsabilidade pelo produto defeituoso estão enumeradas nos três incisos do § 3º, do art. 12, do CDC: a) não colocação do produto no mercado; b) inexistência de defeito e c) culpa exclusiva do consumidor ou terceiro. Em todas estas causas excludentes, caberá ao fornecedor provar, uma vez que o inciso VIII, do art. 6º, do CDC, permite ao juiz a inversão do ônus da prova.

O art. 13, do CDC, diz que o comerciante é responsável em três hipóteses enumeradas nos incisos. Cabe aqui, mais uma vez, dizer que a definição de fornecedor do *caput*, do art. 3º, do CDC, abrange todos os agentes produtivos da cadeia. Como no *caput*, do art. 12, onde certos agentes estão determinados, no art. 13 há o comerciante. No inciso I e II, o comerciante é responsável em conjunto com os sujeitos do *caput*, do art. 12, do CDC, se esses sujeitos não puderem ser identificados (inciso I) ou se não for clara a identificação daqueles sujeitos no produto (inciso II). Porém, a responsabilidade do comerciante é subsidiária, sendo os principais responsáveis os sujeitos desse inciso.²⁷¹ No parágrafo único, do art. 13, do CDC, há disposição sobre o exercício do direito de regresso do comerciante que paga ao prejudicado em relação ao demais responsáveis. DENARI diz que o direito de regresso do comerciante deveria estar ubicado no art. 12, ao invés do 13, pois não é um direito exclusivo do comerciante, mas também dos demais co-obrigados do *caput*, do art. 12.²⁷²

Vale ressaltar o disposto no inciso III, do art. 13, do CDC, sobre a responsabilidade por má conservação do produto perecível. Os produtos agroalimentares são perecíveis pela sua natureza, apesar de conterem substâncias que possibilitam sua conservação além do naturalmente esperado. Contudo, a má conservação dos produtos agroalimentares, *v.g.*, armazenamento de enlatados em local no qual haja roedores ou de produtos que não são conservados em temperatura adequada, em geral, os produtos

²⁷¹ DENARI, Zelmo, *Op. cit.*, p. 200.

²⁷² *Ibid.*, p. 201

refrigerados, podem causar danos ao consumidor. Ademais, o comerciante é equiparado ao terceiro no caso desse inciso.²⁷³

Cabe ainda acrescentar que o art. 4º, da Lei n. 10.831/2003 (Lei de Agricultura Orgânica), diz que os produtores, distribuidores, comerciantes e entidades certificadoras são responsáveis segundo o nível de participação de cada um no que tange à qualidade do produto orgânico.²⁷⁴ Pensamos que este artigo trata de concurso de riscos entre os agentes da cadeia produtiva orgânica. Conforme SILVA, é aplicação da teoria da causalidade adequada que, independentemente de responsabilidade subjetiva ou objetiva, a responsabilidade é repartida na proporção dos riscos, isto é, conforme a participação de cada com seu risco para causar o dano.²⁷⁵ Neste caso, cabe ao juiz avaliar a participação de cada co-obrigado.²⁷⁶ Além disso, o parágrafo único do mesmo artigo diz que os agentes da cadeia produtiva orgânica não estão isentos do cumprimento das demais normas e regulamentos que determinem outras medidas sobre a qualidade de produtos orgânicos e de processos.

No que tange às entidades certificadoras dos produtos orgânicos, GERMANÒ diz que a responsabilidade da entidade certificadora deveria ser excluída se o processo de produção foi devidamente observado pelos agentes, devendo ser co-obrigada com os agentes produtivos somente no caso que os defeitos e danos sejam oriundos da inobservância do processo produtivo orgânico.²⁷⁷ No caso brasileiro, o Decreto n. 6.323/2007, que regulamenta a Lei de Agricultura Orgânica, no art. 10, diz que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), isolado ou em conjunto com outros ministérios, fica encarregado de elaborar um manual de boas práticas de manejo destinadas ao aperfeiçoamento dos sistemas orgânicos.

Logo, a profissionalidade dos agentes envolvidos na cadeia de produção agroalimentar, assim como a complexidade do processo produtivo, enseja a responsabilidade objetiva, como dispõe o CDC. A responsabilidade objetiva tem o fim de

²⁷³ *Ibid.*, p. 201

²⁷⁴ Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, *itálicos nossos*. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=vizualizar&id=18357>>. Acessado em 10/01/2009.

²⁷⁵ SILVA, João Calvão da. *Op. cit.*, pp. 590 e 591.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 591.

²⁷⁷ GERMANÒ, Alberto. *Op. cit.*, p. 68.

prevenir e reparar os danos causados aos consumidores de produtos agroalimentares. Para tornar melhor o produto agroalimentar final, reiteramos que um sistema de rastreabilidade permitiria um controle mais detalhado de todas as etapas e agentes envolvidos na cadeia produtiva a fim de melhorar a segurança e a qualidade.

2.8 Os Mercados Internacionais

Os mercados internacionais estão presentes em todas as perspectivas vistas no capítulo anterior. Podem ser denominados de mercados econômicos, como prefere LORVELLEC.²⁷⁸ A idéia central no plano internacional é a livre circulação de mercadorias entre os países do mundo de maneira a não existir obstáculos ao comércio dentro do fenômeno da globalização.

A construção do livre comércio de mercadorias entre os países é feita no direito internacional público por meio de tratados, de acordos, de protocolos e de convenções. Todas as perspectivas no primeiro capítulo contêm certos pontos dos tratados no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Fundamental dentre todas as perspectivas são os tratados e as normativas da União Européia pelas razões referidas no início do capítulo anterior.

O Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, tratado instituidor do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) que diz no art. 1º, entre os propósitos do MERCOSUL está a livre circulação de bens e serviços mediante a eliminação tanto alfandegária como de restrições não tarifárias à circulação de mercadorias.²⁷⁹ Mais adiante no mesmo artigo, os países instituidores do MERCOSUL se comprometem a harmonizar as suas respectivas legislações no escopo de tornar mais forte o processo de integração. O art. 4º, do Tratado de Assunção, dispõe sobre as relações dos Estados-partes com terceiros no fim de impedir práticas desleais de importação, dentre elas o *dumping* e subsídios.

²⁷⁸Cf. LORVELLEC, Louis. *La Liberté de Circulation des Marchandises Agricoles*. In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, pp. 554 usque 577.

²⁷⁹Tratado de Assunção. Disponível em:

<<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm>>. Acessado em 10/01/2009.

No âmbito da OMC, o Tratado de Marraqueche, de 14 de abril de 1994, quatro Acordos anexos são importantes para o direito agroalimentar: o Acordo sobre Agricultura, o Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), o Acordo sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio (TBT) e o Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual (TRIPS).

O Acordo sobre Agricultura, como salienta GERMANÒ e ROOK BASILE, em linhas gerais, visa reduzir os subsídios aos agricultores no interior dos países, mas também os subsídios à exportações permitindo o aumento das importações.²⁸⁰

Por seu turno, o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, do qual alguns pontos foram vistos nos tópicos anteriores, tem a finalidade de estabelecer um padrão de modo a não permitir que tais medidas sejam barreiras não tarifárias à importação.²⁸¹ O art. 1º do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias diz que a finalidade do Acordo é a proteção da saúde humana e animal e a preservação vegetal.²⁸² O Decreto n. 06/96, do Conselho do MERCOSUL, conforme o art. 1º, determina a adoção do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias por seus Estados-Partes.²⁸³

Dois pontos emergem do Acordo sobre Obstáculos ao Comércio. Primeiramente, a finalidade do Acordo é eliminar as medidas protecionistas e harmonizar as normas técnicas para melhorar o comércio internacional.²⁸⁴ Contudo, as diferenças geográficas e climáticas dos locais de produção podem impedir a aplicação de padrões internacionais.²⁸⁵ Por fim, o art. 12 e o preâmbulo do Acordo sobre Obstáculos ao Comércio dispõem sobre tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento, considerando os aspectos financeiros, comerciais e de desenvolvimento econômico.²⁸⁶

²⁸⁰ GERMANÒ, Alberto e ROOK BASILE, Eva. *La Disciplina Comunitaria ed Internazionale del Mercato dei Prodotti Agricoli*, p. 247.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 254.

²⁸² Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. Disponível em: <http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/legal_f.htm>. Acessado em 10/01/2009.

²⁸³ Decreto n. 06/96 do Conselho do MERCOSUL. Arquivo em formato pdf. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/normas_web/Decisiones/PT/Dec_006_09_6_Acordo%20Aplic%20Medidas%20Sanit%20Fitossanit%20OMC_Ata%202_96.PDF>. Acessado em 10/01/2009.

²⁸⁴ GERMANÒ, Alberto e BASILE, Eva Rook. *Op. cit.*, p. 256.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 256.

²⁸⁶ Acordo sobre Obstáculos ao Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/legal_f.htm>. Acessado em 10/01/2009.

Já o Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual enfim abrange um conjunto de direitos (direito industrial, direito de autor e práticas anticoncorrenciais). A disciplina das marcas industriais e de comércio está disciplinada nos arts. 15 ao 21 do referido acordod.²⁸⁷ Já os arts. 22 e 23 dispõem sobre as indicações geográficas.

Vale esclarecer que a terminologia *intellectual property* é de origem anglo-saxã, isto é, estranha à nossa terminologia de tradição romano-germânica, significando um bem ao invés de direito de propriedade.²⁸⁸ Em geral, o termo *property* tem a finalidade de realçar a titularidade, no caso da *intellectual property*, uma obra da criação humana.²⁸⁹ No caso das indicações geográficas, não se tutela uma criação do espírito humano, mas a idéia de se utilizar o nome geográfico.²⁹⁰

Em suma, os tratados e acordos internacionais, seja no espaço da União Européia, seja no âmbito da Organização Mundial de Comércio ou no Mercado Comum do Sul, têm o escopo de tornar o comércio internacional mais amplo, abolindo barreiras de qualquer espécie às relações mercantis entre os Estados.

²⁸⁷ Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Disponível em: <http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/legal_f.htm>. Acessado em 10/01/2009.

²⁸⁸ GERMANÒ, Alberto e ROOK BASILE, Eva. *Op. cit.*, p. 259.

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 259.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 260.

3 AS RELAÇÕES ORGANIZACIONAIS NA CADEIA AGROALIMENTAR

3.1 Introdução

Neste capítulo vamos analisar as relações organizacionais dos agentes da cadeia produtiva. No início do primeiro capítulo abordamos brevemente os conceitos econômicos de agronegócio, *filière* e sistema agroalimentar. Todos os conceitos têm em comum uma cadeia produtiva, na qual uma matéria-prima passa por diversas fases inicialmente a fim de ser transformada para posteriormente tornar-se um produto final para distribuição. Neste processo produtivo, os agentes da cadeia produtiva se organizam de maneira a tornar o processo mais eficiente e controlar a qualidade do produto.

No capítulo anterior, analisamos os princípios e institutos existentes em relação ao produto. Agora, trataremos das relações organizacionais entre os agentes, sujeitos que se relacionam em determinados pontos do processo produtivo para transferir um produto até se tornar um produto final destinado ao consumidor. São os elos de uma cadeia produtiva, ressaltando as seguintes fases: a produção, a transformação e a distribuição.

Com referência ainda ao capítulo anterior, o *caput*, do art. 3º, do CDC, enquadra na definição abrangente de fornecedor todos os agentes produtivos da cadeia. Não obstante o art. 12, do CDC, determine alguns partícipes da cadeia produtiva, o Regulamento 178/2002 da UE, dentre as 18 definições do art. 3º, define a “empresa do setor alimentar”, “o operador de uma empresa do setor alimentar”, “as fases de produção, transformação e distribuição”, o “consumidor final” etc.²⁹¹. A Lei de Agricultura Orgânica,

²⁹¹ As definições do art. 3º, do Regulamento 178/2002, *verbis*: “2. “empresa do sector alimentar”, qualquer empresa, com ou sem fins lucrativos, pública ou privada, que se dedique a uma actividade relacionada com qualquer das fases da produção, transformação e distribuição de géneros alimentícios; 3. “operador de uma empresa do sector alimentar”, a pessoa singular ou coletiva responsável pelo cumprimento das normas da legislação alimentar na empresa do sector alimentar sob o seu controlo; ... 16. “fases da produção, transformação e distribuição”, qualquer fase, incluindo a importação, desde a produção primária de um género alimentício até à sua armazenagem, transporte, venda ou fornecimento ao consumidor final e, quando for o caso, a importação, produção, fabrico, armazenagem, transporte, distribuição, venda e fornecimento de

por outro lado, também não determina os agentes do sistema orgânico de produção, embora o Decreto n. 6.323/2007, que regulamenta a Lei de Agricultura Orgânica defina o produtor no inciso XI, do art. 2º.²⁹² O CDC, num primeiro momento, destaca o agente da cadeia produtiva que tem relação direta com o consumidor, geralmente o distribuidor. LORENZETTI afirma, no entanto, que hoje é mister regular a atividade econômica produtiva no todo: a produção, a comercialização e o consumo.²⁹³

Os agentes da cadeia produtiva agroalimentar, em geral, são empresas, seja o empresário individual ou a sociedade empresária. Vale lembrar o conceito de empresa de ASQUINI, segundo o qual a empresa, *verbis*, “... é um fenômeno econômico poliédrico, o qual tem sob o aspecto jurídico, não um, mas diversos perfis em relação aos diversos elementos que o integram.”.²⁹⁴ Como consta no art. 966, do Código Civil brasileiro de 2002, a atividade exercida pelo empresário é profissional e economicamente organizada para a produção ou a circulação de bens e serviços. Ainda na esteira de ASQUINI, a profissionalidade se opõe a ocasionalidade, isto é, uma atividade contínua.²⁹⁵ No que se refere à organização econômica da atividade, o empresário organiza os meios de produção com os riscos inerentes à atividade.²⁹⁶ O destino da atividade é a produção de bens e a colocação no mercado bens e serviços.²⁹⁷ Acrescenta ASQUINI que o conceito de empresário abrange qualquer setor da economia.²⁹⁸

O direito agroalimentar, dentro das perspectivas vistas no primeiro capítulo, envolve agentes produtivos que interagem no escopo de produzir um bem — o produto agroalimentar —, destinado ao consumidor. Não são atividades amadoras e esporádicas,

alimentos para animais;”... 18. “consumidor final”, o último consumidor de um gênero alimentício que não o utilize como parte de qualquer operação ou actividade de uma empresa do sector alimentar.” Jornal Oficial das Comunidades Europeias, edição em língua portuguesa de 01/02/2002. Arquivo em formato pdf. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002R0178:PT:HTML>>. Acessado em 10/01/2009.

²⁹² O inciso XI, do art. 2º, do Decreto n. 6.323/2007, *verbis*: “XI – produtor: toda pessoa, física ou jurídica, responsável pela geração de produto orgânico, seja ele in natura ou processado, obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudiciais ao ecossistema local;”. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=vizualizar&id=18357>>. Acessado em 10/01/2009.

²⁹³ LORENZETTI, Ricardo Luis. *Op. cit.*, p. 542.

²⁹⁴ ASQUINI, Alberto. “Perfis da Empresa”, In: *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, n. 104, Ano XXXV, outubro-dezembro, 1996, p.105, tradução de Fábio Konder Comparato.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 116.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 115.

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 115.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 115.

mas são atividades profissionais essencialmente voltadas a suprir uma necessidade básica do ser humano: a alimentação em quantidade e qualidade suficientes.

O meio jurídico pelo qual os agentes produtivos ao longo da cadeia agroalimentar se relacionam para transferir o produto é o contrato. Não importa se associados, no caso destacado por LOVERLLEC das interprofissões, ou individualmente por si mesmos.²⁹⁹ Destarte, os agentes produtivos estabelecem relações jurídicas com o fito de transferir o produto nas diversas fases do processo de produção, assim como de organizar uma cadeia produtiva. No processo produtivo, várias técnicas contratuais são utilizadas para o funcionamento do sistema.³⁰⁰ Assim, o instituto que sobressai no exame das relações organizacionais é o contrato, podendo ser típico, atípico ou ainda misto.

Ademais, sublinhamos no presente capítulo certos aspectos relevantes nas relações organizacionais, como o fenômeno da integração vertical, em especial o contrato de integração vertical agroindustrial, e a distribuição, de modo geral, realizada por grandes redes varejistas de supermercados. São dois elos da cadeia produtiva agroalimentar importantes no estudo das relações organizacionais entre os agentes produtivos, uma vez que se trata do final de uma fase do processo e início de outra. Não podemos esquecer do elo final da cadeia produtiva agroalimentar, a relação entre o distribuidor e o consumidor, destinatário de todo o processo produtivo.

3.2 A Integração Vertical Agroindustrial

O fenômeno econômico da integração vertical na agricultura se insere no contexto referido no início do primeiro capítulo. A propósito, como visto ao abordar a perspectiva de LOVERLLEC, o contrato de integração vertical agroindustrial foi tipificado no ordenamento jurídico francês em 1964.³⁰¹

²⁹⁹ LOVERLLEC, Louis. “L’interprofession in Francia”, In: *Rivista di Diritto Agrario*, anno LXXII, fasc. 2, p. 230.

³⁰⁰ LORENZETTI, Ricardo Luis. *Op. cit.*, p. 542.

³⁰¹ LOVERLLEC, Louis. “Les Contrats Agro-industriels”, In: *Écrit de Droit Rural et Agroalimentaire*, pp. 314 *usque* 330.

Como afirma ZELEDÓN ZELEDÓN, o fenômeno da integração na agricultura está imerso num ambiente econômico de produção em massa no qual as técnicas permitem a colocação de produtos melhores nos mercados.³⁰² Além disso, de acordo com CARROZZA, a integração, em especial a vertical, viabiliza a coordenação de atividades próprias de empresas distintas e de natureza diferentes.³⁰³

Há duas espécies de integração: a horizontal e a vertical. Dá-se a integração horizontal entre empresas do mesmo setor produtivo a fim de coordenar a atividade, podendo ser total, quando todas empresas realizam em conjunto toda atividade, ou parcial, no caso das empresas integradas realizarem juntas partes de uma atividade.³⁰⁴ Há a integração vertical no caso de associação de empresas de setores diferentes de uma cadeia produtiva, pressupondo que cada uma atue numa fase produtiva (agricultura, indústria e comércio).³⁰⁵

O contrato de integração vertical agroindustrial é um instrumento que une um elo importante da cadeia produtiva agroalimentar: a empresa agrária e a empresa agroindustrial. Esta última no contrato de integração vertical agroindustrial, é a empresa integradora, enquanto a empresa agrária é a integrada. Ressalta-se que o contrato de integração vertical agroindustrial é um meio de garantir o fornecimento de matérias-primas para empresa integradora no fim de atender a demanda de produtos agroalimentares. Por seu turno, a empresa integrada atenua os riscos do mercado, pois a empresa integradora aceita comprar toda sua produção.

Não é fácil o enquadramento jurídico dos contratos de integração vertical agroindustrial, posto que inicialmente, como afirma CARROZZA, os esforços para o enquadramento desse contrato nos tipos negociais existentes não lograram êxito, podendo ser qualificado de um contrato *sui generis*.³⁰⁶ Ainda na esteira de CARROZZA, este jusagrarista qualifica o contrato de integração vertical agroindustrial de um contrato associativo.³⁰⁷

³⁰² CARROZZA, Antonio e ZELEDÓN ZELEDÓN, Ricardo. *Teoria General e Institutos de Derecho Agrario*, p. 309.

³⁰³ *Ibid.*, p. 326.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 311.

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 312.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 322.

³⁰⁷ *Ibid.*, p. 326.

Aliás, no conceito de sistema agroalimentar, visto no início do primeiro capítulo, os agentes produtivos, pessoas jurídicas, são denominados de organizações. A propósito das organizações, vale mencionar o papel das organizações interprofissionais, no âmbito da UE, que por meio dos acordos interprofissionais regulamentam um setor produtivo. Como exemplo pode-se mencionar as quantidades de produtos a serem transferidos às empresas de transformação ou distribuição, bem como regras básicas de conteúdo para sucessivos contratos de integração vertical agroindustrial.³⁰⁸

Os acordos interprofissionais se enquadram entre os contratos de integração vertical agroindustrial, sendo um contrato entre um grupo de empresários agrários associados com uma empresa agroindustrial ou com um grupo de empresas agroindustriais.³⁰⁹ Cabe mencionar que na Itália os acordos interprofissionais são “contratos quadros”, isto é, uma base normativa para os contratos de integração vertical agroindustrial.³¹⁰

Das obrigações nascidas do contrato de integração vertical agroindustrial, dentre as enumeradas por BREBBIA e MALANOS, o produtor, cultivador de plantas ou o criador de animais deve seguir as orientações da empresa integradora para garantir quantidade e qualidade dos produtos; deve ainda entregar a produção na quantidade e no prazo estabelecidos; utilizar sementes, fertilizantes, pesticidas etc fornecidos pela indústria. De sua parte, a empresa integradora está obrigada a adquirir a toda produção da empresa integrada e pagar o preço acordado.³¹¹

As obrigações do produtor integrado, à primeira vista, nos levam a pensar que se trata de um contrato de trabalho, pois é evidente sua subordinação em relação à indústria integradora. No entanto, as partes do contrato de integração vertical agroindustrial, a empresa agrária integrada e empresa agroindustrial integradora, segundo BREBBIA, são autônomas no exercício de suas atividades. Apesar de a empresa integradora fornecer sementes ou matrizes para empresa integrada, esta continua a ter o risco da atividade,

³⁰⁸ RUSSO, Luigi. In: *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, pp. 946 e 947. Cf. também LORVELLEC, Louis. “L’interprofessione in Francia”, In: *Rivista di Diritto Agrario*, anno LXXII, fasc. 2, p. 229 e seguintes.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 313.

³¹⁰ RUSSO, Luigi. *Op. cit.*, p. 947.

³¹¹ BREBBIA, Fernando e MALANOS, Nancy L. *Derecho Agrario*, p. 593.

embora o risco do mercado seja atenuado, o que é uma vantagem para o empresário agrário.³¹²

A empresa integradora, além de garantir matéria-prima em quantidade para sua atividade transformadora mediante o contrato de integração vertical agroindustrial, busca também garantir a qualidade do processo produtivo, seja fornecendo insumos à empresa integrada seja orientando o manejo por meio de funcionários técnicos.

O objetivo da segurança alimentar, como visto no capítulo anterior, é a garantia de alimentos em quantidade e com qualidade ao consumidor. O produto agroalimentar transformado não deve ser oriundo de matéria-prima vegetal que em seu cultivo foram ministradas quantidades excessivas de defensivos agrícolas, ou ainda de matéria-prima animal que recebeu medicamentos ou outras substâncias acima de níveis permitidos. No que se refere ao sistema orgânico de produção, no qual o uso de certas substâncias é proibido, o controle da produção deve ser rigoroso de maneira a oferecer um produto correspondente a esse processo produtivo. Logo, a coordenação da produção pela empresa agroindustrial pode ser, dentro de certos limites, um meio para garantir a segurança alimentar do consumidor.

No entanto, MAZZONI, ao estudar a lei italiana sobre os acordos interprofissionais (Lei n. 88/1988) e a lei antitruste (Lei n. 192/1998), conclui pela aplicação da lei antitruste nos contratos de integração vertical agroindustrial nos quais sejam contrárias à equidade substancial tanto das cláusulas como das condutas das partes de modo a gerar abuso de dependência econômica.³¹³ Nesses casos, MAZZONI sugere, ao aplicar a lei antitruste, a nulidade relativa dos contratos de integração vertical agroindustrial.³¹⁴

O contrato de integração vertical agroindustrial não é tipificado no Brasil, não obstante exista um Projeto de Lei n. 4.378/98 para regulamentação desse contrato. Pensamos que, nesse caso, não existindo uma lei especial para regulamentar a relação contratual em exame, aplica-se as disposições gerais dos contratos em geral do Código

³¹² *Ibid.*, p. 596.

³¹³ MAZZONI, Alberto. “Prime Riflessioni sull’Abuso di Dipendenza Economica nei Contratti Agro-Industriali”. In: *Rivista di Diritto Agrario*, Anno LXXVIII, n. 2, aprile-giugno, 1999., p. 170.

³¹⁴ *Ibid.*, p. 171.

Civil de 2002. Malgrado o Estatuto da Terra, Lei n. 4.504/1964, seja a lei especial que regulamenta as relações de cunho agrário, cremos que não seja aplicável aos contratos de integração vertical agroindustrial porque o seu cerne é a terra, não disciplinando a atividade agrária. A Lei n. 11.443, de 05 de janeiro de 2007,³¹⁵ que alterou os arts. 95 e 96 do Estatuto da Terra, acrescentou o § 5º, no art. 96, artigo que disciplina o contrato de parceria, excluindo a aplicação desse artigo aos contratos de parceria agroindustrial de aves e suínos que serão regulados por lei especial. Isto evidencia a intenção do legislador em dar tratamento diferenciado para os contratos de integração vertical agroindustrial, uma vez que nos setores de aves e suínos é mais comum a prática da integração vertical agroindustrial do que em outros setores. Além disso, uma das partes do contrato de integração vertical agroindustrial é a agroindústria transformadora, que, geralmente, é uma empresa mercantil. Vale lembrar ainda que o Código Civil de 2002 unificou as obrigações civis e mercantis.

Cabe também mencionar algumas observações feitas por PAIVA a respeito do Projeto de Lei n.4.378/98.³¹⁶ Este projeto de lei não foi precedido de um anteprojeto com um estudo prévio de direito comparado, assim como não houve uma consulta pública. Acresce-se, segundo essa autora, a constatação de muitas falhas na redação desse projeto, dentre as quais destacamos a definição de contrato de integração vertical agroindustrial. Nos termos do Projeto de Lei é “contrato de produção integrada”, consoante o inciso IV, do art. 2º, *verbis*:

“aquele em que o produtor rural integrado e agroindústria, mediante acordo, definem os objetivos da colaboração recíproca, as regras da *parceria*, as normas técnicas e parâmetros de desempenho a serem observados pelas partes, os direitos e deveres recíprocos, prazo de vigência do trabalho em *parceria*, assim como os parâmetros e os critérios de remuneração da parte contratada para a realização de

³¹⁵Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?jsessionid=c0a802ca30d677a47a2e398241bc9fdf9fb06a8fdf3a.e3uQb3aPbNeQe3yNa3qLa3yMe0?operacao=visualizar&id=17607>>. Acessado em 15/01/2009.

³¹⁶ PAIVA, Nunziata Stefania Valenza. *Os Contratos de Integração Vertical Agroindustriais: a Viabilidade de uma Disciplina Legal em face da Prática Contratual Brasileira (estudo comparativo doutrinário e legal dos sistemas italiano, francês e brasileiro)*, p. 203.

determinada etapa do sistema de produção integrada ou para o suprimento de determinados produtos”, ...³¹⁷

Como bem observado por PAIVA, a definição do projeto enseja o aumento da confusão entre o contrato de parceria e o de integração vertical agroindustrial, bem como somente enumera as cláusulas obrigatórias do “contrato de produção integrada”. Como dissemos acima, o enquadramento jurídico do contrato de integração vertical agroindustrial não é fácil, especialmente confundindo dois tipos contratuais distintos.

Por conseguinte, no caso brasileiro uma lei especial permitiria maior segurança jurídica na relação entre a empresa agrária e a empresa agroindustrial, visto que esta pode abusar ao criar uma dependência econômica para a empresa agrária, pólo geralmente com menor poder de negociação. Outrossim, a forma contratual de integração vertical agroindustrial é uma tendência da agropecuária de produção em larga escala para atender as necessidades da sociedade de consumo massificado.

3.3 A Distribuição

Outro elo importante na cadeia produtiva agroalimentar é a distribuição, na qual há uma relação contratual entre dois agentes: a agroindústria transformadora (o fabricante) e a empresa distribuidora, que pode ser atacadista ou varejista. Interessa-nos para o presente trabalho as grandes redes varejistas de distribuição, as grandes redes de supermercados, uma vez que se destacam na venda de produtos agroalimentares para os consumidores em grandes estabelecimentos espalhados por diversos pontos de muitas cidades.

Salienta-se nas relações entre a agroindústria e a rede de supermercados a marca própria. Como dissemos ao tratar da marca no capítulo anterior, as marcas próprias são marcas das grandes redes de supermercados presentes nos rótulos dos produtos agroalimentares. De modo diverso do que ocorre normalmente com as marcas das

³¹⁷ *Ibid.*, p. 205, itálicos nossos.

agroindústrias, as marcas próprias são marcas vinculadas ao distribuidor, a parte do elo que não transforma o produto agroalimentar.

A rede varejista de supermercados adquire a produção de diversas empresas agroindustriais de pequeno e médio porte. Esta prática contratual se insere, na verdade, no fenômeno da integração vertical, visto que a empresa agroindustrial deve seguir certas obrigações determinadas pela rede varejista de supermercados.³¹⁸ É bem semelhante aos contratos de integração vertical agroindustrial, pois oferece muitas vantagens para a agroindústria, v.g., a redução de gastos com publicidade e a garantia de venda de seus produtos.

O Código Civil brasileiro de 2002, nos arts. 710 e seguintes, disciplina os contratos de agência e distribuição. A distinção entre o contrato de agência e distribuição, conforme o art. 710 do CC, é a coisa estar à disposição do agente para ser negociada. Como observa FORGIONI, o vocábulo distribuição enseja diversos significados, dentre eles a concessão comercial.³¹⁹ O contrato de distribuição constante do art. 710 do CC, ainda segundo FORGIONI, é uma espécie do contrato de agência: o contrato de agência-distribuição.³²⁰

As grandes redes de supermercados são chamadas pela doutrina estrangeira de *buyer's power*.³²¹ É um fenômeno recente, muitas vezes ignorado pelos estudiosos da teoria econômica.³²² Primeiramente, os preços das marcas próprias das grandes redes varejistas de produtos agroalimentares são, em regra, menores que os de outras marcas.³²³ Embora muitos consumidores acreditem que a qualidade da marca própria seja inferior à das marcas renomadas, o preço é um fator determinante no momento da escolha.³²⁴ Logo, os contratos celebrados entre a agroindústria e a grande rede varejista de supermercados trazem benefícios de preço para o consumidor.

³¹⁸ GOLDBERG, Daniel. *Op. cit.*, p. 191.

³¹⁹ FORGIONI, Paula A.. *Contrato de Distribuição*, p. 111.

³²⁰ *Ibid.*, p. 111.

³²¹ *Ibid.*, p. 568. Cf. também GOLDBERG, Daniel. *Op. cit.*, p. 187.

³²² GOLDBERG, Daniel. *Op. cit.*, pp. 187 e 188.

³²³ FORGIONI, Paula A. *Op. cit.*, pp. 571 e 572.

³²⁴ *Ibid.*, p. 572.

Entre outros fatores que possibilitam a venda dos produtos agroalimentares de marca própria estão as promoções³²⁵ e estabelecimentos que congregam um conjunto de serviços, v.g., estacionamento, lanchonete, padaria e maior variedade de produtos que nos estabelecimentos de menor porte. Acresce-se o hábito dos consumidores fazerem todas suas compras nesses estabelecimentos (*one-stop shopping*) pelas facilidades que acabamos de exemplificar.³²⁶

Não é nosso propósito neste trabalho fazer um estudo detalhado de direito concorrencial sobre a distribuição, mas é preciso fazer uma incursão na questão da concorrência por se tratar de aspecto relevante na cadeia agroalimentar. Ao contrário do que ocorre em outras cadeias produtivas, nas quais o fabricante tem mais poder econômico que os outros agentes da cadeia, o distribuidor, mais precisamente a grande rede varejista de produtos agroalimentares, é quem tem maior poder econômico.

As marcas próprias das grandes redes de supermercados podem trazer benefícios de preços para consumidor, embora com desequilíbrios na cadeia agroalimentar. O distribuidor tem mais poder econômico que o produtor e o transformador. Conforme FORGIONI afirma ao abordar as grandes redes de supermercados, a definição de poder de mercado não deve ser vista apenas como “um poder de controlar preços”, mas deve ser considerada a dependência econômica do produtor e do transformador em relação ao distribuidor.³²⁷ Mais adiante, FORGIONI diz que as autoridades brasileiras antitruste devem dar maior atenção à posição dominante da grande rede de supermercados em relação aos outros agentes produtivos da cadeia de produtos agroalimentares e domésticos.³²⁸

É evidente o poder econômico das grandes redes varejistas. GOLDBERG enumera algumas práticas abusivas, dentre elas destacamos as cláusulas modificativas da alocação de riscos e as cobranças retroativas.³²⁹ Estas são práticas oportunistas dos varejistas, que exigem de seus fornecedores certos investimentos. O fornecedor, sob temor de ruptura contratual por não poder recuperar os investimentos, acaba dependente do

³²⁵ *Ibid.*, p. 572.

³²⁶ GOLDBERG, Daniel, *Op. cit.*, p. 190.

³²⁷ FORGIONI, Paula A., *Op. cit.*, p. 576.

³²⁸ *Ibid.*, p. 582.

³²⁹ GOLDBERG, Daniel. *Op. cit.*, pp. 242 e 243.

varejista, que aproveita tal situação para aumentar o excedente que obtém do fornecedor. Por seu turno, a alocação de risco pode se dar por práticas como a imposição de compra de produtos não vendidos pelo fornecedor ou a garantia de lucro na comercialização de determinado produto.³³⁰

Portanto, há desequilíbrio nas relações organizacionais dos agentes da cadeia agroalimentar, tanto entre o empresário agrário e a empresa agroindustrial como entre esta e a empresa distribuidora. Pelo exposto, podemos dizer que o fenômeno da integração vertical proporciona certas vantagens para o pólo fornecedor, seja na fase de transformação, seja na fase de distribuição. Mesmo assim, há abusos do pólo com maior poder de negociação. O ideal, desta forma, seria o equilíbrio contratual e concorrencial entre os agentes da cadeia agroalimentar proporcionando vantagens recíprocas entre os agentes, além de benefícios existentes no produto agroalimentar para o consumidor, como produtos agroalimentares de qualidade com preços acessíveis a todos.

³³⁰ *Ibid.*, p. 243.

CONCLUSÃO

Todo nosso estudo está baseado no conceito metajurídico de cadeia produtiva, particularmente a cadeia agroalimentar. Tal conceito compreende diversos elementos de um fenômeno complexo, seja por sua amplitude ou pelos fatores que por eles são influenciados. Como procuramos expor no primeiro capítulo, há alguns pontos em comum entre as perspectivas, tanto econômicos como jurídicos. Salienta-se o trajeto de um determinado produto e as relações estabelecidas entre os agentes no fim de produzir, transformar e distribuir um produto final ao consumidor, que é o destinatário de todas as atividades desenvolvidas na cadeia agroalimentar.

BALLARÍN MARCIAL alterou ao longo dos anos a definição de direito agroalimentar, apesar de continuar a dizer que o direito agroalimentar é uma nova fase do direito agrário, ou seja, acrescentou novos elementos sem deixar de defender a idéia de um novo direito agrário, denominado direito agroalimentar, não fundado no critério técnico de agrariedade formulado por CARROZZA, mas no critério axiológico de produção de alimentos. cremos que o critério de BALLARÍN MARCIAL não é suficiente para justificar uma nova fase do direito agrário. Pensamos que o critério de agrariedade proposto por CARROZZA é mais adequado para determinar o que seja agrário.

Todas as perspectivas reconhecem que a produção de alimentos é uma atividade agrária relevante, porém nem todas as atividades desenvolvidas pelo empresário agrário estão voltadas para produção de alimentos. No direito agroalimentar, baseado no conceito metajurídico de *filière* ou de setor produtivo primário e secundário, destaca-se a atividade cujo fim é o fornecimento de alimentos transformados para o consumidor. A perspectiva de BALLARÍN MARCIAL diverge das outras por não considerar as atividades desenvolvidas por outros agentes da cadeia agroalimentar, como defluiu do complemento à definição extensa e definitiva de direito agroalimentar no que tange a atividade agrária.

LORVELLEC, partindo do conceito metajurídico de *filière*, procurou analisar por métodos jurídicos um fenômeno relevante e até então ignorado pelos estudiosos do direito agrário. Destaca-se em seus estudos o lado do empresário agrário, parte que

considera mais frágil nas relações estabelecidas na cadeia produtiva agroalimentar. Em seguida, LORVELLEC estudou o produto por meio dos institutos, no caso dos produtos de qualidade, bem como as normas sanitárias e fitossanitárias e o princípio da precaução na análise sobre a qualidade dos produtos agroalimentares. Sob o prisma dos mercados econômicos, LORVELLEC enfatiza a circulação dos produtos agroalimentares no âmbito da UE e da OMC, examinando as normas de direito internacional público relacionadas com a matéria.

Para nós, LORVELLEC estabeleceu um caminho para o estudo do direito agroalimentar, enfocando o seu estudo em três aspectos: o produto, as relações organizacionais na cadeia agroalimentar e os mercados. De modo diverso de BALLARÍN MARCIAL, que pretendeu um direito agrário sob a veste do direito agroalimentar, LORVELLEC visualiza na “economia agroalimentar” um fator influente e importante nas relações jurídicas de cunho agrário. Com efeito, LORVELLEC observou num fenômeno econômico a influência de fatores além da atividade agrária: a organização dos agentes produtivos, o trajeto do produto na cadeia agroalimentar e a proteção, tanto dos produtores rurais como dos consumidores. Tudo isto foi analisado em conjunto com o tradicional direito agrário, o que demonstra a especialidade do direito agroalimentar.

O sistema do Regulamento 178/2002 da UE, por sua vez, é o norte dos estudos dos autores italianos, que agrupamos no presente trabalho na denominada perspectiva italiana. De fato, um sistema favorece o estudo doutrinário de uma matéria, bem como contribui para justificar a sua especialidade ou autonomia. Como dito por COSTATO, antes do Regulamento 178/2002 não era possível dizer que havia um direito agroalimentar (*diritto alimentare*), apesar de não considerar os estudos conduzidos por BIGWOOD e GÉRARD no âmbito da então Comunidade Econômica Européia (CEE).

O Regulamento 178/2002 é uma norma jurídica genérica e de aplicação imediata no espaço da UE. No que atine a generalidade do Regulamento 178/2002, assemelha-se, em certa medida com os códigos, normas jurídicas de caráter genérico. No entanto o referido regulamento não é tão universalista como os códigos, v.g., os *Code Napoléon* e o BGB (*Bürgerliches Gesetzbuch*), que foram os modelos para a codificação do direito civil em diversas partes do mundo. Por outro lado, compreendemos a natureza do regulamento, sendo uma norma de direito internacional público destinada a muitos

Estados-membros com ordenamentos jurídicos internos peculiares. De modo diverso dos códigos, concebidos no século XIX, o Regulamento 178/2002 tem muitas disposições de caráter técnico-científico, ensejando certa dificuldade na sua interpretação e aplicação, o que evidencia uma época marcada por influenciada por fatores tecnológicos.

Como LORVELLEC, os autores italianos, mesmo que implicitamente, não negam a importância do conceito de *filière*. Nesse sentido, MASSART sugere o conceito de *filière* como um critério para o estudo do direito agroalimentar, como é o critério de agrariedade de CARROZZA para o direito agrário.

O produto agroalimentar, de acordo com as perspectivas expostas no primeiro capítulo, é o objeto do direito agroalimentar. De fato, o produto agroalimentar ou produto alimentício, não considerando a distinção entre produto agrícola, agroalimentar e alimentício de COSTATO, determina a forma e funcionamento da cadeia agroalimentar.

No segundo capítulo pretendemos analisar o objeto do direito agroalimentar de acordo com a metodologia proposta por CARROZZA: estudar o direito agrário por meio de seus institutos. Buscamos os institutos particulares e princípios norteadores do direito agroalimentar no ordenamento jurídico brasileiro.

É evidente, no segundo capítulo, o fenômeno da descodificação nos ordenamentos jurídicos internos. Como observado por LORENZETTI, trata-se de fenômeno no qual as partes de uma matéria específica estão disciplinadas em diversos diplomas legais de distintos ramos jurídicos, como é o caso do direito agroalimentar no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse passo, pode-se dizer que o direito agroalimentar é transversal, isto é, um direito com princípios e institutos de conteúdos particulares existentes em muitos ramos jurídicos.

Não há princípios próprios do direito agroalimentar, tanto no Regulamento 178/2002 como no ordenamento jurídico brasileiro. O princípio da precaução e o princípio da transparência são aplicáveis ao direito agroalimentar por protegerem a qualidade do produto agroalimentar, o meio ambiente e a saúde do consumidor.

Quanto aos institutos com maiores particularidades em relação ao produto agroalimentar no ordenamento jurídico brasileiro estão disciplinados nas seguintes leis específicas: a Lei n. 10.831/2003 (Lei sobre o Sistema Orgânico de Produção); a Lei n. 11.346/2006 (Lei que cria o Sistema de Segurança Alimentar) e o Decreto-Lei n. 986/1966 (Normas básicas sobre alimentos).

Pode-se dizer que o Sistema Orgânico de Produção é um instituto relevante do direito agroalimentar no ordenamento jurídico brasileiro, visto que regula o processo de produção orgânico, enfatizando a integração dos agentes participantes da cadeia e a qualidade do produto agroalimentar oriundo desse sistema de produção.

O Decreto n. 6.323/2007, que dispõe sobre agricultura orgânica, no art. 1º, inciso XI, define o produtor, apesar de não individualizar o agente produtivo dentro da cadeia agroalimentar, como também o faz o CDC na definição de fornecedor constante no *caput*, do art. 3º. Uma lei que disciplinasse os agentes produtivos de uma cadeia agroalimentar e suas respectivas atividades poderia contribuir para tornar mais clara as relações entre os agente. Também um sistema de rastreabilidade permitiria maior transparência das atividades entre os agentes da cadeia agrolimentar e o consumidor.

A Lei de Segurança Alimentar (Lei n. 11.346/2006) poderia, como faz o Regulamento 178/2002, regular o processo produtivo no fim de prevenir riscos para a saúde do consumidor, garantindo tanto o acesso aos alimentos como a sua qualidade. Contudo, a Lei n. 11.346/2006 dispõe mais acerca da política de segurança alimentar que sobre a criação de um sistema geral de segurança alimentar.

O Decreto-lei n. 986/1966 (Normas básicas sobre alimentos) é norma geral de direito da alimentação no ordenamento jurídico brasileiro, não somente por causa do *nomem juris*, mas também por disciplinar o objeto do direito da alimentação.

Mencionamos em diversos momentos em nosso trabalho os dispositivos do Código de Defesa do Consumidor. Embora o CDC seja um microssistema de relações de consumo elogiado por muitos juristas nacionais e estrangeiros, não é uma norma específica de relações de consumo agroalimentares. O direito agroalimentar no microssistema do CDC é visto sob o enfoque particularizado: o consumo de gêneros alimentícios,

especialmente os provenientes de uma cadeia agroalimentar. Não excluimos a aplicação do CDC nas relações de consumo de caráter agroalimentar, porém cremos que um sistema específico que considera as particularidades da cadeia e do produto agroalimentar contribuiria para o desenvolvimento da matéria.

Não negamos a existência do direito da alimentação. Porém, como os autores italianos, cremos que o objeto do direito da alimentação seja o mesmo objeto do direito agroalimentar, em especial uma classe de alimentos: o produto alimentício ou agroalimentar. Também não excluimos a finalidade do direito da alimentação do âmbito do direito agroalimentar: a proteção do consumidor contra práticas abusivas perpetradas por agentes produtivos e que expõem ao risco à sua saúde.

Malgrado não tenhamos aprofundado sobre as relações organizacionais na cadeia agroalimentar no terceiro capítulo, há questões relevantes que demandam maiores estudos. O fenômeno da integração vertical pode causar desequilíbrios na cadeia agroalimentar, ainda que seja eficiente. Uma abordagem pautada pelo direito concorrencial e contratual seria um bom caminho para o estudo e propostas de medidas de equilíbrio entre os elos da cadeia agroalimentar. O contrato de integração vertical agroindustrial merece maior atenção por não existir no ordenamento brasileiro uma lei específica, não obstante exista um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados.

No que se refere à autonomia didática do direito agroalimentar, aos poucos são criados cursos de especialização em nível de pós-graduação, ministrados por professores de direito agrário, principalmente nos países com tradição no estudo; França, Espanha e Itália. Portanto, não há autonomia didática do direito agroalimentar, sendo até o momento uma especialidade do direito agrário.

Enfim, há um direito agroalimentar tanto no ordenamento jurídico brasileiro como no comunitário e no âmbito do direito internacional público. Não se trata de um ramo jurídico autônomo, mas de uma especialidade do direito agrário, embora o transcenda ao envolver agentes e fases de um processo produtivo que normalmente não são examinados no âmbito jusagrarista. Enfim, o direito agroalimentar requer maiores estudos e mais pesquisadores para contribuir e consolidar sua formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBISINI, Ferdinando. In: VVAA. *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, 3ª ed., Padova, CEDAM, 2003, diretto da Luigi COSTATO.

AMAT LLOMBART, Pablo. “Las principales cuestiones conflictivas que debe afrontar la legislación sobre biotecnología y organismos modificados genéticamente”. In: VVAA. *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, Universidad Politécnica de Valencia, Valencia, Espanha, Tirant Lo Blanch, 2007, coordenação de Pablo AMAT LLOMBART.

ASQUINI, Alberto. “Perfis da Empresa”. In: *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, n. 104, Ano XXXV, outubro-dezembro, São Paulo, Malheiros Editores, 1996, tradução de Fábio Konder Comparato.

BALLARÍN MARCIAL, Alberto. “Dal Diritto Agrario al Diritto Agroalimentario”. In: *Rivista di Diritto Agrario*, anno LXIII, v. LXIII, 1984, tradução do espanhol para o italiano da Dr.^a Anna Maria SERGI.

_____. “Definición y Justificación del Derecho Agroalimentario”. In: VVAA. *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, Universidad Politécnica de Valencia, Valencia, Espanha, Tirant Lo Blanch, 2007, coordenação de Pablo AMAT LLOMBART.

_____. “La Seguridad Alimentaria en España”. In: *Rivista di Diritto Agrario*, fasc. 4, anno LXXXIV, 2005.

_____. “Política Agraria y Desarrollo Normativo”. In: VVAA. *El Derecho Agrario: Modernización y Desarrollo Rural*, Valencia, Espanha, Tirant Lo Blanch, 2001, direção de Francisco Javier ORDUÑA MORENO e coordenação de Ana B. CAMPUZANO LAGUILLO.

BIGWOOD, E. J. e GERARD, A. *Objectifs et Principes Fondamentaux d'un Droit Comparé de l'Alimentation*, fascicule 1, Bâle, Suisse, S. Kager, 1967.

BREBBIA, Fernando e MALANOS, Nancy L. *Derecho Agrario*, Buenos Aires, Editorial Astrea, 1997.

CARROZZA, Antonio. *Problemi e Profili del Diritto Agrario*, tomo 1, Milano, Giuffrè, 1975.

CARROZZA, Antonio e ZELEDÓN ZELEDÓN, Ricardo. *Teoria General e Institutos de Derecho Agrario*, Buenos Aires, Editorial Astrea, 1990.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

COLLART DUTILLEUL, François. “Le Droit Agroalimentaire en Europe”, In: *Revista para el Analisis del Derecho*, n. 3, Barcelona, Julio, 2007, pp. 05 *usque* 10, arquivo em formato PDF. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/InDret/article/viewArticle/78962/0>>. Acessado em 09/01/2009.

COSTATO, Luigi. *Compendio di Diritto Alimentare*, 4ª ed., Padova, CEDAM, 2007.

_____ “Dal Mutuo Riconoscimento al Sistema Europeo di Diritto Alimentare: Il Regolamento 178/2002 come Regola e come Programma”. In: *Rivista di Diritto Agrario*, fasc. 3., anno LXXXII, 2003.

DAROLT, Moacir Roberto. *As Principais Correntes do Movimento Orgânico e suas Particularidades*. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdurolt.htm>>. Acessado em 09/01/2009.

DE-MATTIA, Fabio Maria. *Especialidade do Direito Agrário*, tese apresentada no concurso para Professor Titular no Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1992.

DIAS, José de Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*, vol. I, 4ª. ed., Rio de Janeiro, Forense, 1960.

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001.

Dicionário Eletrônico Le Petit Larousse 2008, Paris, Editions Larousse, 2008.

Dizionario Italiano Garzanti Medio, Novara, De Agostini, 2004.

FACCIANO, Luis A. “Influencia de las regulaciones sobre productos agrarios”. In: VVAA. *Prodotti Agricoli e Sicurezza Alimentar*, Anais de VII Congresso da União Mundial dos Agraristas Universitários UMAU em memória do Prof. Louis Lorvellec, tomo II, Milano, Giuffrè, 2004.

FORGIONI, Paula A.. *Contrato de Distribuição*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2005.

GERMANÒ, Alberto. *Corso di Diritto Agroalimentare*, Torino, G. Giappichelli Editore, 2007.

_____. *Manuale di Diritto Agrario*, 6ª ed., Torino, G. Giappichelli Editore, 2006.

_____. In: VVAA. *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, 3ª ed., Padova, CEDAM, 2003, diretto da Luigi COSTATO.

GERMANÒ, Alberto e ROOK BASILE, Eva. *La Disciplina Comuntaria ed Internazionale del Mercato dei Prodotti Agricoli*, Torino, G. Giappichelli Editore, 2002.

GOLDBERG, Daniel. *Poder de Compra e Política Antitrust*, São Paulo, Editora Singular, 2006.

GOLDBERG, R. A. *Agribusiness Coordination: A Systems Approach to the Wheat, Spybean and Florida Orange Economies*, Divison of Research. Graduate School of Business and Administration, Harvard University, 256 pp., 1968, *data apud* ZYLBERSZTAJN, Decio *et al.* “Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial”, In: VVAA. *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo, Pioneira, 2000, organização de Decio ZYLBERSZTAJN e Marcos Fava NEVES.

GRASSI NETO, Roberto. *Princípios de Direito do Consumidor: Elementos para uma Teoria Geral*, tese apresentada para obtenção do título de Doutor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. “Fornecimento de Produtos Orgânicos ao consumidor como política de proteção ao Meio Ambiente no Agronegócio”. In: VVAA. XVII Encontro Preparatório do CONPEDI, 2008, Salvador. Anais do XVII Encontro Preparatório do CONPEDI. Florianópolis : Fundação Boiteux, 2008, v. XVII.

GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto*, 9ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.

HAMMERSCHMIDT, Denise. *Transgênicos e Direito Penal*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2006.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Atividade Agrária e Proteção Ambiental: Simbiose Possível*, São Paulo, Editora Cultural Paulista, 1997.

HUDAULT, Joseph. “Balance y Perspectivas Futuras del Derecho Rural”, In: VVAA. *Derecho Agrario y Alimentario Español y de la Unión Europea*, Universidad Politécnica de Valencia, Valencia, Espanha, Tirant Lo Blanch, 2007, coordenação de Pablo AMAT LLOMBART.

IRTI, Natalino. *L'Età della Decodificazione*, 4ª ed., Milano, Giuffrè, 1999.

IRTI, Natalino e SEVERINO, Emanuele. *Dialogo su Diritto e Tecnica*, Roma, Editori Laterza, 2001.

LABONNE, M. *Sur le concept de filière en Economie Agro-Alimentaire*. Institute National de la Recherche Agronomique. Laboratoire d'Economie et Sociologie Rurales, Montpellier, France, 1985, p. 5, *data apud*, ZYLBERSZTAJN, Decio *et al.* “Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial”, In: VVAA. *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo, Pioneira, 2000, organização de Decio ZYLBERSZTAJN e Marcos Fava NEVES.

LARANJEIRA, Raimundo. “O Codex Alimentarius e os Países em Desenvolvimento”. VVAA. In: *Prodotti Agricoli e Sicurezza Alimentare*, Anais de VII Congresso da União Mundial dos Agraristas Universitários UMAU em memória do Prof. Louis Lorvellec, tomo II, Milano, Giuffrè, 2004.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Fundamentos do Direito Privado*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1998, tradução de Vera Maria Jacob de Fradera, da edição em espanhol do livro *Las Normas Fundamentales de Derecho Privado*, Santa Fé, Argentina, Rubinzal Culzoni Editores, 1995.

LORVELLEC, Louis. *Droit Rural*, 1ª edição, Paris, Masson, 1988.

_____. “L’interprofessione in Francia”, In: *Rivista di Diritto Agrario*, anno LXXII, fasc. 2, aprile – giugno 1993, tradução do original francês para o italiano de Eleonora Sirsi,

MACCIONI, Gioia. In: VVAA. *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, 3ª ed., Padova, CEDAM, 2003, diretto da Luigi COSTATO.

MACHADO FILHO, Cláudio A. Pinheiro *et al.* *Agribusiness Europeu*, São Paulo, Editora Pioneira, 1996.

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor – O novo regime das relações contratuais*, 5ª ed., revista, atualizada e ampliada, vol. 1 da Biblioteca de Direito do Consumidor, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2005.

MASSART, Alfredo. “Producción Agraria y Producto Agrícola”. VVAA. In: *Prodotti Agricoli e Sicurezza Alimentare*, Anais de VII Congresso da União Mundial dos Agraristas Universitários UMAU em memória do Prof. Louis Lorvellec, tomo II, Milano, Giuffrè, 2004.

MAZZONI, Alberto. “Prime Riflessioni sull’Abuso di Dipendenza Economica nei Contratti Agro-Industriali”. In: *Rivista di Diritto Agrario*, Anno LXXVIII, n. 2, 1999.

MORVAN, Y., *Filière de Production, in Fondements d’économie industrielle*, Economica, pp. 199-231, 1985, *data apud* ZYLBERSZTAJN, Decio *et al.* “Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial”, In: VVAA. *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo, Pioneira, 2000, organização de Decio ZYLBERSZTAJN e Marcos Fava NEVES.

NODARI, Rubens Onofre e GUERRA, Pedro Miguel. “Avaliação de Riscos Ambientais de Plantas Transgênicas”, In: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 18, jan/abr., 2001.

NUÑES SANTIAGO, Beatriz A. – *Derecho Alimentario*, Buenos Aires, Abeledo-Perrot, 1992.

PAIVA, Nunziata Stefania Valenza. *Os Contratos de Integração Vertical Agroindustriais: a Viabilidade de uma Disciplina Legal em face da Prática Contratual Brasileira (estudo comparativo doutrinário e legal dos sistemas italiano, francês e brasileiro)*, dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, 22ª ed., São Paulo, Editora Saraiva, 1995.

ROOK BASILE, Eva. Presidência de mesa na II Seção antemeridiana do Convênio sobre “Diritto alimentare, globalizzazione e innovazione”, ocorrido em Rovigo no dia 09 de dezembro de 2005. VVAA. In: *Rivista di Diritto Agrario*, fasc. 4, anno LXXXIV, ottobre-dicembre 2005.

_____. In: VVAA. *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, 3ª ed., Padova, CEDAM, 2003, diretto da Luigi COSTATO.

ROTH, Christian e LE GUILLOU, Gwenaëlle. “L’Agriculture Biologique: Une Garantie pour la Sécurité du Consommateur Européen?”, In: *Rivista di Diritto Agrario*, fasc. 4, anno LXXXII, 2003.

SCAFF, Fernando Campos. *Aspectos Fundamentais da Empresa Agrária*, São Paulo, Malheiros Editores, 1997.

SGARBANTI, Giulio. In: VVAA. *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, 3ª ed., Padova, CEDAM, 2003, diretto da Luigi COSTATO.

SILVA, João Calvão da. *Responsabilidade Civil do Produtor*, Coimbra, Livraria Almedina, 1990.

SILVEIRA, Newton. *A Propriedade Intelectual e a Nova Lei de Propriedade Industrial: Lei n. 9.279, de 14-5-1996*, São Paulo, Saraiva, 1998.

SIRSI, Eleonora. In: VVAA. *Tratatto Breve di Diritto Agrario Italiano e Comunitario*, 3ª ed., Padova, CEDAM, 2003, diretto da Luigi COSTATO.

STRAMBI, Giuliana. “La filiera di produzione agro-alimentare”. In: VVAA. *Prodotti Agricoli e Sicurezza Alimentare*, Anais de VII Congresso da União Mundial dos Agraristas Universitários UMAU em memória do Prof. Louis Lorvellec, tomo II, Milano, Giuffrè, 2004.

TRENTINI, Flávia. *Denominação de Origem: elemento fundamental às atuais empresas rurais*, tese apresentada para obtenção do título de Doutor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006.

VADE MECUM RT 2008, 2ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto e CORNÉLIO, Adriana Régia. “Produtos *Light* e *Diet*: o Direito à Informação do Consumidor. In: *Revista de Direito do Consumidor*, nº 54, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2005.

VIVANCO, Antonino C. *Teoria de Derecho Agrario*, tomo 1, La Plata, Ediciones Librería Jurídica, 1967.

ZELEDÓN ZELEDÓN, Ricardo. *Derecho Agrario Nuevas Dimensiones*, 1ª ed., 3ª tiragem, Curitiba, Juruá Editora, 2003.

ZYLBERSZTAJN, Decio *et al.* “Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial”, In: VVAA. *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo, Pioneira, 2000, organização de Decio ZYLBERSZTAJN e Marcos Fava NEVES.

SÍTIOS ELETRÔNICOS VISITADOS:

Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA:

<<http://e-legis.anvisa.gov.br/>>

Centro de Conhecimento em Agronegócio:

<<http://www.fundacaofia.com.br/pensa/>>

Faculdade de Direito da Universidade de Ferrara:

<<http://docente.unife.it/paolo.borghi/didattica#DIRITTO%20ALIMENTARE>>

Faculdade de Direito da Universidade de Estudos de Turim:

<<http://www.giurisprudenza.unito.it/sito2/default.asp?opt=masters&act=post-laurea>>

Legislação e jurisprudência da União Européia:

<http://eur-lex.europa.eu/RECH_menu.do?ihmlang=pt>

Mercado Comum do Sul — MERCOSUL:

<<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm>>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA:

<<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis>>

Ministério da Justiça:

<<http://www.mj.gov.br/>>

Organização Mundial do Comércio — OMC:

<http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/legal_f.htm>

Pólo Nantês de Formação Superior, de Pesquisa, de Documentação Agroalimentar —
IQUABIAN — Universidade de Nantes:

<http://www.iquabian.univ-nantes.fr/article.php3?id_article=32>

Presidência da República Federativa do Brasil — Casa Civil:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>

Universidade de Cádiz:

<<http://www2.uca.es/orgobierno/rector/noticias2/anterior2004/anterior160.html>>